

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

MARGARETH MARIA SALES FERNANDES

**COMUNIDADES DE PESCADORES ARTESANAIS DE MELEIRAS E
BARREIRAS, CONCEIÇÃO DA BARRA – ES
INSERÇÃO DOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS NA DINÂMICA ECONÔMICA CAPIXABA**

**SÃO PAULO
2007
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

**COMUNIDADES DE PESCADORES ARTESANAIS DE MELEIRAS E
BARREIRAS, CONCEIÇÃO DA BARRA – ES
INSERÇÃO DOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS NA DINÂMICA ECONÔMICA CAPIXABA**

Margareth Maria Sales Fernandes

**Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Geografia
Humana do Departamento de Geografia
da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em
Geografia.**

ORIENTADOR: PROF. DR. ANTONIO CARLOS ROBERT DE MORAES

**SÃO PAULO
2007**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Margareth Maria Sales Fernandes.

Geografia Humana

As comunidades de pescadores artesanais de Meleiras e Barreiras, Conceição da Barra – ES: inserção dos territórios tradicionais na dinâmica econômica capixaba. 2007. Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção de título de Mestre.

Áreas de Concentração: Geografia Humana

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Dedico este trabalho aos pescadores artesanais de Meleiras e Barreiras que tornaram esta meta uma realidade. Dedico ainda a Isabella, a Clara e a Heitor que simbolicamente carregam a utopia de um novo tempo sustentada na equidade social e no respeito às diferenças.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é o resultado da contribuição de várias pessoas a quem gostaria de transmitir minha gratidão e, de modo particular, agradecer:

Ao Prof. Dr. Antonio Carlos Robert de Moraes, pelo trabalho de orientação.

Aos professores do Mestrado em Geografia Humana, pela forma simples, harmoniosa, competente e companheira que transmitiram conhecimentos tão complexos.

Aos companheiros e amigos Cláudia, Eduardo (Dudu), Joseany, Luciano, Jerônimo, Flávio, Rosi, ao pescador Ademar Justino (Baixinho) pela incansável colaboração na realização desse trabalho.

A Clenes do Laboratório de Geografia Política e a Jurema, Cida, Ana e Rosângela da Secretaria da Pós-Graduação do Departamento de Geografia da USP pelos esclarecimentos sempre efetivos quando as dúvidas se sobrepunham as certezas.

A meus pais, Daltro e Adeir, e minhas filhas, Maíra, Naraiana e Odara, que muito me incentivaram com um sentimento de perseverança e coragem.

A todos que tornaram esta meta uma realidade.

O progresso técnico não constituía obstáculo ao progresso moral, quando havia, paralelamente progressos políticos. Assim, o problema fundamental é o de retomar o curso dessa história, recolocando o homem em seu lugar central no planeta. Uma das condições para alcançá-lo parece ser o reconhecimento da realidade dos territórios tal como sempre foram utilizados pela população como um todo. São usos múltiplos marcados por diferentes velocidades e pela utilização de técnicas as mais diversas, maneira de deixar que o território nacional constitua uma verdadeira casa coletiva, um abrigo para todos ...

Somente dessa forma, soluções de convivência plenas ou sequiosas de humanidade são possíveis. Não se trata de pregar o desconhecimento da modernidade – ou uma forma de regresso ao passado, mas de encontrar as combinações que, segundo as circunstâncias próprias a cada povo, a cada região, a cada lugar, permitam a construção do bem estar coletivo. É possível dispor de maior velocidade tecnicamente possível no momento e não utilizá-la. É possível fruir da modernidade nova, atual, sem ser obrigatoriamente mais veloz...

Será um mundo no qual os que desejam ter pressa poderão fazê-lo livremente e no qual os que não são apressados serão fortalecidos, de modo a poder pensar na reconstrução da paz mundial e na luta por uma convivência social digna e humana dentro de cada país.

Milton Santos

RESUMO

Fernandes, M. M. S. **As comunidades de pescadores artesanais de Meleiras e Barreiras, Conceição da Barra – ES: inserção dos territórios tradicionais na dinâmica econômica capixaba.** 2007. 196 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. USP, São Paulo, 2007.

A temática desta pesquisa busca entender como o espaço é construído e reconstruído socialmente por processos históricos constitutivos da dinâmica sociedade/natureza. Para este fim, utilizo como ponto de partida a realidade vivida pelas comunidades de pescadores artesanais de Meleiras e Barreiras estabelecidas no estuário do rio São Mateus, litoral norte do Espírito Santo, (Região Sudeste do Brasil) que tiveram seus territórios tradicionais inseridos na dinâmica econômica e nas políticas de conservação da região norte capixaba. Esta dinâmica, além de promover a valorização e a escassez das terras à beira-mar causa impactos sócio-ambientais que têm alterado tanto a reprodução dos recursos naturais estuarinos utilizados pelos pescadores artesanais, bem como a sua forma tradicional de uso. Além das comunidades pesqueiras, os principais agentes de transformação sócio-espacial de Meleiras e Barreiras são, atualmente, a especulação imobiliária, o turismo, a fruticultura e o Estado. Este último por meio das políticas territoriais, em particular as políticas ambientais, com a implantação da APA de Conceição da Barra.

Palavras-chave: Pescadores artesanais; recursos naturais estuarinos; políticas territoriais; dinâmica econômica e impactos sócio-ambientais.

RÉSUMÉ

Fernandes, M. M. S. **Les communautés de pêcheurs artisanaux de Meleiras et Barreiras, Conceição da Barra – Espírito Santo: insertion des territoires traditionnels dans la dynamique économique capixaba.** 2007. 196 pages. Monographie (Master). Faculté de Philosophie, Lettres et Sciences Humaines. Département de Géographie. Université de São Paulo (USP), São Paulo. 2007.

Cette étude cherche à comprendre comment l'espace est construit et reconstruit socialement par des processus historiques constitutifs de la dynamique société/nature. À cette fin, j'utilise comme point de départ la réalité vécue par des communautés de pêcheurs artisanaux des Meleiras et Barreiras, localisés dans l'estuaire du fleuve de São Mateus, littoral nord de l'Espírito Santo (Région Sudeste du Brésil). Ils ont eu leurs territoires traditionnels insérés dans la dynamique économique et les politiques de protection de l'environnement de la région nord « capixaba ». Cette dynamique outre le fait de promouvoir la valorisation et la rarification des terres disponibles au bord de l'eau, provoque des impacts socio-ambients, modifiant ainsi la reproduction de ressources naturelles de l'estuaire utilisées par les pêcheurs artisanaux de manière traditionnelle. Les principaux agents de transformation sociospatiale, outre les pêcheurs, sont, actuellement, la spéculation immobilière, le tourisme, la fruticulture et l'État. Ce dernier se trouve présent au travers de ses politiques territoriales, en particulier l'implantation de la Zone de Préservation Ambiental de Conceição da Barra.

Mots-clés: Pêcheurs artisanaux; ressources naturelles d'un estuaire; politiques territoriales, dynamique économique et impacts socio-ambients

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Unidades de Conservação do município de Conceição da Barra - ES.....	34
Quadro 2 - Espaços produtivos e de sociabilidade tradicionalmente usados pelas comunidades pesqueiras artesanais de Meleiras e Barreiras.....	60
Quadro 3 - Relação produtiva das comunidades pesqueiras de Meleiras e Barreiras com os ambientes costeiros e os recursos pesqueiros.....	73

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da área em estudo.....	17
Figura 2 - Unidades de Conservação de Conceição da Barra.....	32
Figura 3 - Toponímia dos pontos de pesca do estuário do rio São Mateus.....	57

SUMÁRIO

Página

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – As comunidades pesqueiras artesanais de Meleiras e Barreiras e o estuário do rio São Mateus.....	16
1.1 <i>O ESTUÁRIO DO RIO SÃO MATEUS.....</i>	19
1.1.1 <i>Aspectos naturais e ambientais do estuário do rio São Mateus e seu entorno.....</i>	21
1.1.2 <i>Uso e ocupação do estuário do rio São Mateus e seu entorno.....</i>	35
1.2 <i>AS COMUNIDADES PESQUEIRAS ARTESANAIS DE MELEIRAS E BARREIRAS.....</i>	40
1.2.1 <i>Formas tradicionais de ocupação do espaço.....</i>	44
1.2.2 <i>Formas atuais de ocupação do espaço.....</i>	64
1.2.2.1 <i>Uso e ocupação do solo na comunidade pesqueira de Meleiras.....</i>	76
1.2.2.2 <i>Uso e ocupação do solo na comunidade pesqueira de Barreiras.....</i>	87
1.3 <i>AS MUDANÇAS NOS MODOS DE VIDA E NO TERRITÓRIO DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DE MELEIRAS E BARREIRAS.....</i>	92
CAPÍTULO II – As Comunidades pesqueiras e o pescador artesanal.....	106
2.1 <i>CONSIDERAÇÕES GERAIS.....</i>	106
2.2 <i>HISTÓRICO E IMPORTÂNCIA DA PESCA ARTESANAL E DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS.....</i>	118
CAPÍTULO III – O Estado e as políticas territoriais.....	130
3.1 <i>AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A PESCA.....</i>	144
3.2 <i>AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O TURISMO.....</i>	153
3.3 <i>AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL.....</i>	163
3.3.1 <i>A APA de Conceição da Barra – discussão sobre o papel da UC no ordenamento de território dos pescadores artesanais de Meleiras e Barreiras.....</i>	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	186

INTRODUÇÃO

Este estudo resulta de um esforço científico para se entender a produção do espaço em um trecho da costa norte do Espírito Santo. Nesta área, os processos de reprodução das relações sociais do mundo moderno, em particular a relação homem-natureza, têm colocado em foco a desagregação de modos de vida das comunidades pesqueiras artesanais de Meleiras e Barreiras. Estas, historicamente, ocupam, o estuário do rio São Mateus e daí retiram os recursos necessários a sua reprodução.

A produção social contemporânea da zona costeira¹ é marcada pela diversidade social de territórios que se particularizam, refletindo dimensões socioculturais, políticas e econômicas historicamente articuladas ao modelo de desenvolvimento brasileiro. Neste contexto, instaura-se uma situação de desagregação das comunidades pesqueiras pela disputa do espaço costeiro por diferentes setores da economia e pela destruição dos recursos pesqueiros.

Neste sentido, o estudo aqui apresentado interessa do ponto de vista geográfico, pois permite discutir e analisar os processos sociais – a partir da relação homem-natureza –, no trecho costeiro onde vivem, de forma tradicional², os pescadores

¹ A zona costeira expressa o espaço em que ecossistemas terrestres e marinhos se influenciam mutuamente sendo uma realidade muito mais ampla do que o conceito de litoral. Sua delimitação deve ir além dos indicadores naturais e englobar os aspectos políticos e culturais, por este motivo é tarefa difícil de ser realizada. Para Moraes (1999), é essencial considerar na delimitação da zona costeira os critérios vinculados à vida social expressos pelas divisões político-administrativas e pelo padrão predominante de uso do solo, fator econômico qualificador dos lugares.

² O termo tradicional utilizado se contrapõe ao moderno, ambos analisados segundo a lógica que rege a relação homem-natureza, nas sociedades pré-capitalista e capitalista, respectivamente. Este conceito será melhor

artesanais de Meleiras e Barreiras. O estudo estruturou-se com a preocupação central de configurar, de um lado, as formas de apropriação da natureza pelas comunidades pesqueiras locais estabelecendo a importância do ecossistema estuarino na sua reprodução e a importância da sua economia na dinâmica do norte capixaba. Por outro lado, buscou-se configurar os impactos, social e ambiental, produzidos pelos novos vetores de expansão econômica, especificamente na forma como atuam no universo local.

Além da expansão de atividades não pesqueiras sobre Meleiras e Barreiras, este trecho da costa se insere em uma unidade de conservação, a Área de Proteção Ambiental (APA) de Conceição da Barra, que abriga ecossistemas costeiros relevantes como o estuário do rio São Mateus, as formações vegetais de restinga da ilha de Guriri e os manguezais de Conceição da Barra.

Apesar da APA, o processo de ocupação em Meleiras e Barreiras ocorre desordenadamente e promove a destruição da natureza e desestruturação do modo de vida dos pescadores artesanais.

Dentro deste quadro, busca-se, ainda, apontar elementos que contemplem a especificidade do estuário do rio São Mateus, em seus aspectos ecológico e social, levando-se em consideração a economia, a conservação dos ecossistemas costeiros e a melhoria de vida das comunidades pesqueiras de Meleiras e Barreiras.

Para analisar a dinâmica da área em estudo, inicialmente parto da premissa de que a expansão turística do balneário de Guriri é o principal fator de valorização das terras de Meleiras e Barreiras seguida da expansão da fruticultura sobre áreas preservadas de restinga.

Além desses fatores, há também a diminuição do recurso pesqueiro no estuário do rio São Mateus, essencial para a reprodução do pescador artesanal, tanto pela degradação do estuário – *locus* de sua ação–, causada pela ocupação desordenada, como pela superexploração do pescado pelas empresas de pesca que atuam na costa norte do estado. Por último, insiro nas premissas o papel das políticas de conservação, tanto as que atuam sobre o recurso pesqueiro como aquelas voltadas para a proteção dos ecossistemas terrestres costeiros como fator que vem atuando na diminuição da qualidade de vida das comunidades pesqueiras já que limitam o acesso destas aos recursos naturais sem criar junto a elas alternativas econômicas de uso sustentável do ambiente.

Para discutir e analisar as transformações sócio-espaciais do trecho costeiro analisado e como elas podem interferir no espaço, busco, no primeiro capítulo, falar da produção local e da territorialidade ali grafada – quem são os pescadores artesanais de Meleiras e Barreiras, qual a sua especificidade, o que fazem, como se encontram, o que para eles é importante no estuário.

No segundo capítulo, investigo o papel da pesca artesanal, situando a importância desta atividade na economia, dentro de uma análise mais geral do que sejam

pescadores artesanais no Brasil. Perscruto se a produção do pescador artesanal está inserida em uma economia que está sucumbindo ou se tem algum vigor na pesca empresarial, no turismo, na conservação da natureza, ou se sua importância se sustenta pelo papel que desempenha na segurança alimentar e na garantia de sobrevivência de um modo de vida culturalmente distinto. Traço num plano mais geral, o que caracteriza o pescador artesanal enquanto categoria social.

No terceiro e último capítulo, analiso as transformações ocorridas considerando o papel do Estado no ordenamento do território onde vivem os pescadores artesanais de Meleiras e Barreiras. Analiso, para este, fim as políticas voltadas para a conservação da natureza e para o desenvolvimento do turismo e da atividade pesqueira.

O suporte teórico utilizado procura dar conta do processo de valorização do espaço, especificamente do uso e da ocupação da zona costeira considerando a sua localização diferenciada, quanto aos aspectos naturais e de ocupação, que circunscreve o desenvolvimento de atividades específicas e disputas acirradas para a sua incorporação à dinâmica econômica.

Sobre esta questão, Moraes (1999:19) salienta,

[...] a zona costeira, em relação ao conjunto de terras emersas, circunscreve um espaço dotado de especificidades e vantagens locais, um espaço finito e relativamente escasso. [...] os terrenos à beira-mar constituem pequena fração dos estoques territoriais disponíveis, e abrigam amplo

conjunto de funções especializadas e quase exclusivas [...]. A conjunção de tais características qualifica o espaço litorâneo como raro, e a localização litorânea como privilegiada, dotando a zona costeira de qualidades geográficas particulares.

No quadro em que se insere, a análise do espaço costeiro exige um enfrentamento multidisciplinar e um diálogo crítico e criativo entre o conhecimento científico e o conhecimento empírico. Neste sentido, busco junto a teóricos e aos pescadores artesanais, os elementos necessários para a criação do conhecimento a que ora me proponho. Estes serão devidamente citados à medida que as reflexões forem sendo tecidas.

Os levantamentos de campo e as incansáveis consultas nas bibliotecas públicas e particulares, nas instituições públicas e privadas – prefeituras, secretarias, institutos e organizações não governamentais –, entrevistas e conversas informais com os pescadores e representantes dos diferentes setores da sociedade me instrumentalizaram, cada um com sua parcela significativa de contribuição, para o desenvolvimento deste trabalho. Dentro do que apresento vai de mim o meu melhor sabendo que as limitações enfrentadas se sobrepuseram, neste processo, às potencialidades, mas nem por isso são desmerecedoras de apreciação para uma reflexão, agora coletiva.

CAPÍTULO I – As comunidades pesqueiras artesanais de Meleiras e Barreiras e o estuário do rio São Mateus

Os pescadores artesanais de Meleiras e Barreiras constituem duas comunidades pesqueiras territorializadas em área rural no norte da ilha barreira de Guriri, no estuário do rio São Mateus, município de Conceição da Barra, na costa norte do Espírito Santo (Figura 01).

Essas comunidades vivem da pesca artesanal no estuário utilizando para este fim técnicas e conhecimentos tradicionais, o que lhes confere relativa autonomia quanto ao modo de produção econômica. São donos de sua força de trabalho, do conhecimento técnico e ambiental, bem como dos meios de produção necessários para se apropriarem dos recursos pesqueiros do estuário do rio São Mateus.

Apesar da autonomia, os pescadores artesanais de Meleiras e Barreiras têm sua produção submetida à economia das cidades de São Mateus e Conceição da Barra. Eles dependem destes centros econômicos para a comercialização do pescado e aquisição dos produtos de primeira necessidade e bens de consumo de que necessitam. Por outro lado, há também uma grande dependência da economia destas cidades à produção do pescador artesanal, no que tange ao abastecimento de pescado para o consumo da população. Desta forma, além da importância para a reprodução do pescador e sua família, o recurso pesqueiro estuarino tem também grande importância para a economia de São Mateus e Conceição da Barra.

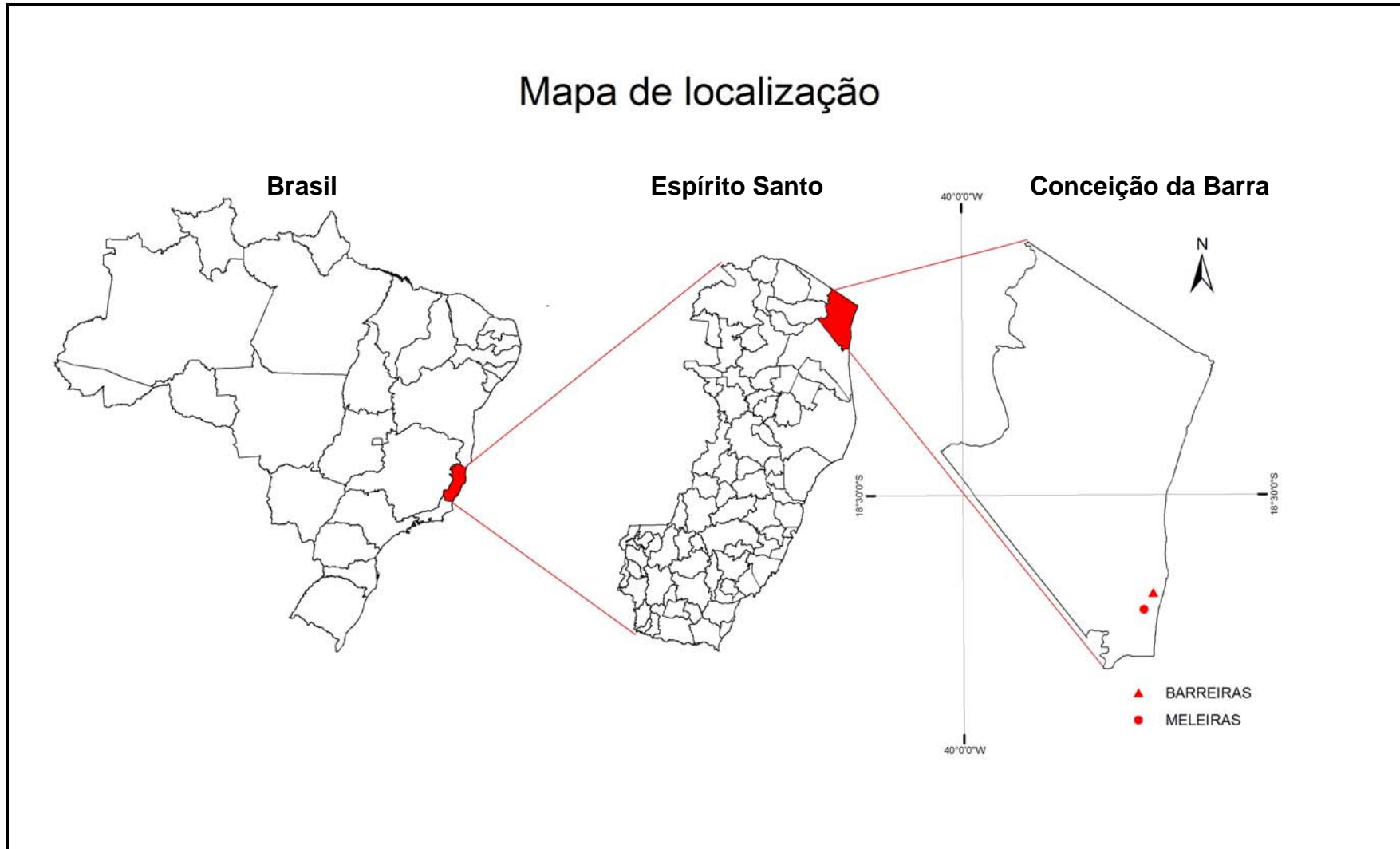


FIGURA 01 – LOCALIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO.

FONTE: IBGE. ORGANIZAÇÃO: PEDROSA; CAJAIBA (2007)

A dinâmica moderna de ocupação da costa norte capixaba onde as comunidades pesqueiras de Meleiras e Barreiras tradicionalmente se territorializam, atribui ao lugar³, novos valores e usos, recriando territórios ao mesmo tempo em que alteram as condições de reprodução e sociabilidade dos pescadores.

Portanto, estão, no estuário do rio São Mateus, os recursos naturais por meio dos quais as comunidades estudadas constroem seu modo de vida e abastecem o mercado local. Assim é necessário que estes recursos sejam garantidos para que esta economia não sucumba.

Cabe ressaltar que a relação tradicional estabelecida por essa população na transformação do ambiente natural não afetou a reprodução dos recursos naturais deste trecho da costa. Os manguezais, as formações vegetais de restinga, as praias e o estuário chegaram até a década de 1990 em bom estado de conservação mesmo com a exploração extrativista exercida pelas duas comunidades pesqueiras (FERNANDES, 2002). A partir deste período, com a expansão de setores da economia e uma ocupação desordenada sobre os territórios tradicionais e sobre os ecossistemas naturais de Meleiras e Barreiras, é que se iniciou um processo de destruição ambiental.

O interesse em discutir esta dinâmica a partir das comunidades pesqueiras reside na

³ Lugar é visto neste trabalho como uma unidade material, físico-biótica e social cujas características podem ser agrupadas em conceitos geográficos de posição e situação. O lugar é aqui entendido como um espaço de produção e reprodução de um grupo humano, uma possibilidade de uso social com um dado potencial produtivo, o qual permite uma abordagem de suas qualidades que desvendaria suas vantagens e desvantagens, quanto aos diferentes usos, em comparação a outros lugares (MORAES, 1999).

necessidade de se trazer à luz da ciência, reflexões sobre as conseqüências sócio-espaciais e ambientais geradas pelo modelo atual de reprodução da sociedade moderna sobre territórios que cumprem satisfatoriamente sua função social, econômica, cultural e ambiental, deixando nesse território somente o ônus sobre estas questões. Insere-se ainda no fato de que, ao pensar a produção do espaço pelas comunidades pesqueiras, seja dada a devida importância à diversidade cultural e econômica como base para um modelo de desenvolvimento sustentável⁴, social e ambientalmente justo.

Dada a importância do ambiente estuarino para a organização do pescador artesanal, torna-se relevante conhecer suas especificidades. Sob esta premissa, neste capítulo, inicialmente serão abordados os aspectos físicos naturais do estuário do rio São Mateus, bem como os atuais usos deste ambiente e de seu entorno para, posteriormente, configurar e discutir a produção do espaço das comunidades pesqueiras estuarinas de Meleiras e Barreiras.

1.1 O estuário do rio São Mateus

O estuário do rio São Mateus constitui uma unidade espacial de estudo inserida na zona costeira do norte do Espírito Santo. O escopo desta pesquisa discute esta unidade a partir dos conflitos gerados pelos diferentes usos deste espaço onde, de

⁴ A noção de desenvolvimento sustentável é bastante controversa tanto pela dificuldade de uma definição conceitual quanto pela dificuldade de ser alcançada na prática. Para alguns grupos este termo não passa de mais uma criação da sociedade capitalista moderna para a sua reprodução sendo incompatível aliar a idéia de sustentabilidade, que está embasada na manutenção dos recursos, à idéia de desenvolvimento que pressupõe o consumo dos estoques naturais. Esta noção está balizada nas diferentes posições quanto ao futuro do planeta e da humanidade (SANSON, 2001).

um lado, estão ambientes naturais e modos de vida de grande significado ambiental e cultural e de outro uma dinâmica econômica caracterizada por processos ligados à urbanização, ao turismo, à agroindústria e à mineração.

Moraes (1999:29-30) dá conta desta dinâmica em sua análise da zona costeira brasileira observando que:

O litoral pode ser definido como uma zona de usos múltiplos, pois em sua extensão é possível encontrar variadíssimas formas de ocupação do solo e a manifestação das mais diferentes atividades humanas. Defronta-se, na zona fronteira do Brasil, desde a presença de tribos coletoras quase isoladas até plantas industriais de última geração, desde comunidades vivendo em gêneros de vida tradicionais até metrópoles dotadas de toda modernidade que as caracteriza. Enfim, trata-se de um universo marcado pela diversidade e convivência de padrões dispares. Isso redundando em uma alta conflituosidade potencial no uso do solo [...].

Neste sentido, o estuário do rio São Mateus demanda um olhar diferenciado para melhor utilização dos espaços e aproveitamento dos recursos humanos e naturais nele inseridos. Um processo que requer a avaliação conjunta dos diferentes setores da sociedade na busca de mecanismos que ordene as múltiplas formas de uso e disputas, bem como suas implicações sociais, ambientais e econômicas no contexto local.

Inicialmente, a abordagem aqui focalizada leva em consideração a área estudada com base nos critérios naturais, físicos e ambientais. Justifico esta abordagem pelo fato de que os elementos cujas qualidades contribuíram para dinâmica das

comunidades pesqueiras e para os usos atuais estão localizados no estuário do rio São Mateus. O ambiente efetivo tem suas fronteiras criadas e alargadas pela sua apropriação humana, um conceito que supõe, segundo Wirth (1970 apud FURTADO, 1987, p. 86),

[...] a existência de um dado domínio cujos recursos potenciais chamam a atenção e tornam-se mobilizáveis pelos indivíduos. Essa mobilização não se dá apenas em razão da existência desses recursos, mas na medida em que os indivíduos encontram condições de incorporá-los no seu quadro de utilidades, isto é, na medida em que encontram oportunidade de transformá-los em bens de uso ou de troca.

1.1.1 Aspectos naturais e ambientais do estuário do rio São Mateus e seu entorno

Antes de caracterizar o estuário do rio São Mateus, torna-se necessário entender o significado do termo estuário adotado nesta pesquisa. Por definição, este é um corpo de água semifechado por barreiras, apresentando uma saída para o oceano aberto (open ocean) que pode, temporariamente, ser interrompida. Está sob influência das marés, o que vale dizer que as águas de drenagens continentais encontram-se com as águas oceânicas promovendo um gradiente de salinidade que vai variar de acordo com o volume de água e a configuração geomorfológica da região (CUNHA, 1992; SUGUIO, 1992; MANTOVANI, 2003).

Geologicamente, o estuário é considerado uma feição transitória, que acaba

normalmente sendo preenchida por depósitos de mangue, deltas ou marés. Insere-se no domínio de depósitos sedimentares quaternários englobando modelados marinhos, fluviomarinhos e fluviais que retratam diversas fases de evolução no decorrer do quaternário. Toda a dinâmica do estuário vai depender de sua forma, descarga de água fluvial, intensidade da maré, salinidade, circulação oceânica e ventos.

Para Fairbridge (1968 apud YÁÑES-ARANCÍBIA,1987, p. 3), o estuário é ainda dividido em setores de acordo com o limite superior de influência da maré. Ele diz:

O estuário é um braço de mar que se estende tanto quanto possível para dentro de um vale de um rio, dependendo do limite superior da maré, estando geralmente dividido em três setores: a) estuário baixo ou marinho livremente conectado com o mar aberto; b) o estuário médio sujeito a mistura de água doce e salgada; c) o estuário superior ou fluvial, caracterizado pela água doce, mas sensível a ação diária da maré. Os limites entre setores são variáveis e sujeitos as constantes mudanças da descarga fluvial.

O estuário é um ecossistema de alta produtividade, cujos organismos que nele vivem possuem mecanismos adaptativos às variações de temperatura, salinidade e turbidez, sejam eles de origem marinha, duceaquícolas ou terrestres. A riqueza de nutrientes trazidos pelo rio e pelos detritos produzidos no ambiente estuarino, assim como a mistura de água doce e salgada, possibilita uma grande biodiversidade neste ambiente e nas águas costeiras adjacentes.

Inserido na costa norte, o estuário do rio São Mateus pertence à segunda maior

bacia hidrográfica do Espírito Santo, a bacia do rio São Mateus⁵. No baixo curso, próximo ao nível de base, no estuário médio, este rio assume um curso meandrante, infletindo paralelamente a linha de costa antes de desaguar no oceano Atlântico tendo em sua margem esquerda a cidade de Conceição da Barra e, na margem direita, o extremo norte da ilha de Guriri, denominada de Pontal do Sul. Esta última mantém-se até a atualidade colonizada pela vegetação natural típica da costa estuarina brasileira.

Apesar de haver poucos estudos abordando a sua gênese, ecologia e dinâmica físico-química, o estuário do rio São Mateus parece pertencer àquele “construído por barra”⁶, com ocorrência de ilhas e bancos de areia, devido à baixa competência do rio, conforme classificação de Pritchard (1967 apud VALE, 2004).

Martin et al. (1997), ao estudar o quaternário costeiro do Espírito Santo relaciona a formação do estuário do rio São Mateus não só à baixa competência deste rio como à gênese da planície quaternária costeira do norte capixaba pelo grande aporte de sedimentos descarregados no oceano pelo rio Doce, principal rio do estado.

O estuário do rio São Mateus vai da foz onde está localizada a cidade de Conceição

⁵ A rede hidrográfica do Espírito Santo é formada por 12 bacias constituídas por rios de pequeno porte e potencialidade hídrica reduzida (596 m³/s). Estes rios apresentam elevado nível de assoreamento provocado pelo desmatamento das matas nativas pelo processo de ocupação capixaba. A bacia do rio São Mateus engloba parte do leste de Minas Gerais e o norte do Espírito Santo, ocupando uma área de 13.483 km². No Espírito Santo este rio drena 11 municípios sendo grande a sua importância socioeconômica para o norte. Estudos realizados pelo Grupo de Estudo e Ações em Recursos Hídricos da UFES (GEARH, 1998) mostram que no final da década de 1990 existiam 562 pequenas barragens na bacia do rio São Mateus no Espírito Santo.

⁶ Os tipos apresentados por Prichard são: (1) construídos por vales fluviais de inundação; (2) estuários do tipo fiorde; (3) estuários construídos por barras; e (4) estuários produzidos por processos tectônicos (apud VALE, 2004).

da Barra até às proximidades do porto fluvial da cidade de São Mateus, totalizando 46 km de comprimento e uma largura que pode chegar a 750 m em alguns trechos. Sua profundidade não é muito grande o que fez com que ao longo dos anos somente pequenas e médias embarcações circulassem em suas águas.

As marés são responsáveis pela dinâmica estuarina e se constituem na principal fonte de energia deste ambiente. Elas também interferem na dinâmica hídrica e salina no interior dos estuários. De um modo geral, o movimento das águas do estuário ocorre em ciclos que se repetem a cada 6 horas, com parada de 6 minutos entre eles. Quando o movimento ocorre para o interior do continente, é chamado de maré enchente e o movimento contrário, em direção ao oceano, de maré vazante. De acordo com a incidência da maré, há predominância de pescados de água doce ou marinha, portanto ao longo do dia há uma variação dos recursos pesqueiros no interior do estuário.

A dinâmica hídrica e a salinidade estuarina podem ser afetadas pela presença de frentes frias, pelos ventos, pelos períodos de chuvas e secas. Estes fatores interferem na composição das espécies piscosas do estuário. Este quadro é ainda mais significativo pelo fato de a costa norte capixaba inserir-se em um trecho que apresenta uma grande produção primária e secundária devido a eventos transitórios como as ressurgências ou vórtices ciclônicos na altura da costa de Vitória e a presença de bancos coralínicos no fundo da plataforma continental próximo ao Banco de Abrolhos.

Esses eventos têm o potencial de trazer para a camada superficial do mar – camada fótica – águas profundas ricas em nutrientes que duram semanas ou meses criando uma cadeia trófica que serve de fonte de alimentos para peixes. A ocorrência destes eventos promove ainda a retenção de larvas e nutrientes com conseqüências importantes na dispersão de organismos marinhos pela costa

Os ventos dos quadrantes nordeste e leste são constantes e moderados, determinando um padrão constante de ondulações sem energia suficiente para gerar turbulência ou mistura de grandes porções de coluna d'água. Como conseqüência, o mar é dominada por águas quentes superficiais da Corrente do Brasil propiciando um ambiente para o predomínio do plâncton de pequeno tamanho e as cadeias tróficas microbianas longas que são importante fonte de nutrientes.

Estudos recentes estão sendo realizados pelo Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo - USP, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e outros parceiros, dada a importância ecológica e econômica de Abrolhos e seu entorno ao mesmo tempo em que as pressões da Petrobrás se fazem presentes para a implantação de poços de extração de petróleo em sua proximidade (dados obtidos da internet, 2007). Recentemente, a área de amortecimento do Parque de Abrolhos que chegava até a foz do rio Doce no norte do Espírito Santo foi reduzida em função de interesses econômicos de grande risco ambiental.

O ambiente interno do estuário do rio São Mateus é formado predominantemente por exuberantes manguezais que ocupam as margens e as ilhas de sedimentação,

como a ilha das Garças e de São João. As planícies de inundação ocupadas por vegetação brejosa natural também se inserem nesta paisagem.

Além de serem bem desenvolvidos, os manguezais do rio São Mateus encontram-se também entre os mais conservados do estado, exceção feita aos bosques que se encontram nos arredores da área urbana da cidade de Conceição da Barra. Neste trecho, desmatamentos, aterros e lançamento de efluentes são fatores de degradação deste ecossistema (VALE, 1999; VALE; FERREIRA, 1998).

O manguezal, por suas potencialidades físico-químicas e biológicas, é um importante produtor e exportador de biomassa para o estuário e ambientes costeiros adjacentes. A vegetação é tipicamente arbórea e apesar de não possuir uma grande diversidade de espécies é altamente especializada às condições adversas do ambiente estuarino estando sujeita a inundações periódicas pelas marés, variações de salinidade, substrato lodoso e déficit de oxigênio (SCHAEFFER-NOVELLI; CINTRÓN, 1986; VANUCCI, 1989).

As espécies predominantes nos manguezais de Conceição da Barra não diferem das espécies ocorrentes na costa do Brasil. Estão presentes os bosques de mangue vermelho, *Rizophora mangle*, de mangue preto, *Lagunculária racemosa* e, em menor proporção, os bosques de siriba, *Avicennia sp.* As árvores podem chegar a uma altura aproximada de 18 m e sua biomassa contribui para o início de uma teia alimentar complexa que envolve microorganismos, fungos, crustáceos, moluscos, peixes, insetos, aves, répteis, pequenos mamíferos e o próprio homem (VALE, op

cit.; VALE; FERREIRA, op cit.; CARMO, 1987, 1994).

A riqueza de nutrientes trazidos pelo rio, os detritos produzidos no manguezal, assim como a mistura de águas doce e salgada, são responsáveis pela grande biodiversidade estuarina contribuindo ainda para a produção das águas costeiras adjacentes. Por este motivo este ecossistema constitui-se em um verdadeiro viveiro e berçário natural de inúmeras espécies de pescado de importância alimentar e econômica que aí vivem parte ou todo o seu ciclo de vida (SCHAEFFER-NOVELLI; CINTRÓN, 1986).

Dentre as espécies de peixes mais comuns e de importância econômica presentes no estuário do rio São Mateus destacam-se as seguintes: cangoás, tainhas, robalos, carapebas, manjubas, escamudas, piximas, além de camarões de água salgada e de água doce, crustáceos e moluscos como o siri, o caranguejo, a ostra e o sururu (FERNANDES, 2002). Em levantamento da Petrobrás, foram registradas 4 espécies de moluscos, 21 de crustáceos e 18 de peixes neste ambiente, número considerado relativamente alto devido à grande extensão e ao bom estado de conservação deste trecho (IEMA, 2006).

A introdução de animais exóticos neste estuário, como o camarão-da-malásia, a piranha e o bagre africano, teve início na década de 1980 e tem acarretado impactos sobre as espécies nativas do estuário. Estes impactos ainda não foram avaliados pela sociedade capixaba, mas, segundo os pescadores locais, podem ser percebidos, pela diminuição significativa das espécies nativas e o aumento

significativo das espécies exóticas. Atualmente, bagres africanos de até 5 kg são capturados freqüentemente, assim como piranhas.

Os cordões arenosos, colonizados por formações vegetação de restinga, e os depósitos terciários do Grupo Barreiras, originalmente colonizados pela Mata Atlântica, compõem a paisagem terrestre que circunda o estuário.

Existem duas gerações de depósitos sedimentares do quaternário no estuário do rio São Mateus. O terraço pleistocênico, mais interno datando de 120.000 anos AP, forma um trecho arenoso entre os sedimentos terciários e o terraço mais externo, holocênico, construídos ao longo dos últimos 13.000 anos AP. Este último predomina na área estudada sendo uma faixa de relevo plano levemente ondulado devido às feições dos cordões arenosos depositados ao longo do processo de regressão marinha. Esta faixa contínua, interrompida somente pela foz dos rios, é um relevo denominado de restinga na geomorfologia costeira, cujos cordões arenosos variam entre 2 e 8 m de altitude.

Diferentes formações vegetais de restinga que vão desde herbáceas-arbustivas até arbóreas com alturas que podem chegar os 20 m colonizam os cordões arenosos deste trecho da costa. Uma rica fauna se associa à estas complexas formações vegetais.

Em estudos recentes foram registradas 15 ordens de insetos, 23 de anuros e 20

espécies de mamíferos, entre os quais estão a onça parda (*Puma concolor*), gato do mato (*Leopardus tigrinus*) e o boré (*Chaetomys subspinosus*), ameaçados de extinção.

Parte da vegetação de restinga foi desmatada e substituída pela atividade agropecuária e pela expansão urbana. As pressões sobre a restinga neste trecho se intensificaram com a expansão do balneário de Guriri e de Conceição da Barra, a partir de 1970. Apesar das pressões atuais, parte da restinga do entorno do estuário ainda se encontra em bom estado de conservação, sendo este um dos trechos da costa capixaba menos alterados pelo processo de ocupação se comparado à costa centro-sul do estado.

O Grupo Barreiras, período terciário, do entorno do estuário apresenta formas tabulares, de morros planos e vales colmatados, levemente ondulados em direção à costa apresentando altitudes que variam entre 10 a 30 m⁷. A formação vegetal predominante deste relevo era a Mata Atlântica, hoje praticamente substituída pela ocupação capixaba.

A ocorrência de espécies altamente valorizadas no mercado como jequitibá, jacarandá, caviúna, macanaíba, cedro mogno, sucupira, angelim e peroba aceleraram o desmatamento e a destruição deste domínio no norte do Espírito Santo, principalmente durante o processo de urbanização que se iniciou no país na

⁷ As formas tabulares do Grupo Barreiras compõem junto com a planície quaternária o relevo dos municípios costeiros de Conceição da Barra e São Mateus.

primeira metade do século XX e, em particular após a abertura das estradas no estado, entre 1930 e 1960. Este quadro foi agravado depois de 1970 com a implantação e expansão da monocultura de eucalipto e da cana de açúcar em Conceição da Barra e São Mateus⁸.

A Mata Atlântica e os ecossistemas associados⁹ do Espírito Santo registram um dos maiores índices de endemismo e de riqueza biológica do planeta. Algumas das plantas e animais mais raros do mundo encontram abrigo no que sobrou deste domínio. Segundo o Instituto de Pesquisa da Mata Atlântica – IPEMA (2004), 1/5 das espécies de animais e plantas do Espírito Santo estão ameaçadas de extinção. Outras 959 espécies da fauna e da flora estão sob ameaça de desaparecer para sempre e cerca de 40 já são consideradas extintas na natureza. Deste total, 240 estão criticamente em perigo (66 fauna e 174 flora), 254 estão em perigo (38 fauna e 216 flora) e 465 são consideradas vulneráveis (131 fauna e 334 flora)¹⁰.

Devido à relevância sócio-econômica e ecológica dos ambientes naturais e ao processo intensivo de exploração e destruição destes ambientes pelo modo de

⁸ A redução da Mata Atlântica foi drástica nos últimos 500 anos. Atualmente entre 7 a 10%⁸ de sua formação original se distribuem de forma fragmentada ao longo da costa brasileira (ADANS, 2000). Segundo dados do Instituto de Pesquisa da Mata Atlântica - IPEMA, o Espírito Santo possui, assim como o Brasil, apenas 7% da cobertura que antes cobria todo o território capixaba (www.ipema.gov.es).

⁹ Classificação que insere as formações vegetais de restinga, os manguezais, as dunas, as formações brejosas e os campos litorâneos no domínio da mata atlântica como ecossistemas associados.

¹⁰ Segundo considerações feitas pelo Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica (IPEMA), o Espírito Santo é prioridade mundial na conservação da biodiversidade por apresentar um dos maiores índices de endemismo e de riqueza biológica do planeta. Algumas das plantas e animais mais raros do mundo encontram abrigo no que sobrou da Mata Atlântica capixaba. Salienta ainda que o estado era o único da região Sudeste que ainda não possuía sua lista vermelha. Entregue ao governo capixaba esta lista irá subsidiar a política estadual de conservação da biodiversidade. O projeto é executado pelo IPEMA, com apoio do Governo estadual e do IBAMA, e financiado pelo Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF) – fundo internacional constituído por doações da Conservation International, Banco Mundial, GEF (Global Environmental Facilities), e MacArthur Foundation. Este levantamento fortalecerá também ações como o Projeto Corredores Ecológicos, os programas de despoluição e recuperação ambiental e a criação e implantação de unidades de conservação (dados levantados na internet – (Texto publicado no jornal A Gazeta, versão eletrônica em novembro de 2004)

reprodução urbano-industrial, o município de Conceição da Barra possui hoje algumas unidades de conservação que buscam contemplar os diferentes ecossistemas naturais que compunham a sua paisagem (Figura 02).

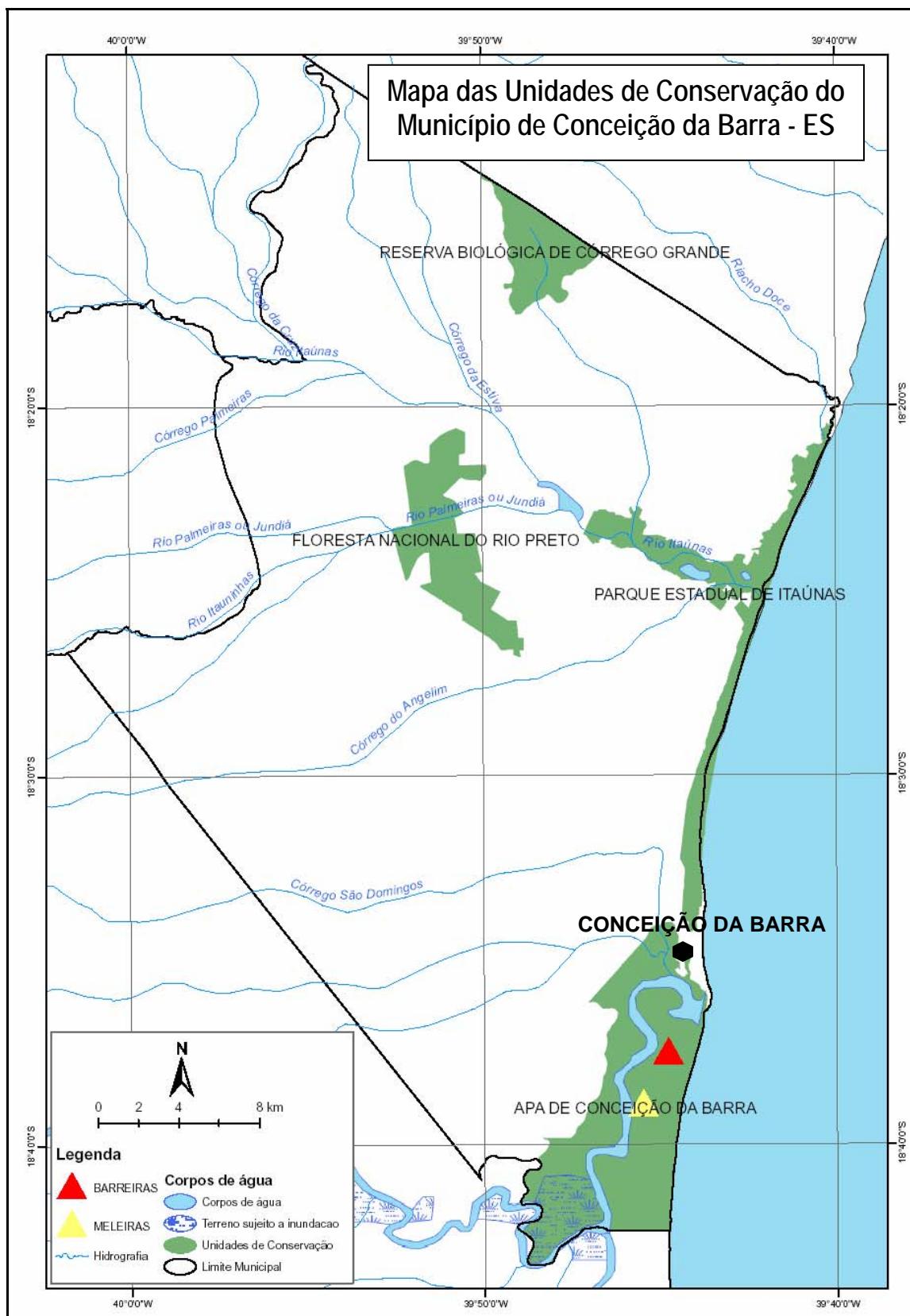


Figura 02: Mapa das Unidades de Conservação de Conceição da Barra, ES.

Fonte: SEAMMA. Organização: Pedrosa; Cajaiba (2007)

No contexto das políticas de conservação, os ambientes costeiros do município estão preservados principalmente pela APA de Conceição da Barra e pelo Parque Estadual de Itaúnas, enquanto a mata atlântica encontra-se protegida pela Reserva Biológica do Córrego Grande e Floresta Nacional do Rio Preto, conforme apresentado no quadro abaixo (Quadro 01).

Quadro 01

Unidades de Conservação de Conceição da Barra - ES

Unidade	Órgão Responsável	Uso	Instrumento de Criação	Coordenadas Geográficas	Ecosistema	Área	Plano de Manejo	Atividade Desenvolvida
					Predominante			
Floresta Nacional do Rio Preto	IBAMA	Sustentável	Decreto Estadual nº 8.590 de 17/01/90	S18° 21 '19" W39° 0 '39"	Floresta Atlântica de Tabuleiro Ombrófila Densa Litorânea	2.830,00 (ha)	Sim	EA/PQ/UP FISC
Reserva Biológica de Córrego Grande	IBAMA	Proteção integral	nº 97.657 de 12/04/89	S18° 22 '14" W39°48 '09"	Floresta Atlântica de Tabuleiro e Floresta Ombrófila Densa Litorânea EA/FISC	1.504,00 (ha)	Sim	EA/FISC
Parque Estadual de Itaúnas	SEAMA IEMA	Proteção integral	Decreto Estadual nº 4.967 de 08/11/91	S18° 20 ' W39° 40 '	Floresta de Restinga e Alagado	3.491,00 (ha)	Sim	EA/PQ/UP FISC
Área de Proteção Ambiental de Conceição da Barra	SEAMA IEMA	Sustentável	Decreto Estadual nº 7.305 de 13/11/98	S18° 34 '05" W39° 29"	Floresta de Restinga e Manguezais, Rio São Mateus	7.728,00 (ha)	Não	Nenhuma

Fonte Iema, 2007 Organizado por Fernandes, 2007

Neste quadro é possível observar que os manguezais do estuário do rio São Mateus, bem como parte das formações vegetais de restinga da ilha de Guriri, onde vivem os

pescadores de Meleiras e Barreiras, encontram-se protegidos pela APA de Conceição da Barra. Esta questão será discutida posteriormente.

Ainda levando em consideração a importância bioecológica da costa norte, as praias da ilha de Guriri bem como as demais praias do norte capixaba possuem sítios de desova de tartarugas marinhas¹¹ como a de couro, *Dermochelys coreacea*, a cabeçuda, *Caretta caretta*, a de pente, *Eretmochelys imbricata*, e a verde ou oliva, *Lepidochelys olyvacea*. A proteção destes animais é feita pelo Projeto Tartarugas Marinhas – TAMAR –, em parceria com o Ibama, havendo uma base do Tamar na Ilha de Guriri a cerca de 10 km de Meleiras e Barreiras.

Importantes sítios arqueológicos foram descobertos no estuário do rio São Mateus e adjacências. Os levantamentos feitos por Perota (1971) mostram que a ocupação deste ambiente remonta períodos pré-colombianos e pré-históricos de ocupação da costa norte capixaba.

1.1.2 Uso e ocupação do estuário do rio São Mateus e seu entorno

Dentre as atividades econômicas atuais predominantes no estuário do rio São Mateus e seu entorno, estão extração de areia em áreas de restinga, extração de madeira em áreas de restinga e manguezal, turismo sol/praias de massa, pesca artesanal e comercial, exploração de petróleo e gás natural agropecuária, silvicultura

¹¹ O Espírito Santo é o único sítio de desova da tartaruga gigante e de pente no Brasil.

e monoculturas de cana de açúcar bem como atividades industriais para a produção de açúcar e álcool e pequenas indústrias derivadas dessas atividades. Cabe ressaltar que uma das maiores jazidas de salgema¹² da América do Sul ainda não explorada, mas em fase de licenciamento junto ao Instituto Estadual do meio Ambiente - IEMA, fica neste trecho da costa, entre os municípios de São Mateus e Conceição da Barra, no subsolo da APA de Conceição da Barra e na área de amortecimento do Parque Estadual de Itaúnas.

Sobre as atividades de mineração, Ab'Saber (1987, p.15) citando Judith Cortesão engloba a exploração de salgema e do petróleo como um dos principais fatores de degradação do litoral brasileiro. Ao se referir às interferências da atividade do salgema em Maceió, o autor diz:

A exploração de salgema na área de restinga de Maceió constitui-se em um capítulo à parte da insanidade dos empreendimentos do capitalismo selvagem sobre espaços urbanos privilegiadas. Descobertas as grandes lentes de salgema, em profundidade (a mais de 1.000 metros abaixo do nível de restinga), iniciaram-se planos para a exploração e industrialização da salgema no próprio sítio da restinga. Houve perturbações ambientais [...]. O pior foi a mudança de marcha no processo da produção do espaço urbano da restinga, um dos mais belos sítios potenciais para lazer e turismo no conjunto do sítio urbano de Maceió. A degradação pela indústria química impediu o desenvolvimento das vocações principais da beira-mar da restinga, afugentou funções socialmente mais compatíveis, e, conduziu autoridades a consolidar a desvalorização do espaço [...].

Por outro lado, as atividades agrícolas, praticadas pela população rural são desenvolvidas em pequenas comunidades rurais, assentamentos e quilombos

¹² De acordo com estudos apresentados pela Petrobrás ao IEMA, as reservas totais de salgema somam cerca de 19.404 X 106 t, sendo constituída de halita com disseminações de argila, carbonatos e sulfatos com teor médio de Cloreto de Sódio (NaCl) de 88,36% . O método utilizado para a exploração da salgema será o de dissolução utilizando para isso um grande volume de água (76% da salmoura corresponde à quantidade de água) que será obtida de aquíferos subterrâneos da região (serão retirados 10.000 m³ água/dia). Cabe frisar que a estimativa de produção de sal soma 1.000.000 t/ano durante 20 anos. Lembrando que a extração excessiva de água subterrânea de uma bacia hidrográfica pode causar o desaparecimento de nascentes, redução de descargas de base dos rios, deslocamento da cunha salina e o aparecimento de recalques diferenciais dos terrenos (IEMA, 2006).

localizados nos interstícios da agricultura comercial e da agroindústria. Tradicionalmente, esta população produz alimentos de subsistência, como a mandioca, milho, feijão, abóbora, farinha, cujo excedente abastece o mercado local. Junto à costa, nos arredores do estuário, nas áreas mais preservadas e distantes dos centros urbanos e balneários, algumas comunidades pesqueiras se reproduzem, entre elas a comunidade pesqueira de Itaúnas, Meleiras, Barreiras e Barra Nova.

No estuário e no seu entorno, existe um porto pesqueiro na cidade de Conceição da Barra¹³, foz do rio São Mateus, e também um porto da Petrobrás para escoamento de óleo, o Terminal Norte Capixaba, localizado na foz do rio Mariricu, em Barra Nova, no sul da ilha de Guriri.

A urbanização sobre a planície quaternária se concentra na sede do município de Conceição da Barra, Itaúnas e no balneário de Guriri, este último localizado no município de São Mateus. Em levantamento realizado pelo Instituto de Apoio a Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves – IPES (1999), a ocupação da costa norte se caracteriza pela baixa densidade das terras à beira-mar. Sobre o relevo de tabuleiros, a poucos quilômetros da costa, a urbanização é mais efetiva, principalmente na cidade de São Mateus. Vários núcleos urbanos menores – sedes de distritos de São Mateus e Conceição da Barra – estão localizados também sobre os tabuleiros.

Dentre as atividades que ocorrem no estuário do rio São Mateus e no seu entorno

¹³ O porto de Conceição da Barra teve sua atividade diminuída nos últimos anos devido aos processos fluviomarinhos que ocorrem na desembocadura do estuário promovendo o seu assoreamento.

são consideradas de alto risco as realizadas pela Petrobrás - rede de gasoduto e oleoduto entre o norte do estado e a região industrial da Grande Vitória, entre outros, –, e pela pesca comercial e industrial.

Além dessas, podem ser citadas as práticas agrícolas empregadas atualmente na agro-indústria, sobretudo, a monocultura de eucalipto e cana de açúcar, pois suas técnicas agrícolas se baseiam na mecanização do solo e no uso de insumos agrícolas que causam, respectivamente, erosão e diminuição da fertilidade do solo, assoreamento do estuário e do rio São Mateus e afluentes, além da contaminação dos recursos hídricos, fauna e flora, bem como a contaminação direta e indireta da população.

Tais atividades são fatores de risco em potencial considerando que estão implantadas em área de grande fragilidade ambiental – estuários, mar do rio Doce, mar do rio São Mateus, além do Arquipélago de Abrolhos e bancos de corais. Estes ambientes costeiros, como abordado anteriormente, além da importância biológica e ecológica têm grande importância econômica, seja no setor pesqueiro ou no setor do turismo, ambos considerados os setores que mais geram renda e trabalho no município de Conceição da Barra (IPES, 1999). É também relevante a importância cultural dos ambientes costeiros estuarinos, onde se reproduzem várias comunidades pesqueiras com seus modos de vida singulares, bem como, a sua importância no que diz respeito à segurança alimentar da população de baixa renda que utiliza os seus recursos.

Historicamente, é possível identificar quatro momentos que ligam a história capixaba às mudanças que ocorreram na costa norte, em especial no município de Conceição da Barra, e que influenciaram, direta e indiretamente, a dinâmica de ocupação no estuário do rio São Mateus.

O primeiro remonta à ocupação colonial da costa norte capixaba com a formação das cidades de Conceição da Barra e São Mateus; o segundo diz respeito à inserção do estado do Espírito Santo na economia do café no final do século XIX que culminou com a frente de ocupação das terras acima do rio Doce, até então cobertas de mata nativa em mais de 90% de sua área. O terceiro momento histórico está atrelado às mudanças socioeconômicas ocorridas com o modelo de desenvolvimento que resultou na sua inserção do estado à dinâmica capitalista moderna, culminando com a implantação e expansão da monocultura do eucalipto e da cana de açúcar, a exploração de petróleo, a subordinação da pesca artesanal à pesca empresarial e industrial e a urbanização da costa norte capixaba.

No que tange à ocupação do trecho em estudo, o momento atual se caracteriza pela expansão do turismo e da fruticultura, pela especulação imobiliária e pela implantação da APA.

O fato de as políticas públicas capixabas visarem apenas o desenvolvimento econômico o uso e ocupação do espaço, além de descaracterizar a paisagem, causa prejuízos ambientais, sociais e econômicos que comprometem a vida da população local. Neste contexto, o valor contido nos lugares é o motor do processo

de uso e ocupação territorial e não o bem-estar da população local.

1.2 As comunidades pesqueiras artesanais de Meleiras e Barreiras

A população que compõe as comunidades de Meleiras e Barreiras produziu, ao longo do tempo, uma forma de organização do espaço fundamentada em uma relação profunda com o ambiente estuarino. Esta relação se sustenta por meio de estratégias de vida resultantes do conhecimento empírico e das técnicas disponíveis ao grupo bem como pela dependência aos recursos naturais disponíveis, sem os quais a reprodução dos pescadores tende a sucumbir.

Estas duas comunidades apresentam, de um modo geral, componentes que as aproximam e as distinguem enquanto culturas distintas pertencentes a um universo comum e singular. Apresentam particularidades em relação à sua dinâmica interna, estabelecem territórios¹⁴ e expressam por meio de sua materialidade as relações sociais e os seus significados experienciados. A distinção cultural está presente tanto espacialmente como nas relações sociais estabelecidas entre os moradores de cada comunidade.

Para os pescadores de Meleiras e Barreiras, o estuário, além de ser espaço de

¹⁴ Segundo Costa (2001) toda a sociedade que delimita um espaço de vivência e produção e se organiza para dominá-lo, transforma-o em seu território. Ao demarcá-lo, ela produz uma projeção territorializada de suas próprias relações de poder.

produção, é ainda espaço de sociabilidade com múltiplas significações, como também de possibilidade de sobrevivência, hoje somente por meio do recurso pesqueiro. Cunha (1992, p.33), ao estudar algumas comunidades pesqueiras no estuário de Mamanguape, Paraíba, também observa esta premissa dizendo:

Tanto a terra, como o rio e o mar não são explorados apenas produtivamente e de modo homogêneo [...].Terra, por exemplo, além de ser um espaço de sobrevivência, é também um espaço de moradia e lazer, onde se desenvolve em grande parte a vida comunitária; o rio e o mar, além de serem lócus de atividades pesqueiras e extrativas, constituem espaços de circulação (passeio e transporte).Terra e água – constituem, pois, simultaneamente, domínios naturais e sociais em torno dos quais as comunidades locais vêm produzindo – no tempo e no espaço – um modo de vida próprio, extraindo dos recursos do estuário, do mangue, do mar e da terra, as fontes básicas de sua reprodução econômica e social.

A ligação com a terra e com outros ambientes naturais se sustenta em características próprias da sua organização social que vai além da materialidade econômica. Em seu interior, as categorias natureza, família e trabalho não são pensadas separadamente e a natureza mais que coisa a ser apropriada é patrimônio social mesmo que a produção destes grupos vise à comercialização.

Atualmente, os grandes vetores de transformação de Meleiras e Barreiras estão relacionados à expansão do turismo a partir dos balneários de Guriri e da sede do município, bem como expansão da fruticultura especificamente sobre áreas de Meleiras. Estas duas frentes de expansão estão concertadas com a dinâmica da especulação imobiliária. Aliada à pesca predatória, estas frentes têm sido causa da diminuição do recurso pesqueiro, da destruição do ambiente estuarino e dos

ecossistemas costeiros e, conseqüentemente, da dificuldade que hoje as famílias pesqueiras encontram em se reproduzir devido à valorização¹⁵ e à comercialização das terras.

Para Moraes (1999), a valorização da zona costeira se deve à especificidade, às vantagens locacionais, à finitude e à escassez dos terrenos à beira-mar. O comportamento do mercado fundiário é um dos indicadores mais objetivos para aferir a valoração¹⁶ dos lugares. Sobre esta questão, afirma:

[...] o preço da terra não traduz o valor total de um lugar, mas fornece indicação preciosa dos vetores que comandam o uso do solo e seu ritmo de ocupação, aparecendo como a expressão de um dos agentes estruturantes do ordenamento espacial de maior poder na atualidade: o mercado.

Além desses vetores de expansão sobre Meleiras e Barreiras não se pode deixar de mencionar o importante papel do Estado no ordenamento e nos usos do espaço costeiro bem como na melhoria dos conflitos criados pelos diferentes interesses que incidem sobre este espaço. Neste sentido, o processo de degradação ambiental que acompanha o uso e ocupação de Meleiras e Barreiras levou o governo estadual a criar e implantar a APA de Conceição da Barra no final da década de 1990, com o objetivo de ordenar os usos e conservar os ecossistemas naturais em seu interior, considerados de grande relevância ecológica e ambiental.

¹⁵ Para Moraes (1999), a valorização é um resultado do trabalho humano de transformar recursos naturais em produtos e ao materializar-se em objetos criados. No processo de valorização, o valor manifesta-se como materialidade e como relação social.

¹⁶ A valoração é o ato de atribuir valor à terra. Neste contexto as vantagens comparativas existentes, os estoques de recursos aí depositados, o estado geral das condições locais existentes, os atrativos ou retratores locacionais, contribuem na composição do preço da terra (MORAES, op cit.)

No entanto, até o momento, a APA, que poderia estar atuando no ordenamento do espaço de Meleiras e Barreiras e no uso sustentável dos recursos naturais pelas comunidades pesqueiras não o fez. Esta situação é mais contraditória quando se observa que a fiscalização desta UC é implacável e incide principalmente sobre os usos dos recursos pelos pescadores que tradicionalmente vivem nesta área. A impossibilidade de desenvolver as atividades tradicionais na terra torna este recurso vulnerável as ações dos especuladores, dos fruticultores e de turistas que passam a pressionar os pescadores para que estes vendam suas terras.

Diante da realidade observada em Meleiras e Barreiras, busco, a partir das comunidades pesqueiras de Meleiras e Barreiras discutir as transformações que ocorrem no estuário do rio São Mateus. Inicio a discussão a seguir com uma síntese do meu trabalho final para a conclusão do curso de Geografia na Universidade Federal do Espírito Santo, em 2002, onde levanto a produção do espaço a partir das formas tradicionais de reprodução das comunidades estudadas. A seguir, analiso estas comunidades a partir das formas atuais de produção estabelecendo, desta forma, uma comparação entre os dois momentos. Procuo, no final do capítulo, discutir as mudanças ocorridas apontando os principais vetores de transformação que atuam sobre os territórios e as terras dos pescadores artesanais e os impactos sócio-ambientais oriundos desta dinâmica.

1.2.1 Formas tradicionais de ocupação do espaço

Nesta pesquisa, o termo “tradicional” adotado, a despeito das discussões que este termo suscita¹⁷, será utilizado para caracterizar um modo de vida pautado no uso comum da terra e dos recursos naturais, no sistema produtivo familiar, no conhecimento oral herdado de gerações passadas, na produção artesanal dos bens de uso e meios de produção, na autonomia sócio-econômica sendo o produtor dono de seus meios de produção e de seu trabalho. A lógica que rege a relação homem-natureza é, na concepção deste produtor, uma lógica em que a “função social do espaço se sobrepõe à função econômica” ao contrário do que ocorre na lógica capitalista.

Para Diegues e Arruda (2001, p.29) “estas culturas distinguem-se daquelas próprias ao modo de produção capitalista, em que não só a força de trabalho como a própria natureza se transformou em objeto de compra e venda”. Esta pequena produção se articula e é subordinada a outra forma de produção, cada uma com suas leis próprias de produção.

A questão da tradição se relaciona ainda com o domínio do conhecimento e das técnicas que permitem o pescador se reproduzir enquanto tal. O aprendizado do saber fazer se aprende na oralidade ensinada pelos mais velhos.

¹⁷ Sobre esta questão são elucidativos os trabalhos de Vianna (1996) e de Diegues e Arruda (2001).

Dentro deste contexto, inicio este item remontando, sinteticamente, o histórico da tradição das duas comunidades estudadas com base, como dito anteriormente, em meu trabalho de graduação.

As comunidades de Meleiras e Barreiras tiveram sua origem associada a agrupamentos familiares que viviam da agricultura de subsistência, do extrativismo e da pesca, que se instalaram na margem direita do rio São Mateus. No passado o trecho do médio estuário onde estas famílias se instalaram era um local rico em recursos naturais, e os mantinham há uma distância relativa dos núcleos econômicos mais dinâmicos do norte capixaba no início do século XX, as cidades de Conceição da Barra e São Mateus. O isolamento relativo foi uma característica que possibilitou a construção de um modo de vida de acordo com as necessidades internas e os recursos naturais disponíveis.

O agrupamento que deu origem à comunidade de pescadores de Barreiras descende de três famílias – os Olindo Clarindo, os Constantino Gomes e os Gomes dos Santos. Estas famílias construíram suas casas atrás de um bosque cujo acesso se dava por meio de um canal de mangue a partir da margem do rio. Neste contexto, as moradias ficavam longe dos olhares de quem circulasse pelo rio.

Em Meleiras, a maior parte das famílias estava localizada dispersamente ao longo da margem do rio São Mateus, formando pequenos agrupamentos familiares descendentes das famílias Barbosa, Andrade, Bento, Coutinho, Gomes, Martins, Santos. O rio era o acesso principal a estas famílias, cujas casas eram construídas

junto às suas margens, o que possibilitava uma exposição relativa das pessoas que viviam em Meleiras à dinâmica da circulação fluvial. Até a primeira metade do século XX, o rio São Mateus era a principal via de circulação do norte capixaba conectando esta região ao resto do mundo. Por ele, circulavam navios que realizavam a navegação de cabotagem entre a Bahia e o Espírito Santo além de uma frota de pequenas embarcações, canoas e barcos utilizados pela população local.

Na paisagem de Barreiras, predominam os manguezais, as formações de restinga e o estuário, já, em Meleiras, as formações vegetais de restinga e o estuário são os elementos naturais mais marcantes. As duas comunidades se territorializaram no estuário, longe das praias. Esta localização geográfica diferenciada também foi apropriada de maneira diferente em relação a alguns recursos e técnicas utilizadas.

O rio era o acesso principal às duas comunidades e a principal via de comunicação destas com as cidades de Conceição da Barra e São Mateus, assim como com localidades rurais vizinhas, o Morro da Faia, Santana, Itaúnas, ocupadas em sua maioria por comunidades negras.

Lima (1995) aborda em seu estudo que o rio foi elemento integrante do aspecto físico-cultural de Conceição da Barra. Desempenhou papel importante de comunicação e sobrevivência, e foi ainda, veículo do mundo metafísico da população local. Por terra, foi elaborada na prática cotidiana uma complexa rede de trilhas terrestres ligando as casas entre si, e estas aos recursos terrestres, à praia e à mata. A comunicação entre Meleiras e Barreiras era estabelecida por trilhas ou

pelo rio. O isolamento das duas comunidades em relação às demais áreas ocupadas sejam rurais ou urbanas, e a proximidade entre elas possibilitou o fortalecimento de laços sociais, vivenciados nas festas, relações de compadrio, de parentesco.

O parentesco no interior das comunidades e entre estas era grande, com uma particularidade: a entrada de elementos externos na comunidade de Meleiras era mais comum do que na comunidade de Barreiras. Também era a primeira comunidade muito mais aberta ao contato com os grupos externos que a segunda. Por meio deles, as novidades do mundo externo se territorializavam no lugar. Foi assim com a entrada do gelo, da linha de barbante e de náilon, da primeira geladeira a querosene, o primeiro rádio, a primeira casa de tijolo, entre outros.

Etnicamente, o índio é o elemento que predomina nos traços físicos da população pesqueira de Meleiras e Barreiras, devido a sua miscigenação com o branco. O negro também está presente em menor proporção, tendo se inserido tardiamente nas duas comunidades¹⁸.

Silva (1993) observa que os pescadores do litoral brasileiro representam uma das mais antigas culturas formadas por pessoas que conseguiram fugir da exploração a que estavam expostos.

¹⁸ O negro chegou às comunidades de Barreiras e Meleiras em 1950 e 1970, respectivamente. As comunidades negras eram mais freqüentes nas terras dos tabuleiros terciários enquanto as comunidades caboclas se reproduziam nas terras à beira-mar. O que promoveu a migração dos negros para as comunidades de Meleiras e Barreiras foi a expropriação, pela Aracruz Celulose, das terras da população rural que vivia sobre os tabuleiros em Conceição da Barra e São Mateus. Estas terras por serem planas eram propícias ao plantio do eucalipto e à sua mecanização.

O isolamento foi fator de fortalecimento cultural e de autonomia das comunidades de Meleiras e Barreiras durante quase todas as décadas do século XX. É certo que esta autonomia precisa ser contextualizada, já que se deu em função da abundância e disponibilidade de terras e de recursos naturais, das condições geográficas e ambientais, da diversificação de atividades praticadas no interior dos grupos e da inserção marginal destas comunidades a uma economia também marginal, conforme era a realidade econômica do Espírito Santo em relação aos demais centros econômicos do país até o século XX. O que fica evidente é que as famílias que se instalaram em Meleiras e Barreiras encontraram aí um local onde puderam se reproduzir por meio da pesca, do extrativismo e da agricultura de subsistência.

Isoladas, cada comunidade se organizava em torno de uma economia familiar centrada na produção de alimentos e bens necessários à reprodução material e simbólica. O acesso livre e uso comum dos recursos estuarino, assim, como a socialização do conhecimento eram fundamentais para a consolidação do sistema social como uma unidade relativamente autônoma. A terra e o rio eram espaços de todos e socialmente apropriados.

Católicos em sua origem tiveram suas crenças ligadas a esta religião que no norte capixaba foi fortemente influenciada pela cultura negra. São Pedro e São Benedito eram os padroeiros de Meleiras e Barreiras, respectivamente. Esta última comunidade trazia em seu universo simbólico as folias de reis de boi. Por meio desta manifestação folclórica, criavam sua própria dança, suas próprias músicas, os instrumentos e indumentárias necessárias ao processo de catarse coletiva e de

aproximação do sagrado ao profano.

As relações de trabalho dentro das economias eram marcadas por vínculos de parentesco ou afinidades. Havia certa divisão de trabalho em torno do gênero e da idade e, naquelas atividades que demandavam maior tempo ou esforço físico, se recorria ao sistema de mutirão. As famílias eram numerosas, com grande número de filhos, o que favorecia a economia sustentada pelo trabalho familiar que demandava muitos braços para a sua concretização. Cedo, os meninos aprendiam a arte da pesca e do trato com a terra. As meninas eram introduzidas nos trabalhos domésticos, tarefas agrícolas, na coleta de mariscos nos arredores das casas. Ambos desde cedo ficavam encarregados do cuidado com os irmãos mais novos, aprendiam as técnicas de produção de farinha e beijús e o artesanato necessário para a produção das atividades cotidianas de forma que quando chegavam à idade adulta já estavam aptos para desempenharem sua função dentro do grupo. A maioria era iletrada, não chegando à 4ª série do ensino fundamental.

A produção artesanal supria as demandas produtivas e domésticas das famílias de Meleiras e Barreiras. Com a abundância e a disponibilidade de recursos estuarino era produzida, em grande parte, toda a infra-estrutura necessária à reprodução destes grupos. Construía as moradias, os rústicos móveis, os remos, as cordas de embira – feita de uma planta da família das malváceas, *Hibiscus sp*, que bordeia as margens do rio São Mateus. Esta fibra era usada para amarrar o que fosse necessário, utilizavam ainda a taboa – vegetal comum nas várzeas alagadas – para construir as esteiras onde dormiam. Produziam as linhas de tucum – uma palmeira

comum entre a restinga e as áreas alagadas –, para a fabricação das redes e tarrafas, coletavam cipós e taquaras para a confecção de cestos e armadilhas de pesca e caça. Da folha do coquinho-de-guriri produziam vassouras e coberturas das casas.

Para Aguiar (2001), o artesanato indígena possibilitou que muitos aspectos singulares desta cultura fossem incorporados aos costumes locais gerando hábitos que influenciaram decisivamente na formação sociocultural da população dos municípios de São Mateus e Conceição da Barra.

Procede lembrar que a influência indígena estava presente em muitas atividades praticadas pelas famílias de Meleiras e Barreiras, como na construção das casas de “estaque”¹⁹. Estava presente também na fabricação da linha de tucum, no processo de “muquiá” o peixe²⁰, nas técnicas de coivara ²¹ utilizadas na agricultura itinerante, no uso da mandioca na alimentação e na produção artesanal da farinha, do beijú²² e dos bolos da mandioca “puba” feitos após a fermentação deste produto na água.

Vários autores como Silva (1993), Maneschy (1995), Lima e Pereira (1997)

¹⁹ O estaque, também chamado de taipa em outras regiões do país, é uma técnica de construção em que as paredes da casa são feitas a partir de uma armação de varas entrelaçadas preenchidas com argila.

²⁰ “Muquiá”, segundo descrição dos pescadores de Meleiras e Barreiras, consiste em uma técnica de conservação do peixe que após ser eviscerado é colocado ao sol para secar. Entretanto Castro (1980: 313) define moquém como um “ processo de assar ou grelhar, carnes e peixe, colocados a alguma distância de um braseiro. O moquém como designação indígena, significa o assador, grelha ou armação de varas, sobre a qual se mantém a alguma distancia de um braseiro, as carnes a assar.

²¹ A coivara é uma técnica agrícola que consiste na derrubada e queima da mata para o preparo e plantio do solo.

²² Segundo Josué de Castro (1980), o beiju é uma espécie de panqueca preparada com farinha de mandioca assada, sendo usado vários ingredientes para codimentá-los como o coco ralado e a castanha de caju. Em Meleiras e Barreiras os beijus são preparados com amendoim torrado e moído ou coco ralado, podem ser doce ou salgado sendo comumente usado em refeições rápidas como o café da manhã ou da tarde.

demonstram como estas técnicas também influenciaram a reprodução da população costeira brasileira que vivia nos interstícios da economia dominante e que grande importância teve na consolidação da sua ocupação.

Na pesca, a influência indígena parece ser fundamental. Veio desta cultura o uso da rede, da tarrafa, da linha e o anzol, do cerco e do puçá. A canoa era um meio de transporte utilizado pelos índios no norte capixaba. No século XIX, naturalistas que percorreram o litoral do estado citaram as práticas pesqueiras e agrícolas desenvolvidas pelos grupos indígenas que habitavam as praias, estuários, baías e rios. O uso de peixes e crustáceos na alimentação das comunidades costeiras também remonta à cultura dos primeiros habitantes da costa.

No interior do sistema familiar de Meleiras e Barreiras se produzia quase tudo que era necessário para seu funcionamento por meio do conhecimento que tinham dos diferentes recursos naturais e de seus usos. Os recursos básicos eram retirados dos diferentes ambientes e transformados por técnicas artesanais adaptadas a cada situação. Neste processo o objetivo principal era suprir de forma mais eficiente possível, com as técnicas disponíveis, às demandas internas.

Dentro deste contexto, foi possível a utilização do solo fraco da restinga para a produção de alimentos. As roças eram feitas com culturas pouco exigentes, como a mandioca, a abóbora e o feijão de corda. O plantio se dava após a derrubada da mata e o preparo da terra com a coivara, que consistia na queima da matéria orgânica resultante da derrubada da mata. Quando a terra se tornava “fraca”, entre 3

a 4 anos, uma outra área era escolhida para plantio e a antiga área era abandonada, o que possibilitava a recuperação daquele trecho da restinga.

A agricultura familiar de subsistência era a principal atividade econômica realizada pelas comunidades sendo complementada pela pesca, a caça e o extrativismo vegetal. Desta forma, as comunidades de Meleiras e Barreiras supriam as necessidades alimentares básicas de carboidratos, vitaminas e proteínas.

Em seu sistema produtivo, os moradores de Meleiras e Barreiras retiravam da mata ervas medicinais, tinturas, madeiras e fibras vegetais para a construção das casas, das ferramentas, das armadilhas, dos utilitários domésticos e a produção de energia. Colhiam a lenha e frutos silvestres como pitangas, mangabas, cajus, coquinho-de-guriri, maracujás, cambucás e araçás.

Por meio da pesca e da captura de animais nativos e criação de pequenos animais domésticos os pescadores supriam suas necessidades protéicas. Pescavam camarões, siris e várias espécies de peixes.

Entre os recursos retirados do estuário e utilizados pelas comunidades estavam mero, camurupim, pixima, robalo, tainha e robalão, chamados de “peixes do mar”, além de judeu, cascudo, piau, os “peixes do rio”, o siri, o pitu, o camarão, alguns dos quais não existem mais. Do manguezal, utilizavam o caranguejo, o siri-açú, a ostra, o guaiamum e o sururu. Ainda, neste ambiente, era instalado o curral para a captura

de peixes.

Além do uso dos recursos do estuário, as duas comunidades utilizavam esporadicamente a praia para pescar com tarrafa e coletar ovos de tartarugas. No entanto, o manguezal era um ambiente utilizado somente pelas famílias de Barreiras.

Só para exemplificar, pois não é a intenção deste trabalho descrever as técnicas de captura realizadas pelas comunidades, o curral – uma armadilha indígena de captura de peixe não-seletiva, ao contrário das demais que visavam os maiores peixes –, consistia na construção de um grande cercado feito com varas, colocadas lado a lado, armada próximo aos canais de mangue. Com o movimento de subida das marés o peixe entrava mangue adentro ficando preso em seu interior quando esta recuava na maré baixa. A captura do caranguejo era feita “no braço” que, introduzido “na toca”, retirava o caranguejo de seu interior segurando-o por trás da carapaça. Esta era uma técnica seletiva, pois o catador escolhia as maiores tocas onde ficavam os maiores caranguejos, em sua grande parte estes eram os machos mais velhos que, ao serem capturados, não representavam prejuízo à reprodução da espécie.

Animais como tatu, paca, jacaré e várias espécies de aves eram as caças preferidas na alimentação. Outros, como o macaco e o cachorro do mato, eram rejeitados. O mundéo – uma espécie de arapuca – e a espingarda eram utilizados para a captura destes animais.

As atividades agrícolas e extrativistas eram realizadas ao longo do ano levando-se em consideração os ciclos biológicos de cada espécie com os ciclos naturais – estações, fases da lua, período de seca, período das águas, movimento das marés. A reprodução do modo de vida pelo sistema artesanal, familiar, exigia grande esforço físico das famílias estuarinas e um conhecimento empírico complexo do ambiente. A vida cotidiana era marcada por intenso trabalho e muita observação da natureza. O trabalho na terra demandava maior tempo do produtor. A pesca era feita nos intervalos desta atividade e como o pescado era farto, em pouco tempo se capturava uma grande quantidade de peixe, que era em grande parte seco ao sol.

Mesmo apresentando certa autonomia, as famílias de Meleiras e Barreiras estavam subordinadas à economia de Conceição da Barra e São Mateus onde compravam e vendiam mercadorias. Apesar da maior distância deste último centro econômico, muitos produtores levavam sua produção – lenha, frutas silvestres, caranguejos, siris, peixe, abóbora, farinha, beijú – para ser vendida em São Mateus onde a demanda era bem maior do que em Conceição da Barra, principalmente, a do pescado oriundo do mar. Destes centros econômicos adquiriam tecido para confeccionar as roupas, ferramentas para o trabalho na terra, calçado, sal, entre outros.

A comercialização era feita com o produtor se deslocando até a cidade para a venda de sua produção. Embora, a comercialização fosse fator de migração periódica das famílias de Meleiras e Barreiras, o contato com os grupos externos era estabelecido não só em função da economia, compra e venda de mercadorias, mas também em

função das demandas sócio-culturais, do desejo de se criar ou se fortalecer as relações de amizade, de compadrio, de parentesco e de poder.

Potter (1971 apud D'ANTONA, 2002), cita que, nas economias familiares de subsistência ligadas à terra, há marcada dependência aos recursos e ciclos naturais, mas não há total dependência ao mercado, o trabalho não é mercadoria e o produto não visa diretamente o lucro. As pessoas mantêm uma estreita relação com a cidade do ponto de vista social, econômico e político, mecanismo que promovem em sua dinâmica tanto o fortalecimento cultural como sua transformação.

Com relação à questão ambiental, o sistema de produção familiar de subsistência praticado em Meleiras e Barreiras não era fator limitante às condições de reprodução dos ecossistemas estuarinos, pois as comunidades eram relativamente pequenas, os recursos eram abundantes, o uso dos recursos era coletivo. Aliada a estes fatores, a produção era diversificada e não dependiam de um único recurso para sua reprodução. Não era objetivo geral do sistema familiar a produção de grande quantidade de excedente, mas sua concretização estava fundamentalmente comprometida com o bem-estar das famílias. Por outro lado, as famílias possuíam técnicas específicas, seletivas e um conhecimento empírico preciso do meio, o que lhes permitia o uso mais apropriado e eficiente dos diferentes ambientes levando-se em consideração os ciclos bio-ecológicos e os ciclos naturais.

D'Antona (2002, p.31) ao refletir sobre o modo de vida do camponês observa que:

A família camponesa não é apenas unidade de reprodução e consumo: é instituição que preserva valores culturais marcados por uma ligação peculiar com a terra, lugar onde vive e produz. Seu modo de vida se contrapõe àquele modo insustentável, próprio dos centros urbanos, revelando-se assim, as diferenças entre as duas formas de perceber, conviver e preservar a natureza. A primeira forma é específica. Compatível com as crenças, os usos e os recursos de cada comunidade; a segunda se mostra genérica, distante [...]

Se, por um lado, as famílias pesqueiras eram ligadas à terra, esta ligação era também forte com o rio e não com o mar, localizado a menos de 2 km de distância. Toda a vida social e econômica das famílias destas comunidades era realizada entre a terra e o rio. As atividades à beira-mar eram voltadas geralmente para o lazer, mesmo quando envolvia uma pescaria. A presença de comunidades pesqueiras em áreas abrigadas da costa, como os estuários e as lagunas, é uma característica comum às comunidades que, no passado, foram ligadas à terra, conforme apontam Diegues (1983), Maldonado (1986, 1988), entre outros.

Utilizado como principal meio de circulação, o rio era um importante marco territorial das comunidades estudadas. Os portos e as canoas tinham uma função material e simbólica. Sua importância pode ser observada na criação de uma rica toponímia utilizada para a orientação das famílias de Meleiras e Barreiras (Figura 03).

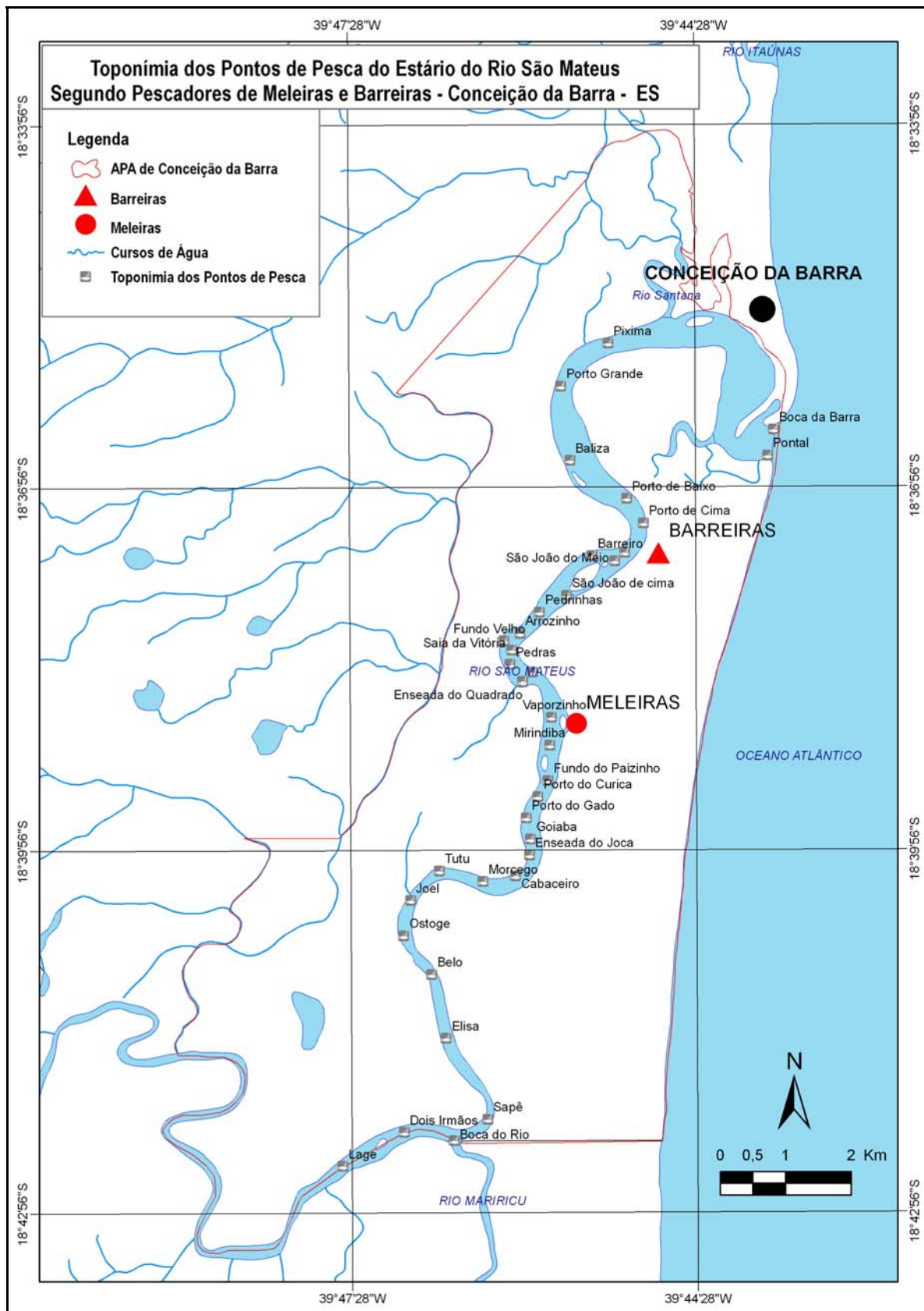


FIGURA 03 – TOPONÍMIA DOS PONTOS DE PESCA DO ESTUÁRIO DO RIO SÃO MATEUS.
ORGANIZAÇÃO: PEDROSA (2007).

Os territórios pesqueiros de Meleiras eram estabelecidos nas imediações de cada agrupamento familiar, o mesmo ocorrendo em Barreiras. Os manguezais utilizados também eram aqueles mais próximos às casas das famílias. A grande quantidade e variedade de recursos possibilitava a captura sem grande esforço.

No espaço terrestre, a socialização era intensa. Não havia cercas delimitando as moradias, mesmo que a propriedade fosse instituída entre eles. Nos terreiros das casas havia muitas árvores frutíferas, coqueiros e plantas medicinais. Estes eram espaços de lazer e de trabalho, onde se desenvolvia uma intensa vida coletiva.

Em cada comunidade havia uma ou duas casas de farinha que, além de serem espaços produtivos, eram também espaços sociais. As roças eram plantadas longe das casas e próximas à praia, o que impedia o acesso de animais. Alguns lugares eram sagrados e a educação empírica era praticada no cotidiano. Não havia igrejas nem escolas que só foram surgir na metade do século XX. O querosene e a lenha eram as fontes de energia utilizadas pelas comunidades e a água potável era retirada manualmente de poços usados coletivamente pelas famílias.

Apesar da grande semelhança quanto ao modo de vida tradicional, as comunidades estudadas apresentavam algumas diferenças quanto à forma e o significado da organização sócio-espacial. Neste aspecto, o sentido de pertencimento ao grupo social e de ligação com o lugar estavam presentes em todas as nuances da organização espacial. No entanto, é possível perceber que, em Barreiras, a unidade cultural era muito mais consolidada do que em Meleiras. Sobre esta questão, Tuan

(1980) diz que os laços afetivos dos seres humanos com o lugar diferem em intensidade, sutileza e modo de expressão.

Os laços afetivos são mais permanentes quando o lugar é “o lar, o *lócus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida” (op cit., p.107). Este autor particulariza o valor do meio ambiente para aqueles cujo modo de vida depende diretamente dos recursos da natureza e dos ciclos naturais observando que o sentimento de fusão com a natureza é profundo, em função da intimidade física, da dependência material e do fato que os ambientes são repositórios de lembranças e de esperança.

É neste contexto que cada ambiente do estuário além de se constituir um espaço produtivo se torna para estas comunidades, um espaço distinto de sociabilidade, conforme exemplifico no quadro abaixo (Quadro 02).

Quadro 02:

Espaços produtivos e de sociabilidade tradicionalmente usados pelas comunidades de Meleiras e Barreiras, Conceição da Barra - ES

Ambientes estuarinos	Atividade Produtiva	Espécies	Microambientes	Meios de Produção	Sociabilidade
TERRA	Roça e extrativismo	Abóbora, mandioca, feijão de corda Araçá pitanga, caju, mangaba, Tatu, jacaré, guaxinim, gato do mato"	Clareiras em interior da mata de restinga, formações vegetais de restinga, várzeas e brejos, manguezal	Machado, enxada, facão Mundéu espingarda	Moradia, circulação, festa religiosa, festa popular, reis de boi, simbólico
RIO	Pesca	Robalo, tainha, cangoá, camurupim, mero, piauí, traíra, siri, camarão"	Remansos, fundo de pedra, canal de mangue	Rede, tarrafa, linha e anzol, espinhéu, gruzeira, puça	Transporte, trabalho, lazer, simbólico
MAR	Pesca e coleta	Cangoá Ovo de tartaruga	Arrebentação das ondas desembarcado Areia da praia	tarrafa e mão	Lazer, simbólico
MANGUEZA L	Pesca e coleta	Caranguejo, siri-açu, sururu, ostra Tainha, robalo	Substrato lodoso do manguezal, canais de mangue, bordo do manguezal	Curral e o braço	Trabalho, simbólico

Adaptado de Cunha, 1992 por Fernandes, 2007.

A diversificação produtiva e os diversos significados dados a cada ambiente refletiam a complexidade e profundidade da relação homem-natureza.

As famílias de Meleiras e Barreiras tinham forte ligação com a terra no sentido social que esta representava. Não se pensava na terra em termos de propriedade

particular, até porque a maior parte das terras do Espírito Santo era devoluta e abundante. Estas famílias foram pioneiras na ocupação de Meleiras e Barreiras e viveram relativamente isoladas durante várias gerações.

Somente com as pressões externas, surgidas com a implantação do Cartório de 1º Ofício de São Mateus, no final da primeira metade do século XX, é que começaram a aparecer as primeiras legalizações, apesar de a Lei de Terras ter sido posta em vigor desde o final do século XIX. Somente as aquelas famílias que tinham melhor situação financeira e podiam pagar pelo valor cobrado pelo Estado, legalizaram a propriedade naquela época, a maioria não o fez. Nesse período, surgiram as primeiras reivindicações de propriedade por pessoas externas ao grupo e os primeiros títulos ou direito de posse foram concedidos a elas.

As mudanças que ocorreram na dinâmica econômica do norte capixaba a partir dos anos 50 foram aos poucos influenciando a forma tradicional de produção do espaço dos pescadores artesanais.

Apesar da ocorrência das primeiras mudanças na estrutura fundiária, mais no sentido legal do que territorial²³, o acesso aos recursos naturais praticamente não se alterou e a reprodução do modo de vida das famílias de Meleiras e Barreiras continuou sendo ditada em função da lógica interna de reprodução. No entanto, em função do crescimento da demanda externa, a pesca foi se tornando a principal

²³ Neste período proprietários de terra e comerciantes de São Mateus e Conceição da Barra começaram a adquirir terras como reserva de valor.

atividade econômica de Meleiras e Barreiras, em substituição à agricultura. Diegues (1983) ao teorizar sobre esta dinâmica observa que este é um movimento em que as populações costeiras de economia simples estiveram sujeitas em função do mercado e outras mudanças ocorridas com o desenvolvimento urbano e industrial adotado pelo país.

Para este autor, de acordo com a atividade que desempenham, as comunidades costeiras podem ser categorizadas em lavrador-pescador, pescador-lavrador e pescador artesanal. É comum, segundo o mesmo autor, ocorrer a evolução da primeira categoria para a última, ou mesmo a formação de categorias intermediárias – aglutinando uma ou outra característica – em decorrência da inserção destes grupos na dinâmica moderna de produção. Seja por meio dos produtos agrícolas ou por meio da pesca, o papel do sistema familiar de subsistência foi relevante no abastecimento do mercado local, além de suprir a demanda de grande parcela da população do país.

A despeito de sua origem no tempo, é importante frisar que as comunidades estudadas encontraram no estuário, na atividade de subsistência e na atividade pesqueira uma possibilidade de se reproduzirem. Provavelmente as famílias que se territorializaram em Meleiras e Barreiras tenham sido formadas por pessoas que estiveram às margens dos sistemas econômicos implantados no norte capixaba ou fugindo destes sistemas e ocupando os seus interstícios conforme mencionado anteriormente. Entretanto, somente por meio de estudo se poderá investigar e assegurar com precisão este momento da história de formação dos pescadores do

norte capixaba.

Sobre o modo de vida destas comunidades o estudo mostra que elas tradicionalmente se reproduziam em Meleiras e Barreiras por meio de uma economia de subsistência, familiar extrativista, retirando da terra, dos manguezais, do estuário e do mar, com características essencialmente artesanais, os recursos necessários a sua sobrevivência.

Cabe frisar que, neste sistema tradicional, o uso dos recursos naturais ocorria em pequena escala sendo que os recursos explorados da natureza tinham em sua maioria um caráter renovável e seu uso não afetava as condições de reprodução dos ecossistemas naturais. Por outro lado, ficou evidente por meio deste estudo que as transformações da natureza pelo sistema extrativista se davam por meio de mecanismos adaptativos empiricamente desenvolvidos por várias gerações mediante observações da natureza e dos ciclos naturais com o uso de tecnologias específicas a cada ambiente.

Em que pese o uso dos recursos, a conservação destes e de seus ambientes foi condição fundamental para a reprodução tanto da vida natural como da vida das comunidades de Meleiras e Barreiras ao longo do tempo, pois estas dependiam diretamente destes recursos para a sua sobrevivência.

1.2.2 Formas atuais de ocupação do espaço

Hoje as comunidades de Meleiras e Barreiras que, tradicionalmente, vivem no estuário do rio São Mateus, têm na pesca sua principal atividade produtiva, não desenvolvendo mais atividades extrativistas combinadas como em tempos pretéritos. A pesca é, antes de qualquer coisa, a atividade por meio da qual os pescadores artesanais produzem sua mercadoria, o pescado, para ser comercializada e revertida em dinheiro que lhes possibilitará a aquisição de outras mercadorias necessárias à sua reprodução. Hoje os pescadores compram tudo o que necessitam para sobreviver com raríssimas exceções.

Apesar das transformações ocorridas no modo de vida destas comunidades, a pesca artesanal continua sendo desenvolvida nos moldes tradicionais de produção, com poucas mudanças tecnológicas, havendo uma grande dependência destes produtores aos recursos pesqueiros do estuário, devido à impossibilidade da prática agrícola e do extrativismo vegetal e animal. Isto atualmente se deve à forma como a terra está sendo socialmente apropriada e às condições ecológicas dos ecossistemas terrestres.

Em levantamento de campo, constatou-se que 58 famílias de Meleiras estavam ligadas, direta ou indiretamente, à atividade pesqueira. Existem cerca de 60 pescadores artesanais que se dedicam à pesca estuarina. Deste total, 8 pescadores artesanais se dedicam, esporadicamente, à pesca no mar. Aproximadamente 30 mulheres estão ligadas à produção pesqueira no tratamento do siri e preparo da

carne desfiada deste crustáceo. Apenas uma mulher pratica a pesca de rede e tarrafa.

Toda a população de Barreiras está ligada à pesca artesanal, não há na comunidade pessoas externas ao grupo. A comunidade de Barreiras conta com 46 famílias pesqueiras, cerca de 60 pescadores artesanais e destes, 4 praticam a pesca no mar. Existem ainda cerca de 50 catadores de caranguejo e marisqueiros. Várias mulheres praticam a pesca no estuário, geralmente acompanhadas pelos maridos.

As localidades de Meleiras e Barreiras dispõem atualmente de rede de energia elétrica, escola seriada do ensino fundamental, igreja²⁴, campo de futebol e centro comunitário. Existe ainda um pequeno comércio local ligado a famílias pesqueiras.

Atualmente jovens e crianças têm acesso fácil ao ensino fundamental e médio do ensino público. Parte das crianças da comunidade estuda na escola seriada de Meleiras e de Barreiras, parte estuda em escolas de São Mateus.

Não há saneamento básico – coleta de lixo e sistema de água e esgoto –, posto de saúde e nem linha telefônica. A água potável é retirada de poços manualmente ou com bombas elétricas.

²⁴ Em Meleiras parte da comunidade é evangélica havendo no interior de um dos agrupamentos familiares, um templo em funcionamento.

O acesso a estas localidades por via terrestre se dá por São Mateus. Duas estradas²⁵ de terra, uma paralelamente à praia, e outra paralela ao rio chegam até Meleiras e Barreiras. As estradas são precárias, principalmente nos períodos de chuva, dificultando o acesso ao local. Apesar da precariedade, foi a partir da abertura das estradas que as transformações sócio-espaciais provindas do município de São Mateus tiveram início nas comunidades estudadas.

O acesso entre Meleiras e Barreiras ao restante do município de Conceição da Barra é até hoje feito pelo rio São Mateus. O transporte coletivo entre as localidades de Meleiras e Barreiras e a cidade de São Mateus é realizado somente uma vez por semana, aos sábados. Entretanto, o transporte escolar para as crianças e adolescentes que estudam naquele município ocorre de segunda a sexta, beneficiando também os moradores locais, que utilizam os seus serviços e o comércio. A barreira física estabelecida com Conceição da Barra, devido à ausência de pontes neste trecho do rio, aliada à facilidade de acesso terrestre a São Mateus faz com que as transformações ocorridas nestas localidades sejam dinamizadas por este último município, o que gera uma série de conflitos político-administrativos.

Os pescadores de Meleiras e Barreiras ao praticarem a pesca precisam ter o registro das embarcações e a carteira de pescador. Estão submetidos a portarias e leis ambientais que protegem as espécies pesqueiras durante a época de reprodução,

²⁵ A estrada paralela a praia parte do Balneário de Guriri indo até a foz do rio São Mateus com cerca de 20 km de extensão. Esta estrada foi construída pela Petrobras na década de 1970. A estrada que segue junto ao rio parte da estrada que liga São Mateus ao balneário de Guriri, na altura do bairro Mariricu, até Meleiras e Barreiras totalizando 15 km de extensão, aproximadamente. Esta última foi construída em vários momentos da história sendo que em 1991 chegou a Meleiras e quatro anos mais tarde à Barreiras. Somente em 2000, depois que a APA já havia sido implantada, foi feita a ligação entre as duas estradas ligando o maior agrupamento de famílias pesqueiras de Meleiras à praia. Este foi um processo totalmente ilegal, pois destruiu e fragmentou áreas de vegetação nativas totalmente preservadas. Atualmente, este trecho de aproximadamente 1,5km começa a ser ocupado por segundas residências e residência de pescadores.

determinam as armadilhas que podem ser utilizadas, o tamanho e a abertura das malhas das redes e tarrafas, entre outras submissões.

Exemplificando esta questão, segundo dados fornecidos pela Colônia de Pescadores de Conceição da Barra, os pescadores estuarinos estão sujeitos à proibição da piracema para todos os peixes que vai de 05 de novembro à 12 de fevereiro, além da proibição da pesca do robalo que vai de 15 de maio a 31 de julho, e a do caranguejo que vai de outubro a dezembro. As proibições, sem um estudo da área onde estas incidem, é um grande problema para os pescadores, pois dificulta a reprodução destes por meio da pesca.

Na época da proibição, os pescadores recebem um salário mínimo por mês, com a ressalva de que se eles recebem de uma portaria não podem receber da outra, segundo depoimento dos pescadores. Além do auxílio-desemprego, os pescadores recebem ainda auxílio-doença e auxílio à maternidade, além da aposentadoria.

Diante destas questões, os pescadores estão sujeitos a ações coercitivas como multas e apreensão de armadilhas. Para desempenhar a atividade pesqueira profissionalmente, o pescador precisa estar habilitado pelas instituições acima citadas, o que lhe custa alguns encargos, o confronto com uma grande burocracia e muita paciência.

A organização política das comunidades pesqueiras de Meleiras e Barreiras é

expressa nas lideranças comunitárias, na associação de moradores de Meleiras e na associação de artesãos em Barreiras.

Alguns projetos mediados por instituições públicas e privadas, como SEBRAE, Secretarias de Turismo, INCAPER, comerciantes locais e grandes empresas, chegam às comunidades de Meleiras e Barreiras. A maioria não se consolida como alternativa socioeconômica, pois não está articulada com a realidade e a necessidade e a realidade cultural do pescador. O pescador artesanal conta ainda com financiamentos para a aquisição de embarcações e motor, mediados pelo Banco do Nordeste e Banco do Brasil.

Com relação aos recursos terrestres, estes não mais respondem pela manutenção da vida social e material das comunidades como ocorria no passado, conforme mencionado anteriormente. Entretanto, o pescador ainda retira mesmo que ilegalmente alguns produtos dos ecossistemas terrestres como lenha, plantas medicinais, frutas silvestres e pequenas caças além de madeira para a confecção de armadilhas de pesca, remos e cabos de ferramentas, entre outros.

As roças de mandioca são atualmente incipientes e sua ocorrência se dá, tradicionalmente, nos arredores das casas e terrenos baldios. A produção é, no geral, utilizada na alimentação. Somente uma família pesqueira de Meleiras ainda produz a farinha de mandioca. No passado, as duas comunidades possuíam pelo menos duas casas de farinha cada uma. Hoje, a única casa de farinha ligada às famílias pesqueiras em funcionamento está localizada em Meleiras. Apesar do uso

da energia elétrica, a produção da casa de farinha se dá de forma tradicional, sendo a produção comercializada na própria comunidade e na feira livre de Conceição da Barra.

A alimentação é sustentada pelo arroz, feijão, a farinha e a proteína animal, principalmente o peixe. Destes produtos, somente o peixe é atualmente produzido no interior das comunidades sendo total a dependência dos alimentos produzidos fora.

Com referência à atividade pesqueira, algumas mudanças significativas foram observadas. Embora a forma tradicional da atividade tenha se mantido, o pescado teve a sua produtividade diminuída devido à sobrepesca, o uso de agrotóxicos na fruticultura, poluição das águas do estuário, introdução de espécies exóticas carnívoras como a piranha e o bagre africano, desmatamento das margens e assoreamento do rio, aterro de áreas de mangue, entre outros. A expansão desordenada sobre o estuário e a superexploração do pescado são fatores potencializadores da degradação ambiental. Além disso, as pressões externas da economia capitalista sobre a produção artesanal promovem a exploração do pescador submetendo-o às leis do mercado. Estes fatores em conjunto têm contribuído para a diminuição da qualidade de vida do pescador artesanal de Meleiras e Barreiras.

Sobre esta questão, Diegues (1995) alertava que o empobrecimento rápido e acelerado dos ecossistemas costeiros e a conseqüente diminuição dos recursos

pesqueiros disponíveis, causado pela poluição e degradação ambiental, bem como a expulsão crescente dos pescadores de suas praias são graves e em algumas regiões provocam a destruição das comunidades e culturas litorâneas.

A despeito das mudanças sócio-ambientais ocorridas, a forma de captura do pescado no estuário pelos pescadores de Meleiras e Barreiras ainda se dá tradicionalmente. As espécies comumente capturadas e valorizadas economicamente são o robalo, a tainha, o cangoá, o camarão da malásia²⁶, o pitú e o siri.

Se, por um lado, o território terrestre foi praticamente extinto, o de pesca se ampliou consideravelmente. O território de Meleiras é atualmente estabelecido entre a foz do rio Mariricu, a montante, até a localidade do Quadrado, a jusante, dos agrupamentos familiares. Em Barreiras, o território de pesca vai da localidade do Quadrado, a montante até a altura do “Porto” que dá acesso à localidade de Santana, a jusante. Todos os manguezais, da margem direita e esquerda do rio São Mateus, do Quadrado ao Porto, são utilizados pelos pescadores de Barreiras para a captura do caranguejo que se tornou uma importante fonte de renda.

Além da pesca no estuário começa a ser introduzida, em Meleiras e em Barreiras, a pesca no mar. Esta ocorre em função da diminuição do recurso pesqueiro no estuário e das proibições na época de reprodução. Ela é praticada pelos pescadores mais jovens tanto de Meleiras quanto de Barreiras que utilizam para este fim redes e

²⁶ O camarão da malásia tem sido uma grande opção comercial para o pescador artesanal de Meleiras e Barreiras, pois além de se adaptar bem às condições físicas e bioecológicas do estuário do rio São Mateus, não está sujeito às portarias de proibição por ser exótico além de ter um preço alto no mercado.

botes a remo bem maiores que os utilizado no estuário²⁷. A pesca no estuário ocorre durante todo o ano ficando sujeita às restrições na época de proibição. A pesca no mar é realizada somente no verão quando as frentes frias cessam e quando as portarias que impedem a captura do peixe no estuário, devido à piracema, estão em vigor.

Apesar da menor diversidade, os peixes capturados no mar – robalo, robalão e pescadinha – são valorizados no mercado. Além do mar e do estuário, os pescadores de Barreiras utilizam tradicionalmente, os recursos do manguezal retirando dele o caranguejo, além da ostra e do sururu.

A coleta do caranguejo é feita por um único pescador, manualmente como no passado ou utilizando a “redinha”, esta última uma técnica predatória inserida no grupo no início deste século. Como a atividade de coleta do caranguejo demanda muito esforço físico, o catador de Barreira lança mão desta prática. O que está em jogo nesta questão é a necessidade premente de sobrevivência e a superexploração dos pescadores pelo atravessador que vai até à comunidade para comprar o produto. A produção de caranguejo de Barreiras abastece os mercados da região metropolitana da Grande Vitória, de São Mateus e de Conceição da Barra. Este produto, além da ostra e do sururu, é também comercializado nos bares e restaurantes de Meleiras, entrando como um dos principais produtos na culinária

²⁷ A pesca no mar é iniciada antes do nascer do sol. O bote e as armadilhas ficam na praia e o pescador percorre 1,5 km, distância do rio à praia levando seus remos para enfrentar as ondas e colocar as redes fixas à cerca de 200 a 300 m da praia. Feita esta etapa da pesca eles retornam à comunidade e voltam à praia no fim da tarde quando enfrentam novamente o mar para fazer a de pesca. Toda a praia no trecho onde os pescadores atuam é totalmente deserta e colonizada por vegetação nativa.

local.

Furtado (1987), ao discutir o alargamento de fronteiras do ambiente costeiro pelos pescadores artesanais, observa que a exploração dos mexilhões na ilha de Marudá deixou de ser uma coleta puramente destinada ao consumo doméstico na medida em que o mercado para moluscos ampliou-se em Belém. Neste contexto, a coleta de moluscos e a ampliação do território de captura passaram a ter como interesse o comércio assim como ocorreu em Meleiras e Barreiras.

Atualmente, a pesca no estuário é realizada por um ou dois pescadores – geralmente por homens, mas é uma prática realizada também por algumas mulheres, principalmente as mulheres de Barreiras. Quando feita em dupla, a produção é dividida em partes iguais entre os pescadores, independente de quem sejam as armadilhas e o bote. Em Barreiras, é comum a pescaria ser realizada pelo casal, marido e mulher.

No mar, a pescaria é realizada entre 2 a 3 pescadores e o pescado é dividido em partes iguais assim como fazem na pesca estuarina. Segundo Diegues (1983), esta prática é comum na economia dos pescadores artesanais de áreas abrigadas, pois os investimentos nos meios de produção são pequenos.

A forma como os pescadores de Meleiras e Barreiras atualmente se apropriam dos ambientes e dos recursos naturais costeiros será situada abaixo esquematicamente (Quadro 03).

Quadro 03:

Relação produtiva das comunidades pesqueiras de Meleiras e Barreiras com os ambientes costeiros e os recursos pesqueiros - Conceição da Barra - ES.

Comunidade	Atividade Predominante	Ambiente	Organização do trabalho
MELEIRAS	Pesca	Rio	Individual
		Mar	Parceria (familiar e não-familiar)
BARREIRAS	Pesca	Rio	Individual
		Mar	Parceria (familiar e não-familiar)
	Coleta	Manguezal	

Adaptado de Cunha, 1992 por Fernandes, 2007.

Este quadro reforça a discussão apresentada anteriormente mostrando como as atividades produtivas das comunidades estudadas migraram da terra para as águas estuarinas, os manguezais e recentemente para as águas do mar. Este, um ambiente que não era apropriado pelos pescadores de Meleiras e Barreiras.

Parte significativa dos pescadores de Meleiras possui motor, mas a pesca é feita em sua maioria com o uso alternado do remo e do motor. Esta dinâmica vai depender de uma série de situações como proximidade do local de pesca, hora da maré, ventos, entre outros. Em Barreiras, predominam os remos, poucos pescadores possuem motor.

As redes e tarrafas deixaram de ser confeccionadas com fibra vegetal e barbante e passaram a ser feitas de náilon. Antigamente, o próprio pescador confeccionava as armadilhas, atualmente somente alguns pescadores ainda fabricam suas armadilhas, a maioria as compra no comércio ou de pescador artesão. Todos os pescadores fazem à manutenção de suas redes e botes.

Todos os pescadores ou famílias pesqueiras têm a propriedade dos meios de produção necessários à atividade pesqueira. Ao contrário do que ocorria no passado, quando o pescador pescava para se alimentar ou para vender em dias específicos, o pescador atualmente pesca de segunda a sexta-feira, descansando nos finais de semana.

O dia de trabalho do pescador e o tempo disponível na atividade se alteraram substancialmente. Começa pela madrugada e vai até o fim da tarde. A pesca é realizada em vários intervalos durante o dia. Bem cedo, o pescador vai colocar ou “mirar” a rede fixa. Ao longo do dia, ele volta várias vezes ao rio para armar e depescar o juquiá, o espinhéu e pescar com a tarrafa. Quando retorna da pescaria, o pescador conserta suas armadilhas, vende o peixe e trabalha em atividades complementares. No fim da tarde, ele volta ao rio para “mirar” e recolher a rede fixa ou ainda fazer a pescaria com a tarrafa.

O processo de comercialização e tratamento do pescado sofreu alterações ao longo do tempo. A comercialização era feita com o pescador levando de canoa a remo o pescado até os atravessadores ou consumidores. Eram vários caminhos que

intercalavam a navegação, com percursos à pé em trilhas em meio à mata ou não.

Atualmente, na maior parte das vezes, é o atravessador e o consumidor que se dirigem até a casa do pescador. Entretanto, alguns pescadores preferem levar a produção até os centros consumidores quando há grande produção de pescado fugindo da exploração do atravessador que, nestes casos, tende a baixar os preços do produto. Da mesma maneira que a grande produção empurra os preços para baixo, a escassez por longo período também promove a desvalorização, pois o atravessador só se desloca até as comunidades caso haja uma quantidade suficiente que compense o seu deslocamento até as localidades.

O pescado é mais valorizado em Meleiras do que em Barreiras. O menor preço parece estar associado ao menor poder de barganha do pescador de Barreiras em face da pequena infra-estrutura pesqueira – a maioria dos pescadores não possuem congelador para a conservação do pescado – e do menor poder aquisitivo.

Grande parte dos pescadores de Meleiras possui congeladores para conservação do pescado. Aqueles que não os possuem vendem sua produção mais barata seja para outro pescador, ou ainda, para os atravessadores e consumidores. Em Barreiras, é comum o uso coletivo do congelador por mais de um pescador, pois nem todos têm condições de adquirir este bem.

Todo o vestuário e a alimentação dos pescadores de Meleiras e Barreiras, exceto

peixes e frutas silvestres, são atualmente comprados no comércio. Esta dependência não pode ser desvinculada da lógica capitalista urbano-industrial. Sobre esta questão Maneschy (1995), diz que a penetração de novos elementos de consumo enseja a modificação dos costumes tradicionais e a incorporação do estilo de vida urbana o que faz com que o pequeno produtor familiar oriente sua produção para a venda para fazer face às novas necessidades de consumo criadas.

A inserção da mulher no trabalho familiar sempre esteve presente nas comunidades de Meleiras e Barreiras, no entanto na atividade pesqueira esta participação não era reconhecida. Recentemente, foi criada a categoria de marisqueira e de catadora de caranguejo reconhecendo o papel da mulher na classe social dos pescadores artesanais. Com esta conduta legal, a mulher passa a receber o mesmo tratamento que o pescador em relação às garantias trabalhistas e à previdência, como o seguro-desemprego e a aposentadoria.

A produção pesqueira atual de Meleiras e Barreiras se insere na interface da pequena produção familiar de pescadores e da produção dos pescadores artesanais conforme tipificação de Diegues. Este assunto será discutido no capítulo II.

1.2.2.1 Uso e ocupação do solo na comunidade pesqueira de Meleiras

Meleiras está entre a localidade rural de Barreiras, o município de São Mateus, o oceano Atlântico e o rio São Mateus.

Em Meleiras, as famílias pesqueiras se distribuem em 4 agrupamentos familiares dispersos um do outro, em um trecho ao longo do rio. Cada agrupamento possui entre 5 a 15 famílias pesqueiras. O principal agrupamento familiar é onde se territorializa o maior número de pescadores. Nele estão presentes a igreja, a escola, o campo de futebol e o maior número de bares, todos de propriedade dos pescadores. As atividades sociais, como missas, festas religiosas, jogos de futebol, festas populares e outras comemorações são realizadas neste agrupamento. Por outro lado, nele se observa o maior número de segundas-residências e um grande parcelamento do solo.

Além da forma tradicional de uso do espaço ligada à atividade pesqueira, há uma dinâmica socioeconômica em expansão ligada, principalmente, ao turismo, à fruticultura e às segundas-residências. Estas atividades, fomentadas pela especulação imobiliária, são os principais vetores de transformação que agem diretamente em Meleiras e de forma menos intensa e por vezes, indiretamente, como no caso da fruticultura, em Barreiras.

Em face dos novos usos de Meleiras, uma população de não-pescadores reside, fixa ou temporariamente, no local. Um aspecto relevante nesta comunidade é o fato de estar em andamento um processo de descaracterização dos espaços internos de produção econômica e social além de implicações ambientais. Observa-se um processo de expropriação e de penetração dos novos usos em áreas naturais e no interior da própria comunidade.

A localidade de Meleiras conta com três pousadas, área de camping, cerca de 30 segundas-residências, vários bares, fazendas agrícolas, pastos, duas casas de farinha, uma pequena indústria de beneficiamento da goiaba voltada para a produção de polpa, doces e geléias e outra para a produção de farinha e derivados.

O turismo presente em Meleiras está atrelado ao turismo praia/sol irradiado, principalmente do balneário de Guriri em São Mateus e, em menor intensidade, do balneário de Conceição da Barra. Os principais atributos que atraem o turista até essa localidade são os naturais e os culturais.

Com o turismo, que ocorre sazonalmente durante os finais de semana, feriados e no verão, o comércio local se dinamiza, gerando trabalho e renda à comunidade local. O movimento turístico se dá principalmente em torno dos bares, da culinária local e do ambiente fluvial onde se concentram as famílias pesqueiras.

Outro fator de dinamização do turismo local está atrelado às festas religiosas, como a festa de São Pedro, padroeiro de Meleiras, e ao futebol de final de semana que envolve a população local, visitantes de localidades vizinhas e turistas. O turismo fomenta o comércio de lotes em Meleiras pressionando principalmente as terras das famílias pesqueiras.

A pecuária extensiva é uma das atividades, não pesqueira, pioneiras em Meleiras. Desde a década de 1980, esta atividade foi implantada sobre a várzea e os cordões

arenosos de restinga a partir da divisa com São Mateus, estando associada a ações de pecuaristas deste município.

A fruticultura em larga escala – principalmente coco, goiaba e graviola –, é uma atividade que se expandiu em Meleiras na segunda metade da década de 1990, a partir do município de São Mateus. A sua expansão promove a degradação da vegetação nativa.

As duas empresas que atuam em Meleiras – uma na produção de doces de goiaba, geléias e polpa, e outra na produção de farinha, goma e beijú surgiram a partir da década de 2000. Ambas ligadas à produção local de goiaba e mandioca.

Uma nova atividade que tem surgido em Meleiras e envolvido as famílias pesqueiras é o extrativismo de frutas nativas, principalmente caju, pitanga e mangaba, em função da demanda gerada por atravessadores que abastecem as empresas de suco da região. O mesmo processo vem ocorrendo com a aroeira, planta nativa utilizada na fabricação de cosméticos, remédios e condimento²⁸. O plantio de coco e de aroeira em pequena escala é realizado por poucos pescadores que buscam diversificar suas atividades.

De um modo geral, são os sítios, as segundas-residências e o turismo que geram

²⁸ O município de Linhares, no norte capixaba, é um importante produtor de suco da região, por outro lado a exploração da aroeira abastece empresas de São Mateus, que comercializam a venda deste produto em larga escala.

maior possibilidade de trabalho ao pescador e sua família. Os trabalhos, na maioria das vezes, são temporários no sistema de pagamento por dia trabalhado.

Atualmente, poucos pescadores de Meleiras trabalham nas fazendas de produção de frutas devido a superexploração e os perigos de contaminação por agrotóxicos a que se submetem, havendo inclusive relatos de mortes e danos à saúde no interior das famílias pesqueiras.

Dentre as atividades complementares à pesca praticadas pelas famílias pesqueiras de Meleiras estão serviços domésticos, limpeza de sítios, conserto de casas, além de serviços nos bares e pousada. Alguns pescadores ou filhos de pescadores se tornaram caseiros em sítios, como também passaram a trabalhar com plantio e colheita de coco e goiaba.

Conforme entrevista realizada em julho de 2006 no Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo – IDAF, a estrutura fundiária de Meleiras se caracteriza por pequenas propriedades que vão de lotes com parcelamento abaixo do permitido para área rural a propriedades que não ultrapassam 321,14 ha. Quanto a situação das propriedades de Meleiras, a maioria não possui documentação legal, de acordo com a declaração de funcionário do IDAF. Este define o comércio de terras em Meleiras da seguinte forma:

Antigamente, a terra muito barata levou as pessoas a comprarem e colocar pastagem. Depois com o declínio, muitos venderam as propriedades e

saíram do lugar. Como é uma área que tem relativa beleza, atualmente quem conhece o lugar quer adquirir um lote para ter uma propriedade aí. Quem vende é porque é a única forma de ganho. Com a criação da unidade de conservação, não há mais possibilidade do proprietário fazer suas atividades e favorecido à especulação.

A área total de Meleiras chega a 2.359,15 ha, em 2000, estando distribuída em 48 propriedades. Deste total, 16,9% eram ocupados por 56 famílias pesqueiras enquanto 83,1 % pertenciam a não pescadores. Conforme estes dados apresentam, a maior parte das terras de Meleiras pertence a novos proprietários ligados a interesses externos aos da comunidade. O total da área de Meleiras equivale a aproximadamente 1/3 da área da APA de Conceição da Barra²⁹.

A apropriação das terras em Meleiras não ocorre de forma homogênea. Atualmente, as terras localizadas próximas ao mar foram praticamente vendidas a grupos externos, que as mantêm como reserva de valor devido à proximidade do balneário de Guriri. Nesta área, os recursos naturais terrestres encontram-se bastante preservados apresentando mais de 15 km de praias desertas e um complexo mosaico de formações vegetais de restinga. No entanto, apesar de estar inserida em uma APA que protege estes recursos e ordena o uso do solo, é grande a pressão de especuladores imobiliários.

Algumas ações clandestinas sobre este trecho da costa são facilitadas pela estrada de terra que liga a estrada da praia até Meleiras.

²⁹ A área da APA de Conceição da Barra é de 7. 728,00 ha.

Das famílias tradicionais de Meleiras apenas uma ainda tem suas terras compreendidas em uma faixa que vai do rio ao mar, as demais ou venderam as terras à beira-mar e ficaram somente com as terras à beira-rio, ou tiveram suas terras apropriadas por pessoas externas ao grupo.

Ao contrário do que está ocorrendo nas terras à beira-mar, na face sul de Meleiras, na divisa com o município de São Mateus, as maiores pressões ocorrem em função da expansão das fazendas de coco, goiaba, graviola e da pecuária sobre a vegetação nativa. Observa-se ainda o crescimento do número de sítios e segundas-residências nas proximidades dos agrupamentos familiares pesqueiros que se territorializam neste trecho de Meleiras.

As terras a oeste, próximas ao rio encontram-se mais fragmentadas que as demais, principalmente, aquelas próximas ao maior agrupamento pesqueiro que concentra a igreja, a escola, a maioria dos bares e o campo de futebol. Um grande número de segundas-residências além de sítios vem se instalando nesta faixa. Neste trecho se concentra ainda o plantio tradicional de mandioca e o plantio de culturas modernas como plantio de coco e da aroeira, ambos em pequena escala, ligados tanto às famílias pesqueiras quanto às não-pesqueiras. O turismo e a pesca amadora são mais intensificados nesta face.

A fragmentação nos agrupamentos familiares dos pescadores ocorre principalmente devido à venda da terra pelo próprio pescador. O parcelamento observado neste caso é abaixo do permitido para áreas rurais. Nas áreas intermediárias, o

parcelamento é no geral acima do permitido pelo Incra.

No lado norte, voltado para a localidade de Barreiras, as terras estão menos fragmentadas que na face oeste e sul. Este trecho se caracteriza pela presença de sítios, fazenda de mandioca e coco, áreas de camping e pousadas. Observam-se ainda algumas segundas-residências e loteamento irregular embargado pelo IEMA. As ações sobre este trecho de Meleiras são fomentadas por não-pescadores, pois as terras atualmente pertencem a grupos externos.

Cabe lembrar que o parcelamento mínimo dos solos rurais determinado pelo INCRA não deve ser inferior a 2.000 m². Abaixo desta área, consolida-se um parcelamento ilegal no meio rural. No entanto, a falta de fiscalização e a conivência do poder público com esta situação contribui para que, em Meleiras, o mercado de terras seja, em sua maioria, pautada pela ilegalidade. Na maioria das vezes, o proprietário tem somente um documento de compra e venda.

Com a expansão de novos usos e a apropriação das terras de Meleiras por pessoas externas ao grupo houve uma alteração não só na composição fundiária como também na relação do pescador com o espaço onde vive. Além da desagregação dos espaços produtivos terrestres houve também uma desagregação do espaço simbólico e de lazer.

Os espaços de uso comum praticamente desapareceram ou se restringiram a

espaços específicos como no entorno do campo de futebol ou nos quintais das casas. A dinâmica atual empurrou o pescador artesanal para o rio e vem induzindo o parcelamento das terras ao redor dos agrupamentos familiares e ao longo das estradas. As casas são todas de alvenaria e telhas, alguns sobrados, mas a maioria baixa com 5 pavimentos – quartos, sala, cozinha e banheiro. As cercas e muros fragmentam o espaço que tradicionalmente era de uso coletivo.

A mudança no padrão de consumo pode ser observada em vários aspectos do cotidiano das famílias pesqueiras. É grande o número de eletro-eletrônicos na comunidade – principalmente, televisão, aparelhos de som, telefone celular, congelador, bombas de água. A maior parte das famílias utiliza o fogão a gás, ou o gás associado ao fogão à lenha. Poucos usam somente o fogão à lenha. Há grande dependência das famílias pesqueiras aos produtos industrializados e produtos alimentares produzidos fora da comunidade.

Com os novos proprietários ocorrem novas formas de ocupação que atestam total ausência de preocupação com a natureza e desarticulação com a vida social e cultural local.

Do uso voltado para a sobrevivência local, atualmente as terras de Meleiras ganharam uma função mercadológica oriunda de interesses econômicos externos à comunidade. A proximidade com o balneário de Guriri insere em Meleiras uma perspectiva de desenvolvimento de atividades voltadas para o turismo que é, na atualidade, o principal fator de comercialização das terras desta localidade, tendo a

fruticultura em larga escala estacionado nos últimos anos, apesar de esta prática estar crescendo em pequenas áreas – sítios e imediações das casas dos pescadores.

Os impactos produzidos sobre os recursos naturais resultantes dos novos usos estão espacializados em Meleiras. Observam-se trechos de vegetação natural fragmentados, queimados e destruídos, acúmulo de lixo em áreas preservadas, lançamento de efluentes domésticos e lixo no rio, assoreamento e destruição das margens do rio para a construção de portos e de casas, canalização e destruição das várzeas, contaminação do lençol freático e do rio por construção de fossas negras e uso de agrotóxicos nas grandes plantações, caça ilegal para abastecer restaurantes especializados em São Mateus, mortandade de peixes, sobrepesca e diminuição do pescado.

De um modo geral, a pesca é hoje a atividade que unifica a comunidade de Meleiras mais que a crença, a religião, o sentido de pertencimento a um corpo coletivo, em todas as dimensões de sua representação, material ou simbólica. É ainda a principal atividade econômica do pescador.

Lima e Pereira (1997), ao estudar os pescadores de Itaipu no litoral do Rio de Janeiro, observam que a necessidade destes pescadores em reformular sua identidade frente às transformações do mundo moderno gerou mudanças radicais em sua estrutura produtiva e em seu modo de vida, mudando sua percepção particular de valores sociais, culturais, ambientais e econômicos. Para estes autores,

somente na atividade de pesca a identidade do grupo encontrou condições de afirmação e concluem que esta atividade além de sua importância econômica recompõe e restaura a forma tradicional dos grupos cujas relações se atualizam.

Entretanto, a atividade pesqueira por si só não possibilita a reprodução do pescador de Meleiras no modelo atual de consumo o que o leva buscar novas alternativas, seja se submetendo aos setores capitalistas em expansão, seja diversificando sua produção – montando seu próprio negócio ou buscando novas atividades.

Em meio à dinâmica atual, a terra tem sido o produto com o qual alguns pescadores de Meleiras vêm se capitalizando nos últimos anos e contraditoriamente este recurso põe em movimento um processo de expropriação que, apesar de não se concretizar totalmente com a expulsão das famílias pesqueiras, as exclui de espaços e recursos usados coletivamente no passado.

A escolaridade dos pescadores de Meleiras melhorou, a maior parte dos estudantes chega ao ensino médio. O acesso aos serviços, ao comércio e à saúde do município de São Mateus foi facilitado. No entanto, se analisarmos o quadro atual em função da renda e da integração sócio-ambiental pode-se perceber que houve uma diminuição de qualidade de vida principalmente porque o acesso às benesses do mundo moderno custa muito mais do que a renda que estes geram com as atividades que desenvolvem, além do fato de que a degradação ambiental tem contribuído para a diminuição do recurso pesqueiro.

As famílias pesqueiras se abrem às pessoas de fora do grupo e é grande o número de casamentos com pessoas de fora da comunidade. A individualidade e a fragmentação caracterizam em grande parte a comunidade de Meleiras. Os eventos sociais não mais selam a unidade de todos os integrantes do grupo. Cada agrupamento familiar se insere em uma realidade própria e em geral desconectada das demais. A comunidade parece abrir-se para o novo e como num ritual de apaixonados pratica a autofagia e se metamorfoseia.

1.2.2.2 Uso e ocupação do solo na comunidade pesqueira de Barreiras

Barreiras se avizinha à localidade rural de Meleiras, à localidade de Pontal do Sul – extremo norte da ilha de Guriri, ao oceano Atlântico e ao rio São Mateus – médio estuário.

Em Barreiras, há 2 agrupamentos familiares, um com 26 e outro com 20 famílias pesqueiras, respectivamente, distantes a menos de 1 km de distância um do outro. O principal agrupamento familiar é onde se territorializa o maior número de pescadores e onde se concentra a infra-estrutura social deste grupo, a igreja, a escola, o campo de futebol e o maior número de bares, todos de propriedade dos pescadores. As atividades sociais, como missas, festas religiosas, jogos de futebol, festas populares e outras comemorações são realizadas neste agrupamento. Por outro lado, nele se observa os primeiros parcelamentos ligados a não-pescadores em Barreiras.

Ali, além de um pequeno comércio vinculado aos pescadores, há apenas quatro segundas-residências, não existindo pousadas ou áreas de camping específicas para esta atividade. Dos bares que existem somente três abrem com frequência e somente um atende com maior infra-estrutura os turistas.

Além da forma tradicional de uso do espaço ligada à atividade pesqueira, há uma dinâmica socioeconômica ainda incipiente ligada ao turismo e à especulação imobiliária tendo como conseqüência o surgimento de segundas-residências no interior da comunidade.

Apesar da proximidade de Meleiras, onde vários setores da economia moderna se inseriram de forma bastante efetiva conforme discutido anteriormente, em Barreiras as terras não são ocupadas pela fruticultura, pasto, sítios e loteamentos clandestinos. São poucos os terrenos em mãos de não-pescadores.

O turismo em expansão em Barreiras está atrelado ao turismo que ocorre em Meleiras, ambos irradiados do balneário de Guriri em São Mateus e em menor intensidade do balneário de Conceição da Barra. O movimento turístico se dá principalmente em torno dos bares, da culinária local e da festa de reis de boi.

Os espaços de uso comum, no entorno das casas e a beira-rio, estão presentes efetivamente na comunidade de Barreiras. Algumas atividades domésticas ainda são realizadas no rio por algumas famílias, como lavar roupas, tomar banho, lavar

vasilhas e o tratamento do pescado. Algumas casas ainda são construídas de forma tradicional, com a utilização do estuque e da cobertura de fibras vegetais. A maioria possui 4 cômodos e no geral não há cercas.

O consumo de eletro-eletrônicos está presente no interior da comunidade, mas nem todas as famílias pesqueiras possuem condições de adquirir estes produtos sendo comum o compartilhamento das funções que estes bens possibilitam. Um exemplo comum é o uso da televisão e do congelador por mais de uma família.

Pequena parte dos pescadores já se inseriu em atividades complementares em Meleiras, em grande parte trabalhos temporários na agricultura comercial. No geral, as principais atividades complementares desenvolvidas estão ligadas ao turismo.

Segundo o levantamento do IDAF anteriormente citado, a estrutura fundiária de Barreiras é definida entre 5 pequenas propriedades que totalizam 181,57 ha. Três dessas propriedades (60%) pertencem às famílias pesqueiras e totalizam 142,58 ha (78,52%). Até o ano de 2002, poucas alterações haviam ocorrido nesta estrutura. Posteriormente, a comercialização das terras em Barreiras ganhou um novo ritmo.

Na face leste de Barreiras encontra-se uma expressiva área de restinga em bom estado de conservação. Atualmente, uma parte das terras desta face foi vendida a um grupo de empresários franceses que pretende cultivar plâncton para fins comerciais. O IEMA confirma este fato por estar em andamento nesta instituição o

pedido de licença para a implantação do projeto, já que este vai ocorrer no interior da APA.

Do lado sul, na divisa com Meleiras, onde é feito o acesso a Barreiras pela estrada, há um expressivo fragmento de mata seguido de plantios de mandioca e de coco plantados pelas famílias pesqueiras.

Na faixa norte, vivem cerca de 20 famílias pesqueiras junto ao rio, que exploram principalmente o estuário e os manguezais. O trecho de terra onde este agrupamento familiar está territorializado foi cedido pelo Sr. José Gonçalves Paiva que, na metade do século XX, reivindicou o direito legal, das terras dos pescadores, para si. Os manguezais e a restinga do entorno desta face estão bem preservado e todo o uso observado está ligado aos pescadores.

Na face oeste, onde há a maior concentração de famílias, além da infra-estrutura da comunidade – a igreja, a escola, o campo de futebol, o comércio e o centro comunitário –, ocorre a maior fragmentação das terras. Além das divisões por herança, se evidencia a venda de lotes no padrão urbano para pessoas externas à comunidade. Quatro segundas-residências foram construídas nesta face. Estas só são ocupadas em ocasiões específicas como feriados e férias escolares

Praticamente todas as crianças e jovens estudam, mas estes em geral só concluem o ensino fundamental. O acesso à infra-estrutura urbana – saúde, comércio e

serviços –, melhorou, no entanto o poder aquisitivo dos pescadores de Barreiras é muito baixo e, na maioria das vezes, estes não têm condições de utilizar destas melhorias para o desenvolvimento de seu bem-estar.

A utilização da terra como mercadoria é um fato recente utilizado como forma de capitalização de algumas famílias pesqueiras. A maior parte dos pescadores é totalmente dependente da pesca e da coleta tendo esta atividade como única fonte de renda. Esta realidade atrelada à impossibilidade de os pescadores utilizarem os recursos terrestres para a sua subsistência contribui para a diminuição da qualidade de vida.

Apesar das mudanças em processo, Barreiras ainda é uma comunidade com bases culturais mais consolidadas que Meleiras. No interior da comunidade, há uma resistência bem maior às mudanças, o grupo preserva a sua cultura e sua identidade coletiva. As festas populares e religiosas, as missas e procissões são práticas que unificam e envolvem todas as famílias pesqueiras. Os espaços sociais foram preservados. Há poucos casamentos com pessoas de fora da comunidade.

1.3 As mudanças nos modos de vida e no território das comunidades pesqueiras de Meleiras e Barreiras

O termo “mudança”³⁰ aqui utilizado está relacionado às alterações sócio-econômicas, espaciais e territoriais sofridas pelas comunidades de Meleiras e Barreiras pela articulação de sua economia à economia externa.

As primeiras mudanças efetivas ocorridas na forma tradicional de organização dos pescadores estão atreladas aos avanços do processo de urbanização e industrialização no norte do Espírito Santo.

As mudanças ocorridas entre a década de 1930 e 1960 estiveram especificamente ligadas à organização da atividade pesqueira e foram sentidas com a introdução de inovações tecnológicas como a introdução da linha de barbante e posteriormente do náilon, o mesmo ocorrendo com a introdução do gelo e do congelador na conservação do pescado. Entretanto, estas mudanças não demandaram alterações estruturais no modo de vida das comunidades.

Um outro momento que contribuiu para o avanço das mudanças no interior das comunidades de Meleiras e Barreiras está atrelado ao crescimento das cidades na região norte e ao aumento da demanda do pescado³¹.

³⁰ O termo transformação pode ser utilizado como sinonímia do termo mudanças neste trabalho.

³¹ Nos anos 50 os cafezais pouco produtivos do país foram erradicados. No ES foram erradicados 53,8% dos cafezais o que resultou na liberação de 71% da área total cultivada. Essas proporções foram de 33% em Minas

Este fato levou as famílias a se dedicarem mais tempo à pesca do que à agricultura. O pescado levado junto com o excedente agrícola para as cidades de São Mateus e Conceição da Barra começou a ser procurado também por pequenos comerciantes para abastecer o mercado de cidades vizinhas.

A abertura de estradas no norte capixaba incrementada a partir de 1950 facilitou os contatos dos comerciantes de diferentes cidades com Conceição da Barra, potencialmente pesqueira. A valorização do pescado na economia moderna contribuiu para a substituição da agricultura pela pesca, como principal atividade econômica destes grupos. Apesar da expansão da rede viária na região norte capixaba, os pescadores de Meleiras e Barreiras viviam isolados na ilha de Guriri comercializando seus produtos no entorno do estuário.

A partir de 1960, a implantação de empresas de pesca em escala comercial em Conceição da Barra iniciou um processo de exploração capitalista dos recursos e do pescador artesanal, seja pela relação de assalariamento do pescador artesanal ou pela exploração sobre a produção artesanal. Duas décadas depois, a superexploração do recurso pesqueiro deu início a alterações significativas na produção do pescado estuarino. Atualmente, os impactos gerados pela sobrepesca e a ação de empresas comerciais no município continuam promovendo a diminuição

Gerais, 26% em São Paulo e 28,4% no Paraná liberando, respectivamente, 41,2%, 26,5% e 19,8% das áreas cultivadas nestes estados. Após a erradicação o desemprego atingiu 60 mil capixabas afetando um total aproximado de 240 mil pessoas indiretamente. Este fato aumentou a mobilidade da população. O êxodo rural, conseqüente desta crise, contribuiu para o crescimento urbano e o crescimento das periferias das cidades capixabas. Segundo Morandi *et. al.* (1984) A região norte representa 52,1% da área total do estado e em 1920 apenas 5,6% desta área era apropriada, aumentando para 37,9% em 1950, tendo atingido 49,7% em 1960. Durante a década de 1960 a ocupação foi intensa e em 1970, 83,4% das terras daquela região já estavam apropriadas.

da qualidade de vida do pescador artesanal.

Segundo Diegues (1995), a exploração do pescador artesanal pela pesca comercial se deu em função do fornecimento contínuo da mão-de-obra, o fornecimento do produto a preços baixos e por meio do barateamento dos custos de reprodução do pescador artesanal. Os pescadores de Meleiras e Barreiras se inserem em pelo menos um desses fatores o da exploração sobre a produção pesqueira.

As mudanças ocorridas com a implantação do novo modelo econômico no norte capixaba, principalmente com a implantação da monocultura de eucalipto pela e da cana-de-açúcar, contribuíram para a destruição dos recursos naturais e para a desorganização das economias familiares de subsistência.

A expansão da silvicultura contribuiu para o aumento do êxodo rural e da concentração da terra no norte do estado, resultado da incorporação de vários pequenos estabelecimentos rurais pela empresa monocultora. O mesmo se deu com a cana-de-açúcar que saiu da decadência e da estagnação em que vivia desde o período colonial e teve significativa expansão a partir de 1979 com as políticas do “Programa PROÁLCOOL”.

O modelo de desenvolvimento adotado no norte capixaba desde a década de 1970 continua reproduzindo uma lógica que não leva em consideração as necessidades da população local e os recursos naturais necessários à sua reprodução.

Cunha (1992) ao analisar os efeitos sócio-ambientais da agroindústria canavieira no litoral da Paraíba observou que a concentração fundiária e a degradação ambiental dos ecossistemas litorâneos provocaram alterações significativas no sistema social e ecológico tradicional. Ferreira (2002) estudou os impactos da monocultura de eucalipto sobre os territórios de uso comum no norte do Espírito Santo chegando a conclusões parecidas.

A partir da década de 1980, o processo de urbanização crescente e a industrialização em curso impuseram novas demandas e novos padrões de consumo às famílias pesqueiras. À medida que estas mudanças foram ocorrendo aumentou a dependência destas famílias à economia externa como também o tempo de trabalho necessário para satisfazer as novas necessidades. Em Meleiras e Barreiras esta dinâmica se processava não de forma tão efetiva como ocorria nas áreas litorâneas cujo acesso por via terrestre havia sido implantado.

Santos (1987), refletindo sobre a produção do espaço no mundo moderno considera que as comunidades autônomas que tinham como território respectivo o de produção e consumo do grupo foram desarticuladas pela sua inserção à dinâmica capitalista. Para este autor, a abertura destas áreas à influência do comércio externo promoveu uma dissociação progressiva, não somente do ponto de vista geográfico, mas também econômico, envolvendo instâncias produtivas onde parte do produto local passou a ser consumido em outras áreas assim como parte do consumo local vinha de terras distantes. Neste contexto, as condições de circulação e distribuição se tornaram cada vez mais independentes de condições locais e cada vez mais

dependentes de centros de comandos externos ao grupo. O clímax desta dinâmica se deu com a globalização da economia e sua estratégia e poder de transformar o valor de uso em valor de troca³² promovendo, com isso, transformações profundas nas mais diversas culturas.

Com o crescimento da cidade de Conceição da Barra e do balneário de Guriri teve início um processo apropriação do espaço litorâneo e de degradação ambiental – assoreamento, poluição das águas dos rios – que, aliado à sobrepesca, promoveu a diminuição do pescado no estuário do rio São Mateus.

Esta dinâmica exige do pescador novas estratégias de reprodução, como no caso da pesca no mar e trabalhos temporários de baixa remuneração.

A inserção das praias de Conceição da Barra e da ilha de Guri ao turismo, principalmente a partir de 1980, deu início a uma ocupação desordenada e predatória dos ambientes costeiros com conseqüências sociais, culturais e ambientais. As conseqüências em Meleiras e Barreiras se concretizaram com a abertura das estradas ligando estas localidades ao balneário de Guriri e à cidade de São Mateus.

Neste processo, a paisagem natural que predominava na costa norte começa a ser

³² O valor de uso exprime a utilidade dos produtos para a satisfação das necessidades humanas, sendo a materialização do trabalho humano. O valor de troca está relacionado à utilidade do produto para o consumo alheio, o que o torna apto à troca. O espaço inserido no valor de uso é o lugar das realizações humanas onde a vida acontece enquanto que no valor de troca o espaço é tido como mercadoria que foi produzida para ser comercializada.

artificializada tendo a especulação imobiliária e o Poder Público de São Mateus³³ e Conceição da Barra papel fundamental neste processo.

Souza (2003), observa que a ação destes agentes sociais foram preponderantes e conclui:

[...] o solo da ilha de Guriri que ainda não possuía valor de troca, passa a ser comercializado, e se antes o valor que se tinha era o de uso e apropriação passa agora a ser reflexo das ações humanas, e o preço que se paga seria justamente o preço do trabalho do homem [...].

Este processo só atingiu Meleiras e Barreiras a partir da década de 1990 com a construção das estradas.

A proximidade com o mar e o acesso terrestre, seguidos da presença de grandes atributos naturais e do baixo preço da terra foi relevante para que se instalasse, em Meleiras e Barreiras, um processo de ocupação mobilizado pelo turismo. Estes mesmo fatores foram preponderantes para que junto às novas tendências se instalasse um mercado de terras altamente explorador onde por um lado se compra a preço baixo uma terra quase que in natura, cujo trabalho humano, no caso dos pescadores artesanais, não implicou em grandes transformações. Por outro, toma-se esta terra como reserva de valor, na qual em momento oportuno, após a sua valorização, é vendida visando o lucro.

³³ Segundo Souza (2003), o surgimento dos primeiros loteamentos em Guriri teve como principal articulador a Prefeitura Municipal de São Mateus que criou os dois primeiros loteamentos que surgiram na praia no final da década de 1960 e meados da década de 1980, além de ter facilitado a implantação do terceiro loteamento.

Carlos (1997) menciona que a terra por si só não tem valor, pois não é produto do trabalho humano, assim o preço que se paga pela terra não é seu e sim do trabalho contido nele. Sobre esta questão, Moraes (1994) também observa que o que se comercializa não é o solo, mas o que ele representa ou o que nele está contido e conclui que o movimento da valorização do espaço é assimilável em sua essência através do jogo dialético entre o valor contido e o valor criado nos lugares.

A crescente degradação ambiental promovida pela ocupação desordenada de Meleiras e Barreiras em decorrência da expansão de formas atuais de ocupação, levou o órgão ambiental do estado a criar e implantar neste trecho da costa norte, a APA de Conceição da Barra³⁴. Desta forma, diferentes significados, social, econômico e ambiental, se instalam e conflitam no espaço.

Em lugar de atuar no ordenamento do solo levando em consideração a melhoria de vida das culturas locais, a criação da APA impôs ao pescador nova relação com o espaço. As práticas extrativistas sobre os recursos terrestres assim como a agricultura tradicional foram coercitivamente coibidas pela fiscalização. Com estas restrições a dependência dos pescadores aos recursos pesqueiros aumentou e a terra passou a ser apropriada principalmente como mercadoria e não mais como possibilidade de subsistência e de reprodução da vida. A falta de um plano de manejo consistente favorece não só o quadro mencionado acima como também a ação dos especuladores e da expansão desordenada do solo pelos novos setores

³⁴ O mesmo quadro instalado no sul da ilha de Guriri, fez com que os pescadores e catadores da comunidade de Barra Nova reivindicassem a criação de uma Reserva Extrativista - RESEX, no entanto, em função dos interesses da Petrobrás na área esta UC não foi implantada.

da economia moderna que agem sobre o trecho analisado.

O caráter ilegal caracteriza a ocupação das terras de Meleiras e Barreiras principalmente em função do parcelamento abaixo do permitido em área rural e porque existem na área terras ainda não-legalizadas. A especulação imobiliária gerada na área em decorrência da procura de terrenos por pessoas externas às comunidades se intensificou com a abertura da estrada favorecendo a ocupação desordenada.

A ocupação se concentra nas terras à beira-rio tendo como centro dispersor os agrupamentos familiares dos pescadores e as estradas. Partindo dessa dinâmica das terras junto ao rio, a ocupação tende a pressionar as terras e os ecossistemas terrestres em direção à praia. Este processo promove a diminuição e a degradação dos territórios e da cultura dos pescadores, bem como, dos ecossistemas naturais, formações vegetais de restinga, brejos e rio.

Em levantamento cadastral feito pelo IDAF observa-se que, em 1970, a área de terras em posse dos pescadores era nesta década, muito grande, havendo uma inversão considerável na década de 1990, quando foi feito o último levantamento tendo como objetivo a implantação da APA de Conceição da Barra.

As mudanças ocorridas a partir da década de 1990 estão atreladas aos fatores mencionados acima, ou seja, proximidade com o mar, acesso terrestre, atributos

naturais e preços baixos.

Na década de 1990, as maiores alterações na estrutura fundiária ocorreram em Meleiras enquanto que, em Barreiras, estas foram insignificantes. Este fato parece estar associado a maior proximidade de Meleiras ao centro dispersor das mudanças, o município de São Mateus, além de representar também os interesses de alguns pescadores de Meleiras em buscar o “progresso” para o lugar e os interesses externos de especuladores e políticos, que viram nessa dinâmica uma boa oportunidade para seus negócios, econômicos e políticos.

Ao longo de duas décadas, a área onde as famílias pesqueiras de Meleiras se reproduziam foi reduzida enquanto que a área de proprietários externos cresceu, num processo que se insere na dinâmica moderna de produção do espaço litorâneo.

Após 2000, houve um aumento do parcelamento das terras em Meleiras se comparado ao parcelamento que existia na década de 1990. A dinâmica atual revela um processo de concentração das terras próximas ao mar por grupos externos estando implícito a aquisição destas como reserva de valor. Próximo ao rio, onde vivem os pescadores artesanais, a fragmentação das terras promove uma ocupação desordenada, predominando o parcelamento das terras nos moldes urbanos. Apesar do processo acelerado de ocupação do espaço, principalmente em Meleiras, nenhum pescador migrou de suas terras, mesmo que as utilize para se capitalizar reduzindo seu território cada vez mais em direção ao rio.

Dois fatores interferem na valoração das terras de Meleiras, a proximidade do rio e não do mar, como ocorre no balneário de Guriri e Conceição da Barra, e a estrada. Como observado, quanto mais próximo do rio estiver o terreno a ser vendido maior é o seu valor, o mesmo acontece com aqueles lotes mais próximos às estradas. Além destes fatores que atuam como diferenciais de preço, é necessário observar que nestas mesmas áreas se concentram toda a infra-estrutura de Meleiras – os estabelecimentos comerciais, as pousadas, sítios, as áreas de camping, as segundas-residências e as casas dos pescadores artesanais. Barreiras, em menor escala, apresenta uma ocupação similar.

Levando-se em consideração o preço das terras, é possível estabelecer três escalas de análise. A primeira permite uma comparação entre as terras de Meleiras e Barreiras com as demais terras da ilha de Guriri. Nesta escala, as localidades estudadas são as que atingem os menores preços da ilha. Mudando a escala de análise para as duas localidades estudadas, observa-se que os preços das terras de Meleiras são maiores do que os de Barreiras. Por último, ao se considerar o mercado de terras à beira-rio e à beira-mar, as primeiras atingem maiores preços.

Do uso tradicional, voltado para a sobrevivência local, as terras de Meleiras e Barreiras passam a ter um caráter eminentemente especulativo, apesar da implantação da APA.

Moraes (1999:22) cita que a composição do preço da terra se dá em função das

[...] vantagens comparativas existentes, dos estoques de recursos aí depositados, do estado geral das condições locais existentes, dos atrativos ou retratores locais [...], além de manifestar a influência das conjunturas e dos processos mais amplos, trazendo para a análise a ótica relacional dos elementos extralocais [...]. Além disso, o preço expressa também o resultado de relações políticas e sociais, e responde aos valores culturais vigentes.

Se, por um lado, em função do mercado de terras e dos novos usos as comunidades têm suas áreas de terras e seus territórios reduzidos em direção ao rio, por outro, em função da diminuição do pescado no estuário, observa-se o deslocamento, ainda incipiente, da atividade pesqueira do rio para o mar, além de haver uma tendência das famílias pesqueiras, principalmente de Meleiras, à diversificação de atividades em setores da economia moderna. Em geral, os trabalhos complementares desenvolvidos são de baixa qualificação não redundando em melhoria de vida para os pescadores e suas famílias. Nota-se que aqueles pescadores que se inserem nas atividades complementares o fazem porque inexitem outras possibilidades para a complementação da renda familiar.

Neste sentido, as atividades turísticas, o extrativismo de frutas silvestres e a produção agrícola voltada para o comércio – como a produção de aroeira e do coco – poderiam ser usados para a melhoria de renda das comunidades locais desde que fossem criados mecanismos de uso sustentável e cooperativo de produção e comercialização dos produtos. Alguns autores discutem esta questão.

Calvente (2001) afirma que o turismo litorâneo, que trouxe um grande impacto social

e ambiental, gradativamente deixa de ser a escolha quase que única dos usuários da atividade turística. Os movimentos ambientalistas e os processos de urbanização valorizaram, pelo turismo, locais com aparência natural e com acomodações mais rústicas.

Autores como Diegues e Furlan observam ainda que a conservação das UCs pode ocorrer mais facilmente no Brasil com a presença das populações locais em seu interior, levando em consideração a diversidade cultural para a manutenção da diversidade biológica.

É possível perceber que, em face das mudanças em curso de seus impactos sócio-ambientais, as comunidades estudadas tentam se organizar em busca de soluções para o enfrentamento dos problemas atuais. Sobre este aspecto, Lima (2002) observa que as mudanças e persistências no modo de vida das comunidades pesqueiras são expressões da teia que compõe o complexo dos significados sócio-econômicos, políticos e culturais que as diferenciadas experiências vividas revelam. Múltiplas são as formas produtivas e, na atualidade, a diversidade produtiva amplia-se no sentido dos moradores buscarem garantir as condições de reprodução da vida, procurando alternativas para garantir as necessidades básicas e, quando possível, os desejos criados pelo modelo de consumo.

De modo geral, pode-se constatar que há, no estuário do rio São Mateus e seu entorno, três formas distintas de organização espacial, ou lógicas da relação homem/natureza que devem ser destacadas: - aquelas ligadas à economia

moderna, à conservação da natureza e à lógica ou forma tradicional de apropriação das comunidades pesqueiras de Meleiras e Barreiras.

No entorno do estuário, estão espacializados na terra, além dos centros urbanos e da agricultura desenvolvida por comunidades rurais familiares, as atividades mais antigas que envolvem médios e elevados investimentos na terra e no mar, entre as quais estão diversas culturas comerciais, uma pecuária extensiva, grandes áreas de monocultura de eucalipto e de cana-de-açúcar. Ligados ao mar e à planície quaternária, tem-se a exploração de recursos minerais – gás e petróleo –, e a pesca comercial.

As atividades ligadas ao turismo sucederam a ocupação mais antiga do entorno das localidades rurais de Meleiras e Barreiras com a expansão urbana e a expansão dos balneários de Guriri e de Conceição da Barra. Esta dinâmica é caracterizada, ao longo dos anos, por uma forte especulação imobiliária, com loteamentos, construção de estradas, casas, hotéis e pousadas.

Dentro do processo de mudanças que vem ocorrendo em Meleiras e Barreiras, identificam-se 4 frentes de expansão, ou vetores de transformação, que atuam sobre a área de produção dos pescadores artesanais. De um lado, a expansão do turismo e da fruticultura que, recentemente, dinamizam o comércio de terras, degradam a natureza e inserem uma nova relação sócio-espacial e econômica no lugar. De outro, as políticas de conservação da natureza e as práticas da pesca comercial predatória. A primeira, buscando o ordenamento do território sob bases de

conservação que inviabilizam a reprodução tradicional dos pescadores artesanais sustentada pelo uso dos recursos naturais. A segunda, prática mais antiga, promovendo a diminuição do pescado no estuário, o que tende a impedir o desenvolvimento das comunidades pesqueiras que dependem diretamente destes recursos para sobreviverem.

Cabe lembrar que as atividades ligadas à exploração da salgema e produção de plâncton estão em vias de implantação e vão atuar diretamente sobre o subsolo e as terras de Meleiras e Barreiras com as implicações sócio-ambientais e econômicas que lhes são inerentes cabendo à sociedade pensar esta questão sob um enfoque mais crítico.

Os mecanismos sócio-espaciais que atuam no processo de ocupação de Meleiras e Barreiras estão diretamente vinculados à dinâmica socioeconômica do município de São Mateus o que imprime um caráter ilegal neste processo, pois político-administrativamente estas localidades estão vinculadas à Conceição da Barra que durante todo o processo de ocupação dos territórios das comunidades pesqueiras se omitiu de ações efetivas e de políticas públicas voltadas para esta porção do município, com exceção das políticas de conservação em nível estadual que bem ou mal estão influenciando nesta dinâmica. No capítulo final esta questão será abordada mais detalhadamente.

CAPÍTULO II – As comunidades pesqueiras e o pescador artesanal

2.1 Considerações gerais

A pesca é uma atividade histórica no Brasil e no mundo. A ocupação dos ambientes costeiros por grupos humanos remonta períodos pretéritos da civilização. Após o período de mudanças climáticas que provocou as oscilações no nível do mar, os grupos humanos expandiram-se ao longo da costa brasileira diversificando as suas estratégias de obtenção dos recursos alimentares. Estes grupos encontraram nas áreas abrigadas da costa uma abundância de recursos naturais que possibilitou a sua fixação. Praticavam a caça, a coleta de molusco, a pesca e a agricultura de subsistência sustentada pelo cultivo da mandioca. Estas eram as atividades desenvolvidas pelos índios quando os portugueses chegaram ao Brasil. A população que se formou na costa brasileira após a ocupação europeia herdou dos índios as práticas pesqueiras e agrícolas.

Os índios, por seu conhecimento mais antigo dos rios e mares, forneceram as primeiras técnicas da pesca utilizadas pelos pescadores artesanais da costa brasileira. Vêm da cultura indígena a linha e o anzol, as redes, pequenas armadilhas de fibras vegetais, os currais, o artesanato pesqueiro, a secagem do pescado ao sol, entre outros. Tais técnicas e atividades foram herdadas, transferidas e modificadas ao longo do tempo por uma população cabocla, negra, mulata e branca.

Silva (1988) ao estudar a história dos pescadores do Brasil-Colônia diz que a gênese dos pescadores da costa brasileira está vinculada à história de submissão de grupos socialmente oprimidos pelo colonizador europeu – o índio e o negro.

Luchiari (1992), ao estudar o caiçara no litoral de São Paulo, e Lima (2002), em sua pesquisa sobre as comunidades pesqueiras marítimas do Ceará, registram a influência do índio sobre estes grupos sociais principalmente no que diz respeito à agricultura de subsistência e à pesca.

Silva (1993) analisa a formação dos jangadeiros de Pernambuco e discorre sobre o papel do negro na pesca marítima desde o período colonial. O estudo de Madruga (1987) também aponta a influência do negro na formação das comunidades pesqueiras do litoral nordestino.

No Espírito Santo não foi diferente, conforme atestam os estudos realizados por Pena (1878), Cláudio (1931), Oliveira (1951), Pacheco (1957), Medeiros (1983), Perota (1992), Ciccarone (2001), Almada (1981). Estes autores levantaram a historiografia da formação da sociedade capixaba em seus aspectos étnico-culturais, sociais e econômicos inserindo, em suas discussões, o papel do negro e, principalmente, do índio nas práticas envolvendo a pesca, a agricultura de subsistência, bem como, o papel destes na formação da população brasileira ao longo da costa capixaba durante o processo histórico de ocupação e exploração econômica do Espírito Santo. No século XIX, naturalistas como Saint-Hilaire e o Príncipe Maximiliano de Wied Neuwied foram unânimes em relatar a presença de

uma população costeira formada por índios, brancos e mestiços, dispersa pela costa vivendo da pesca e da lavoura.

Alguns autores capixabas chegaram a associar o norte do estado às comunidades caboclas enquanto que as comunidades negras estão mais ligadas ao sul, ambas praticando a pesca, a agricultura e o extrativismo ao longo da costa.

Ao estudar a história do norte capixaba, Nardoto & Lima (1998) são unânimes em assinalar a presença de descendentes indígenas vivendo nas desembocaduras dos rios Itaúnas, Mariricu e São Mateus inclusive nas “paragens” de Meleiras e Barreiras. Documentos oficiais do Brasil-Colônia fazem menção à presença de grupamentos humanos em Meleiras e Barreiras no século XVIII, onde provavelmente viviam descendentes de índios, pois os brancos e os poucos negros, escravizados, viviam, neste período, nas vilas ou nas fazendas localizadas distantes das terras pouco férteis da costa.

A pesca esteve sempre associada à história do município de Conceição da Barra dada a sua localização à beira-mar. Por ser abundante e farto, o recurso pesqueiro se tornou importante fonte de alimento além de ter se tornado mercadoria com o qual parcela significativa da população dos arredores das vilas e cidades se capitalizava para a compra de gêneros de primeira necessidade. A pesca praticada neste município e de um modo geral, no Espírito Santo, era desenvolvida, em sua maioria, por comunidades de lavradores-pescadores, geralmente associadas a espaços costeiros abrigados. Entretanto, no sul do Espírito Santo, no município de

Itaipava, observa-se a presença de um grupo de pescadores marítimos que segundo Diegues (1995) utilizava barco a vela para a captura do peixe a mais de 30 milhas da costa.

Deve-se considerar, na análise atual das comunidades pesqueiras, que a especificidade do ambiente costeiro e a forma histórica de sua ocupação contribuíram para o surgimento de modos de vida diferenciados em relação aos modos de vida que foram se consolidando no interior do país.

A grande diversidade de modos de vida criada em torno dos diferentes ambientes costeiros brasileiros está hoje representada pelas comunidades açorianas, ribeirinhas, caboclas, praieiras, de caiçaras, jangadeiros, saveiros e de pescadores artesanais. Em meio à essa diversidade cultural, é importante configurar dentro de uma análise mais geral o que caracteriza e tipifica o pescador artesanal da costa brasileira na atualidade.

Os pescadores artesanais compõem um grupo específico que tem na pesca a sua principal economia sendo sua produção, ou a maior parte dela, voltada para a economia capitalista.

Em outro trabalho, esse autor (1983), ao estudar as formas de organização da pesca diz que a dos pescadores artesanais se insere no interior da produção pesqueira realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil. Para este autor, esta

forma de organização se diferencia tanto da produção de subsistência praticada pelo lavrador pescador, como da capitalista desenvolvida por uma empresa podendo, entretanto, apresentar algumas características comuns a uma ou outra categoria.

Diegues (1985,1993,1995) ainda observa que, para o pescador artesanal, o trabalho é realizado dentro da unidade familiar ou grupo de vizinhança; a tecnologia utilizada é relativamente simples de baixo poder de predação; a propriedade dos meios de produção e do conhecimento tradicional empregado na captura do pescado é do próprio pescador, da pesca retiram a maior parte de sua renda, mesmo que, sazonalmente, possam desenvolver atividades secundárias. A produção é partilhada entre os pescadores quando a atividade é realizada sob a forma de parceria. Há certa divisão social do trabalho – como no caso do pescador que se especializa como artesão fazedor de redes, tarrafas, barcos, canoas, remos, entre outros –, são dependentes dos comerciantes e atravessadores para os quais, às vezes, entregam toda a produção. A baixa capacidade de produzir excedente aumenta a dependência do pescador artesanal em relação ao atravessador.

Cabe frisar também, que na pesca praticada pelo pescador artesanal há certo avanço tecnológico com a introdução do fio de náilon, dos novos processos de conservação do pescado e da embarcação motorizada quando comparada com a pesca praticada pelo lavrador-pescador.

A pesca artesanal se distingue da pesca capitalista não somente pela tecnologia empregada ou pelo mercado, mas, fundamentalmente, porque, nessa última, o

pescador perde seu poder de decisão, a propriedade e/ou posse dos meios de produção e, o seu trabalho é remunerado por salário, por sistema de partes ou participação na produção.

O que diferencia, economicamente, o pescador artesanal do pescador-lavrador é que este último desenvolve a pesca como uma atividade complementar à agricultura, enquanto o primeiro retira da pesca a maior parte de sua renda mesmo que exerça outras atividades complementares ou apresente alguns traços de uma economia ainda ligada à produção na terra como o sistema familiar de produção.

Por outro lado, a atividade pesqueira praticada pela lógica capitalista visa à concentração de lucro e riqueza por meio da exploração da força de trabalho alheio e dos recursos da natureza sem levar em conta os mecanismos sociais que utilizam para este fim.

Vários autores distinguem dentro da produção mercantil pesqueira, o pescador artesanal marítimo do pescador artesanal de águas interiores. Enquanto o primeiro pratica a pesca no mar em ambiente marcado pelo perigo, pela mobilidade, pelos riscos, pelas mudanças físicas e pelo distanciamento da terra enquanto lugar de trabalho e vida o segundo se limita a pescar próximo às praias ou em áreas abrigadas como rios, estuários e lagunas.

O surgimento do pescador artesanal ligado às áreas abrigadas da costa ocorre a partir do século XX com as mudanças ocorridas nas comunidades de lavradores-

pescadores e pescadores-lavradores³⁵. Estas mudanças estiveram diretamente articuladas à territorialização e expansão do modelo de desenvolvimento urbano-industrial no Brasil e implicaram alterações tanto no modo de vida, como na economia e no espaço de reprodução das comunidades pesqueiras.

Sob o foco analítico das mudanças ocorridas na atividade pesqueira Diegues (1983), diz que não há uma evolução da pesca artesanal para a pesca capitalista. O que existe, segundo este autor, é uma articulação entre elas à medida que a segunda se apropria da produção e da mão-de-obra da primeira sem necessariamente desorganizá-la. Ao concluir essa reflexão ele diz: “a pesca empresarial tem interesse na permanência da produção artesanal, pois a compra direta dos produtos desta última pode diminuir seus custos de produção (...)” (p.64).

A temática da pesca e da população pesqueira brasileira despertou o interesse de pesquisadores, principalmente, a partir da segunda metade do século XX resultando na produção de uma vasta bibliografia nos diferentes ramos da ciência.

Autores como Maldonado (1986, 1993), Mussolini (1980) em seus estudos dão conta de uma abordagem do modo de vida dos pescadores sob o ponto de vista cultural, assim como Setti (1985) que estudou a musicalidade dos caiçaras no litoral de São Paulo, questionando a existência ou não de uma “cultura caiçara”.

³⁵ A diferença entre essas modalidades de organização estão relacionadas a utilização da agricultura e da pesca como atividade principal ou complementar. No caso do lavrador-pescador a agricultura e não a pesca é a principal atividade enquanto que no pescador-lavrador é a pesca e não a agricultura que desempenha esta função.

Bernardes & Bernardes (1950), nos informa sobre as técnicas específicas da pesca no litoral fluminense e a importância desta atividade para as primeiras povoações fundadas no litoral do Rio de Janeiro no início do século XVII.

França (1954) com uma abordagem geográfica da paisagem humana estuda o modo de vida dos caiçaras no litoral norte de São Paulo antes das grandes transformações que este trecho da costa iria sofrer com o turismo após a abertura de estradas de acesso às praias.

Mourão (1971) ao abordar a pesca de um grupo de caiçaras faz uma análise da passagem da agricultura de subsistência para a pesca em Cananéia em São Paulo.

Marcílio (1986), por meio da demografia histórica analisa a população caiçara de Ubatuba, no norte de São Paulo, entre o século XVIII e XIX.

Silva (1988) Diegues (1983, 1885, 1989) situam as comunidades nos marcos mais amplos de análise da dinâmica da sociedade. Inserindo as discussões no campo da reprodução das relações de classe e advertindo que o modo de vida artesanal não está condicionado somente por fatores familiares ou comunitários.

Silva (1993) estuda os jangadeiros de Pernambuco e os caiçaras de São Paulo, analisando as mudanças por que passaram os pequenos pescadores brasileiros em função do processo de modernização da pesca. Em 1988, este autor tomando como

base a marginalização social e econômica dos pescadores sob a lógica capitalista faz um resgate histórico sobre os pescadores brasileiros.

Diegues (1983) analisa historicamente as transformações sofridas na pesca com a inserção desta atividade no modelo capitalista, em particular na costa de São Paulo.

Nesta linha, Noffs (1988) investiga as transformações ocorridas no espaço rural de Toque-Toque Pequeno em São Paulo com a inserção e expansão do turismo.

Madruga (1992), analisando o processo de litoralização na Paraíba aponta, entre outras coisas, a destruição das comunidades pesqueiras pela expansão do turismo e a necessidade de preservação dos conhecimentos e técnicas de relacionamento social e com o mar que foram construídas ao longo de anos por estas comunidades.

Gimeno (1992) fornece elementos para a compreensão de como ocorrem a entrada do processo de modernização no interior das comunidades pesqueiras lacustres da Costa da Lagoa em Santa Catarina.

Maneschy (1993) contribui com um estudo que busca a compreensão das especificidades da vida amazônica na zona do Salgado, um dos principais domínios pesqueiros desta região, refletindo sobre a realidade vivida pelas comunidades que dependem dos recursos do meio aquático e a relevância desta atividade no processo produtivo regional.

Silva et. al. (1990) analisa no Baixo rio São Francisco, em Alagoas, a importância da Várzea da Marituba para a sobrevivência das populações pesqueiras locais.

Ângelo (1990) avalia a utilização de instrumento de proteção ambiental na vila de Picinguaba em São Paulo, ressaltando que o modo de vida do caiçara é menos predatório que o da sociedade industrial havendo necessidade de se atentar para as especificidades ecológicas e sociais desta questão quando se trata de discutir proteção ambiental.

Cunha (1992) estuda as pressões externas sobre o estuário de Maranguape na Paraíba e suas implicações sobre o ponto de vista social, ecológico e cultural, mostrando como os processos naturais e sociais se conjugam no tempo em situações históricas determinadas. De acordo com a autora, as populações que tradicionalmente vivem dos recursos do estuário têm o ambiente como um meio essencial de sua sobrevivência enquanto que para os agentes externos o ambiente representa possibilidade de lucro, mercadoria ou reserva de valor, além de manifestação de poder.

Luchiari (1992) estuda a dinâmica do litoral norte paulista apontando o papel dos imigrantes e dos turistas na transformação da cultura caiçara.

Calvente (1993, 2001) dá um enfoque a respeito da produção do espaço e dos impactos causados nas comunidades caiçaras de São Sebastião, município de Ilha

Bela em São Paulo, abordando o turismo, as unidades de conservação e as mudanças ocorridas na pesca artesanal.

Brito (2000) relaciona o modo de vida caiçara à preservação da natureza ao discorrer sobre as unidades de conservação.

Viana (1996), ao estudar a população caiçara que vive no interior da Reserva Ecológica de Joatinga, no Rio de Janeiro, aponta os conflitos gerados pela implantação das UCs envolvendo a presença da população tradicional. Estes conflitos, em sua maioria, comprometem a qualidade de vida da população local promovendo a sua pauperização e expropriação.

Lima e Pereira (1997) estudam os pescadores de Itaipu no litoral do Estado do Rio de Janeiro sob um enfoque cultural e etnográfico.

Adans (2000) teve como foco de seu trabalho a relação da população caiçara com a natureza, em particular com os recursos terrestres buscando com isso discutir a permanência das comunidades caiçaras no interior de unidades de conservação.

Rodrigues (2001) discute o caráter participativo atribuído aos planos de manejo e de gestão ambiental de UCs ressaltando a importância de se considerar o conhecimento tradicional, entre eles o das comunidades pesqueiras, nestes planos.

Lima (2002) estuda a realidade vivida pelas comunidades pesqueiras marítimas cearenses e sua resistência e alternativas aos problemas vividos neste trecho do litoral dentre eles a grilagem de terra, a especulação imobiliária, a degradação dos recursos naturais e a pesca predatória.

Cavalieri (2002) e Silva (2004) estudam a presença de comunidades tradicionais no interior de diferentes categorias de unidades de conservação no litoral de São Paulo.

No Espírito Santo, Jesus (1994), analisa as transformações culturais ocorridas no modo de vida dos pescadores de Itapõa em função da crescente urbanização do município de Vila Velha. Vale (1992) e Trarbach (2000) estudaram as práticas tradicionais de catadores de caranguejo e siri de Vitória e os impactos da urbanização de Vitória sobre estas culturas e os ecossistemas costeiros. Jesus (1997), em estudo de etnobotânica, aborda o uso de plantas medicinais pelas comunidades tradicionais da Ilha de Guriri, litoral norte do estado e Fernandes (2002) estuda, entre outras coisas, a forma tradicional de apropriação dos recursos naturais pelas comunidades pesqueiras no norte desta mesma ilha.

2.2 Histórico e importância da pesca artesanal e das comunidades pesqueiras artesanais

A pesca artesanal é uma atividade de grande importância na dinâmica da sociedade brasileira. Esta atividade é geradora de emprego para uma parcela significativa das comunidades costeiras, tem um papel social relevante, pois é responsável pela subsistência de populações de baixa renda ao longo da costa. É importante na manutenção de grande diversidade cultural e ambiental quando pautada em práticas ecológicas e sustentáveis de apropriação do recurso, utilizando para este fim técnicas específicas a cada ambiente.

A despeito da importância dos pescadores artesanais no processo histórico do país, estes sempre estiveram submetidos aos interesses da elite econômica. Em particular, a história dos pescadores brasileiros no século XX está atrelada ao processo de dominação e controle político e econômico da atividade pesqueira e ao processo de urbanização e industrialização da costa.

Segundo Silva (1988) até meados do século XIX, os pescadores no Brasil viviam basicamente da legislação e do controle emanados do poder municipal. Cada cidade, vila, ou mesmo pequeno povoado ou aldeia, possuía suas próprias leis que regulavam a atividade pesqueira, o comércio, as ações predatórias e o preço do sal, favorecendo uma elite local. Como os pescadores, em grande parte, não tinham nenhum representante em nível municipal, o que poderia beneficiá-los era sempre vetado, ao contrário das leis a favor de interesses dos comerciantes e políticos.

Além de estipular impostos sobre a produção e comercialização do pescado, o poder municipal contava ainda com as “posturas municipais” que determinavam os pontos de venda do pescado. Novas cargas de tributos e castigos físicos eram utilizadas como punição aqueles que descumprissem as leis. Os interesses das classes abastadas no sentido de coibir as ações dos pequenos produtores, pescadores e agricultores, nos espaços urbanos – espaços de comercialização do pescado – eram institucionalizadas pela legislação.

A primeira legislação de âmbito nacional voltada para o setor pesqueiro foi criada na década de 1840. Esta lei proposta pelo Estado estava totalmente comprometida com os interesses políticos e estratégias de defesa da costa brasileira³⁶ não representando o interesse do pescador.

Por meio dessa lei o pescador, tanto o pescador marítimo como o pescador-lavrador era recrutado como reserva militar sem se abdicar da atividade pesqueira. A sua aplicação gerou revolta e resistência em vários pontos da costa brasileira já que não significou melhoria das condições gerais de vida e trabalho dos pescadores, ao contrário, os subordinou aos interesses da Marinha de Guerra sempre que um conflito interno ou externo era instalado.

Os conflitos gerados pela intervenção da Marinha na vida dos pescadores durante o

³⁶ Para Silva (1988), esta legislação submetia, além da população costeira que vivia da pesca, os marinheiros mercantes de cabotagem e de alto mar, os práticos, entre outros e, teve como proposta questões como a defesa das fronteiras meridionais e da navegação fluvial na região do Prata, as possíveis confrontações com países dessa região, como a Argentina e o Uruguai, o apresamento de navios brasileiros pela Marinha Britânica em decorrência da proibição do tráfico de escravos e, ainda os conflitos internos que emergiam em formas de revoltas separatistas ou populares, como a Cabanagem, a Revolta Farroupilha e a Revolta Praieira

século XIX foram solucionados na primeira década do século XX com a criação de um sistema de representação ligado aos pescadores artesanais e aos diferentes setores da economia pesqueira. As Colônias de Pescadores, juntamente com as Federações e a Confederação, foram implantadas para atuar em nível municipal, estadual e nacional, respectivamente.

A criação dessas instituições foi uma camuflagem para que o Estado, por meio da Marinha, desarticulasse os focos de resistência criados no interior da população pesqueira passando a exercer o controle social e político de maneira consensual. No entanto por trás das ideologias paternalistas e assistencialistas que sustentaram este sistema de representações estava o objetivo maior de criar postos de fiscalização da pesca, vigilância da costa e a defesa nacional de falta mobilização.

Com esta medida, mais uma vez os pescadores foram desarticulados e impedidos de se organizar, além de não terem os seus interesses representados.

Entre 1919 a 1923 uma equipe chefiada pelo comandante José Bonifácio percorreu a costa brasileira a bordo do “Cruzador do Bem” fundando várias “Colônias de Pescadores” além de matricular milhares de pescadores. Neste período, foram implantadas várias colônias na costa capixaba, entre as quais a “Colônia de Pescadores” de Conceição da Barra.

Ainda hoje as “Colônias de Pescadores” estão sustentadas, em sua maioria, por um modelo antigo de organização marcado pelo paternalismo e assistencialismo estatal.

Esta condição tem dificultado, ao longo dos anos, a emergência dos reais interesses e a organização política dos pescadores. Para Lima (2002:57), “as Colônias permanecem sob tutela do Estado, vinculam-se aos interesses de pessoas e grupos que as controlam e subjagam os associados”.

Esta realidade começou a sofrer algumas alterações a partir da década de 1980 com a Constituinte da Pesca e os movimentos sociais, principalmente aqueles ligados à igreja católica. A organização política dos pescadores artesanais de alguns estados contribuiu para a realização de eleições diretas para a presidência das colônias. No Espírito Santo, a primeira colônia a ter eleição direta foi a do município de Anchieta, tornando-se a segunda no Brasil, logo seguida pelas demais colônias capixabas.

A função da Colônia de Pescadores, ao longo de décadas, limitou-se à distribuição de carteiras de pescadores e de remédios, serviços dentários e creches. Atualmente, além de desempenhar algumas funções acima, seu papel se resume em matricular pescadores, auxiliar nos pedidos de aposentadoria, benefícios sociais e seguro-desemprego.

Cabe ressaltar que, até 1930, as comunidades pesqueiras constituíam um segmento significativo para o abastecimento de peixe do mercado interno do país. Este quadro começou a sofrer mudanças a partir desta década quando a pesca industrial iniciou a sua territorialização na costa brasileira e o processo de modernização passou a ser implantado.

Com a modernização da pesca, o modo de vida das comunidades costeiras, baseado no sistema familiar, no extrativismo, na pesca artesanal e na prática agrícola de subsistência, iniciou um processo de ruptura organizacional e estrutural. Esta questão se agravou com as políticas pesqueiras que passaram a privilegiar a pesca industrial em detrimento da pesca artesanal.

As mudanças ocorridas no modo de vida dos pescadores com o processo de industrialização do país implicaram na liberação do pescador artesanal para a pesca industrial e na apropriação da produção pesqueira artesanal pela indústria.

Por outro lado, o modelo urbano industrial impôs um novo modo de vida e de consumo à sociedade brasileira sustentado por mercadorias produzidas cada vez mais fora do contexto local aumentando a dependência dos lugares à economia externa.

Este processo se deu em ritmos e tempos diferenciados nas diferentes regiões do país. Em um primeiro momento, se territorializou nas economias mais dinâmicas e, posteriormente, nas áreas econômicas marginais que foram desigual e descontinuamente inseridas na economia em expansão. Neste processo, cabe frisar que o Espírito Santo, ao contrário do que aconteceu com as economias mais dinâmicas do país como São Paulo e Rio de Janeiro, entrou tardiamente na dinâmica nacional. No âmbito estadual, o norte capixaba foi a última região a se inserir, o que possibilitou a reprodução de modos de vida singulares nos diferentes ambientes da zona costeira.

A expansão urbana e de setores da economia moderna, assim como a industrialização de áreas costeiras promoveram, em conjunto com a pesca em larga escala, a degradação dos ambientes pesqueiros e também causaram o desaparecimento e a descaracterização cultural de várias comunidades costeiras. O acelerado processo de uso e ocupação do solo pelo modelo urbano-industrial promoveu a diminuição da biodiversidade, da diversidade cultural e das terras da zona costeira promovendo, neste espaço, profundos impactos ambientais e sociais.

Sobre a importância no contexto econômico brasileiro, vários autores são unânimes em apontar que o pescador artesanal contribui com grande parcela do pescado consumido no Brasil e exportado para outros países, apesar da falta de apoio do governo a produção pesqueira artesanal ao longo dos anos. Dados apresentados por Diegues (1983) mostram que, em 1960, a pesca artesanal era responsável por 80% da produção pesqueira total do país, já na década de 1980, este percentual chegava aos 50%. No Espírito Santo, a pesca artesanal contribuiu com 53% da produção estadual do pescado neste mesmo período, segundo dados da Secretaria de Estado da Agricultura - SEAG (1981). Conceição da Barra aparece, neste período, como a segunda maior produção do Estado, abaixo somente de Vitória.

Ao analisar esses dados é importante considerar que grande parte da produção artesanal voltada para a alimentação e apropriada pela indústria não é computada nestes levantamentos, o que elevaria a sua importância tanto em relação à segurança alimentar como à economia.

Segundo consta no relatório do REVIZEE, os dados da produção do pescado no Espírito Santo revelam grande inconsistência. De fato, isso é observado quando se compara os dados de diferentes fontes. Enquanto que a produção total atual é de 22.095 t/ano, na estatística oficial apresentada pelo IBAMA, não ultrapassa os 13.000 t/ano, uma diferença considerável nos dados registrados.

Cerca de 50% da produção total levantada pelo REVIZEE foi creditada aos municípios da costa sul, Guarapari, Anchieta Piúma, Marataízes e Itapemirim, seguida dos que compõem a costa urbanizada da Grande Vitória, os municípios da Serra, Vila Velha e Vitória, com 29% enquanto os municípios de Aracruz e Linhares totalizaram 5%. Os municípios de São Mateus e Conceição da Barra contribuíram com 12%.

O aumento da produção pesqueira dos municípios do sul em relação aos do norte começa a ser considerável e aponta para o declínio e o desmantelamento da atividade pesqueira, no norte capixaba. Este fato parece estar associado ainda ao incremento da pesca no sul, onde as linhas de crédito e financiamentos foram melhores aplicados.

A pesca praticada no Espírito Santo é artesanal predominando o sistema familiar, de parceria e armador³⁷, no entanto, ao longo de seu processo histórico, o como estado foi alvo de poucas iniciativas de incentivo a esta atividade. A pesca industrial é

³⁷ O pescador-armador é o aquele pescador que passou a ser proprietário de várias embarcações sem, no entanto, trabalhar na atividade.

praticada somente por empresas instaladas na região Metropolitana de Vitória.

Estima-se um total de 6.733 pescadores, 2.083 embarcações, predominando aquelas que apresentam entre 6 a 8 m, motorizadas e que viajam somente por 1 dia (42,1%), seguidas pelos barcos a remo, as baiteiras, que fazem pescarias costeiras (34,3%), os barcos entre 8 a 18 metros que ficam vários dias em mar aberto com uma tripulação com mais de 4 pescadores (25,7%). As embarcações utilizadas na pesca de águas interiores e em áreas abrigadas da costa não foram levantadas estatisticamente, provavelmente por estarem relacionadas à pequena e voltada para o abastecimento local e pequenos comerciantes.

A infra-estrutura de desembarque é extremamente precária no estado representando um dos maiores entraves ao crescimento da pesca como atividade econômica. Os pescados desembarcados são bastante valorizados no mercado entre eles estão peroá, atum, cioba, mero, cherne, dentão, lagosta e diferentes espécies de camarões. A modernização da frota capixaba é pequena a maioria dos barcos de pesca não são aparelhados com instrumentos especializados na identificação dos cardumes.

Apesar da falta de infra-estrutura, o setor de pesca é, sem dúvida, um grande gerador de emprego e renda, com uma frota de 2.083 barcos no Espírito Santo.

Segundo dados do REVIZEE em Conceição da Barra e São Mateus predominam as

embarcações entre 6m a 8m especializados na captura do camarão, uma das pescarias de maior valor comercial no estado, além da pesca do peróá e de peixes costeiros. Existem, nestes municípios, cerca de 1.000 pescadores artesanais e 370 barcos. A produção anual é de 2.732 t.

A produção artesanal familiar representa 15% da produção de pesca dos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, enquanto a produção artesanal marítima chega a 45%. A produção industrial totaliza 40% deste total.

No entanto, esses dados não correspondem aos dados levantados por mim em entrevista junto ao presidente da Colônia de Pesca Z1³⁸ de Conceição da Barra. Segundo esta instituição, existem 2.500 pescadores artesanais e um total de 800 barcos ligados à pesca marinha e 200 botes ligados à pesca estuarina. A produção de pescado é de 100 kg/dia referentes à primeira modalidade de pesca e de 5 kg/dia ligados à outra.

A despeito das disparidades existentes entre os levantamentos, a pesca artesanal de Conceição da Barra é, em maior parte, responsável pela produção pesqueira do município além de ser fonte de alimento, renda e emprego para uma parcela significativa da população local.

³⁸ A Colônia de Pesca Z1 está localizada em Conceição da Barra e engloba este município, além dos municípios de São Mateus, Pedro Canário, Nova Venécia, Pinheiro e Boa Esperança. Apenas Conceição da Barra e São Mateus estão territorializados à beira-mar.

A partir dos anos 80, as empresas de pesca do município foram fechadas devido ao declínio da produção e falta de políticas pesqueiras significativas no estado. Atualmente, fica evidente o abandono e o desmantelamento de toda a estrutura pesqueira. Dentro deste contexto, somente uma empresa voltou a funcionar, precariamente.

Existem cerca de 45 comunidades pesqueiras³⁹, distribuídas entre os 14 municípios costeiros capixabas (REVIZEE). Ao longo da costa capixaba, existem 13 Colônias de Pescadores.

A organização das comunidades pesqueiras capixabas na atualidade revela características próprias de acordo com sua maior ou menor inserção no espaço urbano. O manejo em áreas urbanizadas é mais conflitante devido às pressões sobre o espaço costeiro.

De um modo geral, os serviços públicos, a acessibilidade e a pouca organização social são precários nas comunidades pesqueiras mais distantes dos centros urbanos. A falta de organização entre os pescadores é uma realidade que prejudica o desenvolvimento de soluções coletivas para os problemas que enfrentam.

Em 37,2% das comunidades do estado, além da pesca, o pescador desenvolve

³⁹Segundo dados do Centro em Tecnologia em Aqüicultura – CTA, na década de 1990, havia 60 comunidades pesqueiras no Espírito Santo. Esta diferença pode estar indicando inconsistência no levantamento, bem como, pode estar revelando um processo de desestruturação das comunidades pesqueiras capixabas. Entretanto, não há informações históricas precisas que possibilitem avaliar esta questão.

atividades complementares para ampliar a renda familiar. Em apenas 16,3% a pesca é atividade exclusiva. Aproximadamente em 2/3 das comunidades, a exploração turística está presente e a acessibilidade é a porta de entrada para introdução deste setor. Com o turismo, novas demandas são criadas no interior das comunidades que vêm nesse setor uma possibilidade de inserção de sua força de trabalho ou de alternativas de renda.

Os problemas vividos pelos pescadores artesanais brasileiros atualmente estão relacionados tanto à destruição dos ambientes costeiros pela dinâmica urbano-industrial, bem como pela superexploração do recurso pelas empresas de pesca que, entre outras conseqüências, reduzem o estoque pesqueiro necessário à reprodução do modo de vida dos pescadores. A diminuição do recurso pesqueiro é um fator relevante no processo de pauperização dessas comunidades, assim como a valorização das terras da zona costeira por diferentes setores da economia moderna tornando este recurso uma importante mercadoria.

Com as alterações ocorridas no estoque pesqueiro foram tomadas medidas legais de proteção do pescado que, em sua maioria, não correspondem à realidade local, gerando insatisfações por parte dos pescadores. No Espírito Santo, a não-concordância sobre o período de restrições à pesca, principalmente do camarão, tem gerado atritos entre os pescadores e o governo. Para os pescadores artesanais que mais sofrem com as portarias e as fiscalizações, é preciso haver mudanças e estudos sobre a particularidade deste fenômeno em cada trecho da costa, para a elaboração de portarias específicas, no entanto, isto ainda não parece ser uma prioridade do Estado, o que dificulta a mediação dos conflitos gerados em torno

desta questão.

Em Conceição da Barra, a destruição dos ambientes costeiros está associada à urbanização da sede do município e do balneário de Guriri que promove a ocupação de restingas e de manguezais, além de potencializar a poluição do ambiente estuarino. Outro fator relevante é a sobrepesca causada por frotas pesqueiras de outros municípios e até de outros estados nas águas piscosas deste trecho da costa. Durante seis meses, de julho a dezembro, há um grande fluxo de pescadores do sul do estado o que gera grande impacto ambiental relacionado a sobrepesca, além de impactos sociais, pois muitos pescadores acabam morando na cidade no período de safra do pescado só voltando para seus locais de origem depois deste período.

Conflitos entre os pescadores locais e os órgãos políticos municipais, estaduais e federais são freqüentes em face da falta de fiscalização sobre a atuação de frotas externas na costa norte, bem como da comercialização clandestina da produção no município por meio de empresas do centro-sul. Estas empresas deslocam caminhões frigoríficos para Conceição da Barra que não tem uma fiscalização rigorosa o que facilita a sonegação de impostos, tanto neste município como em seu lugar de origem.

A economia pesqueira praticada desta forma, além de não gerar divisas para o município, submete os pescadores locais à maior exploração de sua produção, já que a infra-estrutura pesqueira local é inferior a do centro-sul.

CAPÍTULO III – O Estado e as políticas territoriais

O Estado tem um peso enorme na organização do território brasileiro. É ele quem legitima ou concede legitimidade para as diversas formas de regulação de usos. Neste sentido, o papel do Estado no ordenamento do território ganha uma importante função reguladora dos conflitos, um meio poderoso de intervenção social em busca de melhores níveis de desenvolvimento.

Para Sanson (2001:48-49),

(...) o ordenamento territorial é uma prerrogativa do Estado, o qual por meio do domínio espacial pode intervir na sociedade, funcionando como uma grande estratégia de poder no processo de valorização e desvalorização territorial. Isso, por conseguinte, é um processo em que está em jogo o interesse de determinados atores sociais ou de um conjunto deles.

A relação Estado-sociedade-território no Brasil tem, segundo Moraes (2002) e Costa (2001), uma forte determinação colonial que faz com que o território e não o povo seja o alvo prioritário das políticas públicas.

Neste contexto, o ordenamento territorial se insere como instrumento de estratégia de poder na qual está em jogo o interesse de alguns agentes sociais e não o todo da sociedade brasileira.

Estes autores nos incitam ainda a entender as políticas públicas dentro do quadro de dependência do país aos determinantes externos. Sobre esta questão Moraes (op. cit p.181) observa que:

[...] as economias periféricas são estruturalmente áreas de ajustes, que necessitam de tempos em tempos adequar a sua produção às inovações empreendidas no centro do sistema mundial. Tais ajustes manifestam-se como vagas modernizantes que periodicamente emergem na formação brasileira.

Esta articulação exige redefinições tanto na economia como no território por meio de estímulos ou contenção de fluxos, intensificação ou estagnação de atividades. Neste contexto, tais relações mais que espaciais contêm e expressam determinantes econômicos, sociais e políticos.

A partir da década de 1930 foram lançadas as bases para dois processos fundamentais na organização do território brasileiro: a industrialização e a modernização. Neste momento estavam sendo montadas as bases para a adequação da economia brasileira à nova divisão internacional do trabalho. Segundo Gomes (1998:30),

Além de toda uma reestruturação institucional, voltada para a montagem de um moderno aparelho central de Estado, são direcionados esforços no sentido da construção de empresas estatais de grande porte, cuja produção estava orientada para o funcionamento interno de insumos metalúrgicos, de energia, de transporte e de comunicação.

Estas alterações no âmbito político, econômico e social estavam articuladas com a implantação do Estado capitalista no país, uma exigência do movimento de internacionalização do capital, um período de acomodação de interesses dominantes que se contrapunham aos interesses agrofundiários tradicionais.

A partir de 1950 o Brasil inseriu em sua dinâmica territorial um planejamento global como instrumento da política econômica. Nesta fase, o Estado por meio de políticas públicas faz valer uma série de ações visando a expansão da fronteira econômica e da integração do território.

Na década de 1970, com a crise e a recessão mundial vividas após a euforia dos anos de glória do capitalismo, houve uma retração e o desmonte do planejamento brasileiro, bem como uma forte redução da capacidade de intervenção do Estado sobre a organização do território.

As ações do governo passaram a privilegiar o crescimento de setores que pudessem contribuir para o crescimento das exportações adotando medidas agressivas quanto à expansão da fronteira econômica e ao tipo de ocupação econômica das áreas vazias do território deixando de lado as políticas de ocupação com base no povoamento (COSTA, 2001).

Nessa fase há uma nítida opção pelo grande empreendimento a partir de capitais privados nacionais e estrangeiros, cabendo ao governo o papel de estimular por

diversos meios – incentivos e isenções fiscais –, e investir na infra-estrutura a nova ordem mundial. Perdeu-se a perspectiva de integração do território nacional e de um planejamento global gestado e sustentado por um amplo aparato técnico-institucional. Passou-se a adotar uma perspectiva puramente econômica, setorizada e desarticulada no âmbito das políticas públicas, conforme nos lembra Moraes (2002).

Na zona costeira foram feitas grandes intervenções estatais com a implantação de obras viárias, portuárias e a instalação de equipamentos produtivos buscando a inserção desta faixa territorial à dinâmica econômica urbano-industrial.

A posteriori, este trecho do território brasileiro passou por um intenso processo de industrialização acompanhado de uma acelerada ocupação e urbanização de alguns pontos da costa além de uma intensa degradação dos recursos naturais e descaracterização das culturas locais que aí se desenvolveram.

Hoje, na zona costeira, se concentra grande parte da população urbana brasileira, das plantas industriais dos setores de maior impacto ambiental – como as indústrias petroquímicas, químicas, de celulose e siderurgias –, além de uma infra-estrutura de circulação conectada ao fluxo internacional.

Nos interstícios destes centros urbanos industriais mantiveram-se trechos de ocupação rarefeita com ecossistemas preservados onde comunidades costeiras

desenvolveram modos de vida singular por meio da pesca, da agricultura de subsistência e da exploração dos recursos naturais. Estes trechos caracterizam-se atualmente pela grande relevância sócio-ambiental e pela crescente pressão de setores da economia moderna, principalmente o turismo.

Os conflitos gerados em consequência das políticas públicas aplicadas à zona costeira, levando-se em consideração que estas foram determinantes para a forma como se deu a ocupação da costa, somados a finitude e a escassez do solo, fizeram com que o planejamento tivesse, cada vez mais, um papel relevante no ordenamento territorial e na busca de soluções para os problemas oriundos da sua ocupação.

O estado do Espírito Santo, juntamente com São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, forma um dos mais importantes pólos de desenvolvimento econômico do país. Nele se concentra majoritariamente um grande contingente populacional urbano, as atividades industriais e os serviços.

A despeito do desenvolvimento dos demais estados da região Sudeste, o Espírito Santo teve pela primeira vez uma atividade econômica mais dinâmica a partir do final do século XIX quando o café tornou-se a base econômica do estado. Este ciclo durou até meados da década de 1960 e foi nele que o estado, pela primeira vez, foi capaz de assegurar a ocupação de suas terras e conquistar as terras ainda não ocupadas em seu interior. Predominantemente agrícola, a economia capixaba se caracterizou durante esse período pela pequena propriedade e pelo sistema familiar

de produção. A indústria e o comércio existentes eram pouco expressivos e estavam atreladas à economia cafeeira.

Com a erradicação do café⁴⁰, o Espírito Santo inicia um processo de diversificação e modernização de atividades agrícolas e de implantação e expansão do setor industrial. A política de erradicação do café aliada à política de industrialização capixaba gerou grande mobilidade da população rural para as áreas urbanas dando início ao acelerado processo de urbanização por que passaria o Espírito Santo

A partir da década de 1960 o setor industrial liderou o processo de crescimento econômico e a partir daí se tornou hegemônico no cenário político do país. Para a efetivação deste processo foi fundamental a participação do capital internacional e nacional, já que o estado possuía uma economia marginal sem meios de criar condições locais para a sua inserção no cenário da economia do país e do mundo.

Para Zanotelli (1999), a penetração do grande capital e a definição do Espírito Santo como grande fornecedor do mercado externo possibilitaram as mudanças ocorridas no território capixaba. Neste processo, o estado se transformava em uma grande plataforma de exportação de produtos primários e semi-elaborados.

⁴⁰Nos anos 50 os cafezais pouco produtivos do país foram erradicados. No ES foram erradicados 53,8% dos cafezais o que resultou na liberação de 71% da área total cultivada. Essas proporções foram de 33% em Minas Gerais, 26% em São Paulo e 28,4% no Paraná liberando, respectivamente, 41,2%, 26,5% e 19,8% das áreas cultivadas nestes estados. Após a erradicação o desemprego atingiu 60 mil capixabas afetando um total aproximado de 240 mil pessoas indiretamente. Este fato aumentou a mobilidade da população. O êxodo rural, conseqüente desta crise, contribuiu para o crescimento urbano e o crescimento das periferias das cidades capixabas. O esgotamento das terras, o fechamento da fronteira agrícola, grande parte das terras do norte impróprias para o cultivo do café, a queda dos preços internacionais e uma agricultura sustentada pela pequena propriedade familiar tornaram o café capixaba pouco produtivo, competitivo e lucrativo no contexto nacional sendo estas as principais causas de sua derrocada.

O rápido crescimento da economia capixaba ocorrido a partir da década mencionada acima foi concertado pelo acelerado processo de industrialização, urbanização e aparelhamento portuário da “Grande Vitória”, região constituída pelos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Campo Grande e Serra.

Na costa norte capixaba os principais vetores de transformação foram a exploração de petróleo e a implantação dos projetos agro-industriais de eucalipto e cana-de-açúcar.

A escolha da região norte para a implantação das culturas de cana-de-açúcar e eucalipto contribuiu para que, nesta porção do território capixaba, ocorresse alta concentração de terras, uma expulsão sem precedentes da população rural pondo em curso a urbanização.

As conseqüências na estrutura econômica e social capixaba operadas pelo crescimento das indústrias de grande porte e da agroindústria não significaram um ganho justo à sociedade local. A industrialização capixaba fez com que migrassem do campo e de outros estados, contingentes significativos de mão-de-obra sem muita qualificação gerando demandas por infra-estrutura urbana que estiveram sempre aquém do necessário, pondo em movimento um processo de favelização das cidades. Por outro lado a demanda em torno da força de trabalho qualificada deu origem à grande massa da classe média capixaba que impulsionou a construção civil, as atividades imobiliárias, o turismo, o comércio, entre outros, que contou com investimentos estatais e privados.

Na zona costeira, ainda com baixa densidade populacional, houve um processo de ocupação gradativa pela atividade turística sustentada por políticas públicas e pelos interesses de especuladores imobiliários. Este processo vem promovendo a valorização das terras à beira-mar e conseqüentemente a expulsão das comunidades costeiras “tradicionais” com profundos impactos sociais e ambientais.

A ocupação das terras costeiras pelo turismo está atrelada à urbanização, em particular ao crescimento da classe média, e pressupõe a valorização e a (re)significação dos lugares. Esta dinâmica foi abordada por abordado por Madruga (1992), como um processo de litoralização das praias brasileiras caracterizado pelo surgimento e expansão de segundas-residências e por infra-estrutura urbana.

Nas duas últimas décadas do século XX, a economia capixaba foi marcada pela globalização da economia mundial, pela privatização das empresas pelo Governo ⁴¹ e de reestruturação e modernização das grandes empresas que passaram a deflagrar de modo mais acirrado os efeitos nocivos do desenvolvimento sustentado pelo capital internacional e pela produção voltada para o mercado externo.

A nova ordem mundial levou as grandes empresas a investirem em programas de expansão da produção para aumentar a sua competitividade no mercado internacional utilizando para isso processos produtivos cada vez mais

⁴¹ O processo de privatização foi iniciado no Espírito Santo em 1989, com a venda de grande parte do capital acionário da “Aracruz Celulose” pelo BNDES. No mesmo ano foi privatizada a Companhia de Ferro e Aço de Vitória que teve o seu controle acionário passado do BNDES para um grupo privado paulista. Em 1992 foi a vez da CST, no qual o governo manteve participação minoritária por meio da CVRD. Em 1993 foi vendida as ações da ESCELSA (GOMES, 2003).

automatizados, o que resultou na redução do número de empregos no setor.

No norte, a Aracruz Celulose mecanizou toda a produção de eucalipto dando início a um programa de demissão que gerou impactos de grande monta. Além disso, esta empresa passou para as mãos de empresas terceirizadas várias atividades do setor retirando de si responsabilidades sociais, trabalhistas e ambientais, além de diminuir o salário dos trabalhadores.

Sobre os impactos da automatização das empresas Calazans (2003:27-8) menciona que,

Por toda a década de 1990 o setor terceirizou, mecanizou, demitiu em massa, intensificou a produtividade do trabalho. Somente no norte do ES e no extremo sul da Bahia, com a mecanização do corte de eucalipto, as empresas demitiram mais de dez mil trabalhadores da motosserra. [...]. O manejo do eucalipto para carvão ou celulose, não gera muitos empregos no campo, algo em torno de um posto de trabalho a cada 25,30 hectares.

Sobre a terceirização dos serviços o autor supracitado observa que foi um processo que possibilitou maior acumulação e tirou das grandes empresas a responsabilidade delas diante da sociedade, potencializando os impactos sociais conforme mencionado abaixo:

Dos empregos que ainda gera no campo, são famosos os casos dos carvoeiros e trabalhadores dos plantios, ambos sob condições desumanas, seja por envenenamento com agrotóxico, seja em função do trabalho infantil.

Reduzindo custos e tornando precárias as condições de trabalho, a terceirização de parte do processo produtivo foi amplamente utilizada pelas empresas, que geram hoje poucos trabalhos diretos e de qualidade, principalmente se comparados a outros setores econômicos que poderiam ocupar o mesmo território.

O setor pesqueiro também passou por grandes transformações havendo uma concentração maior em torno das grandes empresas. Em consequência muitas empresas de pesca capixabas, em sua maioria de pequeno e médio porte, foram fechadas e grande parte da transação comercial passou a ser feita clandestinamente com grande prejuízo à produção local.

Apesar da dinâmica de alguns setores, a estagnação da economia estadual foi um dos principais indícios de que os impactos causados pelos grandes investimentos não corresponderam aos efeitos multiplicadores esperados para o desenvolvimento regional.

Aliada ao crescimento exorbitante da população urbana observa-se que o modelo de desenvolvimento capixaba gerou tensão fundiária, especulação sobre os preços dos terrenos, fragmentação do espaço, ocupação predatória do solo, revelando a falta de políticas de planejamento e total omissão das empresas diante da questão social. O mesmo observou-se nos setores de saúde, educação, transporte que apresentaram um grande déficit frente à demanda da população.

As consequências ambientais deste modelo também se socializaram. Hoje a grande

discussão gira em torno do problema de falta de água, da energia, da poluição. Zanutelli (1999:88-9) ao mencionar o desenvolvimento sustentado pelo grande capital no estado, em particular a grande indústria, aponta que:

Esta realidade nos coloca diante do fato de que o meio ambiente faz parte intrínseca do processo de produção e de exploração, e de que a sua transformação e rarificação são voltadas para o acúmulo de riquezas e principalmente para fornecer mercados consumidores que se encontram a milhares de quilômetros da zona de produção. [...] podemos concluir que a CST utiliza os serviços públicos, mas não paga o equivalente em impostos, interfere no meio ambiente e não assume completamente sua responsabilidade, cria problemas de moradia, circulação, etc., mas não investe nestes setores.

Em Conceição da Barra a situação não foi diferente, apesar da existência de grandes empresas latifundiárias estarem operando em seu território desde a década de 1970.

Conceição da Barra tem no setor primário a maior parte de suas atividades econômicas concentradas, principalmente o reflorestamento de eucalipto e o cultivo de cana-de-açúcar que, juntas, somam quase 90% das terras agricultáveis do município. Estas atividades extrativistas não geram recursos para o município na mesma proporção dos recursos gerados para os municípios que processam a matéria-prima. Além disso, estas empresas praticamente não geram emprego para a população local. Na alta e na baixa temporada as agroindústrias canavieiras geram respectivamente 1.800 e 900 empregos. A mão-de-obra empregada na atividade canavieira não é local, vem de Alagoas e é submetida à condições subumanas de

exploração. Quanto à cultura do eucalipto, a Aracruz Celulose não gera emprego nenhum em Conceição da Barra.

Além das monoculturas de cana-de-açúcar e de eucalipto, a maior potencialidade agrícola no município é a fruticultura tropical voltada para o mercado regional e mundial, mas este mercado está voltado e beneficia, principalmente, o médio empresário, que atualmente produz sob o sistema empresarial empregando a maior parte da mão-de-obra rural em períodos sazonais de colheitas ou plantios.

O turismo e a pesca são as principais atividades geradoras de renda e trabalho para a população local, mas, estas atividades encontram-se em processo de estagnação devido às alterações naturais que têm acarretado a destruição do balneário de Conceição da Barra, o assoreamento do estuário rio São Mateus, além da destruição dos ambientes costeiros e da super exploração dos recursos pesqueiros pela pesca industrial.

Segundo diagnóstico do PDU do município de Conceição da Barra (2005) a atividade econômica do município está estagnada, falta política de incentivos a economia local. A área rural é dominada por grupos empresariais, pela falta de trabalho e pela forte exclusão social.

A estrutura fundiária apresenta maior quantidade de propriedades com áreas até 50 ha, seguida pela de 50 a 100 ha, e por fim, por estabelecimentos com áreas

superiores a 100 ha. Em termos de percentual, quase 80% da área agricultável pertence às grandes empresas como mencionado anteriormente. Dos 20% restantes, 14,63% são destinadas às unidades de conservação e os demais 5,37 estão destinadas a áreas urbanas e as demais atividades agrícolas. Estes dados mostram como o processo de expropriação do pequeno produtor foi intenso no município.

As formas predominantes do sistema produtivo são as empresas agrícolas voltadas para a produção em larga escala e em menor escala a agricultura familiar nas pequenas propriedades. Existem no município 5 assentamentos agrícolas que abrigam mais de 240 famílias, ocupando uma área de 2.750 ha.

Ao analisar a renda dos chefes de domicílio em Conceição da Barra o IPES (1999) apontou que aproximadamente 40% destes se encontravam na classe de rendimento de até 1 salário mínimo. Na faixa de 1 a 3 salários mínimos o percentual chega a 37%, enquanto que nas classes de 3 a 10 e mais de 10, este percentual chegava a apenas 12% e 2%, respectivamente.

Na educação, o quadro não foi muito diferente apresentando elevado índice de analfabetismo e evasão escolar. Não havia tratamento de esgoto e muitos domicílios apresentavam ligações clandestinas ligando os esgotos à rede de drenagem e aos mananciais hídricos. Somente a água para o abastecimento da cidade era tratada. No restante do município, além de poços artesianos, a água era captada de represas e outros cursos d'água de menor porte. Este quadro se torna alarmante se

considerarmos que insumos agrícolas tóxicos são amplamente usados pelas empresas Aracruz Celulose, Disa e Alcon, nas culturas de eucalipto e cana-de-açúcar promovendo a contaminação dos recursos hídricos e do aquífero deste trecho da costa capixaba. A saúde apontava um quadro medíocre, faltando infraestrutura física e humana para a sua qualificação.

O quadro atual não é diferente e revela que tanto na área de saúde, comércio e educação, o município é dependente de outros municípios, principalmente de São Mateus.

Gomes (1998), ao refletir sobre esta questão, menciona que falta no Espírito Santo uma política de abrangência regional adequada às necessidades e tendências de cada lugar, levando em consideração não só o desenvolvimento econômico, mas também e, fundamentalmente, o social e o ambiental sem o qual é impossível mudar a realidade frente à crise atual. Neste sentido, as mudanças envolveriam reflexões de toda a sociedade capixaba sobre que desenvolvimento as políticas públicas aplicadas no Espírito Santo estão sustentadas. No entanto, para chegarmos a este estágio faz-se necessário o uso da democracia participativa que, segundo Tournaine (1996), abarca as dimensões do respeito pelos direitos fundamentais, cidadania e representatividade dos diferentes atores sociais.

Com a finalidade de contribuir para esta reflexão insere-se, a seguir, uma discussão

sobre as políticas territoriais⁴² capixabas que no momento estão diretamente envolvidas na produção do espaço de Meleiras e Barreiras em face do processo de uso e ocupação observados nesta pesquisa. Neste contexto serão abordadas as políticas no recorte do turismo, da pesca e da conservação ambiental.

3.1 As políticas públicas e a pesca

As intervenções no setor pesqueiro do Espírito Santo se deram até a década de 1930 através do Governo Federal. A partir desta década a pesca no Brasil passou a ser apropriada pelo capitalismo industrial tendo o Governo Federal e o Governo Estadual participação efetiva nas intervenções do setor.

Em 1934 com a criação do Código de Caça e Pesca, a pesca passou a ser considerada uma atividade de caráter econômico.

A criação, em 1948, da “Secção de Pesca do Departamento de Produção Animal” no âmbito federal, demonstrou a preocupação em se criar e ampliar serviços tidos como essenciais ao desenvolvimento da pesca. Em 1961 foi criado o “Conselho de Desenvolvimento da Pesca” – CODEPE, que incorporou a Secção da Pesca. No ano seguinte este órgão foi substituído pela “Superintendência do Desenvolvimento da Pesca” – SUDEPE, vinculada ao Ministério da Agricultura. Neste período foi

⁴² Para Moraes (1994) as políticas públicas abarcam o universo das políticas econômicas, sociais e territoriais. Estas últimas são ações estatais que produzem espaço.

elaborado o primeiro “Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca”- PNDP.

A SUDEPE foi extinta em 1989 sendo suas atribuições incorporadas pelo recém criado “Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis” – IBAMA, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. A partir deste momento a pesca ficou sob a competência deste instituto e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O modelo de desenvolvimento concentrador de renda, voltado para as demandas do mercado mundial teve nas grandes empresas de pesca o mote para o desenvolvimento das políticas públicas. Entre as décadas de 1960 e 1970 a SUDEPE colocou em prática uma política pesqueira que dinamizou o setor industrial⁴³ por meio de créditos e incentivos fiscais priorizando a modernização da frota pesqueira e a construção de empresas privadas de pesca. As políticas de investimento aplicadas por este órgão ao longo de 20 anos foram responsáveis pelo esgotamento dos recursos pesqueiros na região Sul e Sudeste e pela exploração desmedida do pescador artesanal.

Os poucos incentivos direcionados à pesca artesanal reduziu o pescador a fornecedor de pescado e de força de trabalho às empresas de pesca. As políticas implantadas, nesse período, não redundaram em melhoria de vida do pescador artesanal. Uma destas políticas, o PESCART, criado em 1973, buscou introduzir a

⁴³ Ao ser conceituada como indústria de base, em 1966, a pesca passou a ter suas atividades financiadas pelo Banco do Desenvolvimento Econômico – BNDE. A partir deste ano foram criados incentivos fiscais específicos para a pesca no país. Em particular, o Decreto Lei n. 880 de 1969 criou os primeiros incentivos fiscais específicos para o setor industrial, agropecuário, pesqueiro e turístico no Espírito Santo (ES-ECO92, 1992)

modernização tecnológica na pesca artesanal utilizando, entre outras ações, a transferência de novas técnicas de captura e novos meios de processamento do pescado sem levar em consideração a questão social e cultural das comunidades pesqueiras.

Se por um lado criavam-se mecanismos para o aumento da produção e da produtividade, por outro não se implementavam ações para melhorar o preço pago ao pescador ou mesmo ações que impedissem a exploração destes pelos atravessadores.

Neste processo, a maior parte dos pescadores ficou submetida aos comerciantes de peixe e às empresas de pesca que, interessadas, passaram a intermediar a aquisição dos equipamentos pelos pescadores.

Com relação à produção e comercialização da pesca artesanal algumas políticas foram implantadas resultando na construção de entrepostos, áreas para armazenamento, câmaras de estocagem, entre outros. Estas ações também não se reverteram em melhoria de vida para o pescador artesanal, já que a maior parte destes equipamentos foi manipulada pelos comerciantes e atravessadores.

A política de preços criada para garantir uma remuneração mínima pelo pescado não beneficiou o pescador artesanal em função da pequena produção já que este não tinha condição de estocar o produto.

Programas financiados na década de 1970 estimularam a criação de cooperativas que, por falta de recursos a longo prazo e dificuldade de administração por falta de organização dos pescadores, em sua maioria, sucumbiram com o tempo.

Por outro lado, as linhas de crédito à pesca artesanal beneficiaram um pequeno número de pescadores, seja pela existência de uma relação de clientelismo político, ou pelo fato do pescador artesanal envolvido ter como fator limitante a pequena renda, a inexistência de garantias, o limite do financiamento e o elevado preço dos equipamentos de pesca. Por outro lado, a prioridade dos programas nem sempre foram a prioridade dos pescadores.

Os programas de aquicultura implementados nesse período foram voltados para a produção empresarial do camarão visando o mercado externo, não sendo acessível ao pescador artesanal.

A fiscalização, apesar do número de portarias de regulamentação da pesca, era falha e geralmente punindo o pequeno pescador e deixando ilesas as frotas pesqueiras empresariais. As medidas de regulamentação adotadas não levavam em conta os efeitos sócio-econômicos dos pescadores, principalmente sobre a renda.

As pesquisas dos recursos pesqueiros foram voltadas para as espécies comerciais ligadas à pesca empresarial, não levando em conta as necessidades dos pescadores e o conhecimento dos ecossistemas costeiros de forma integrada.

As pesquisas voltadas para a maricultura seguiram o mesmo rumo, não sendo, na maioria das vezes, tecnológico, social e culturalmente apropriada pelas comunidades pesqueiras. A inserção destes projetos não leva em consideração as especificidades sociais e culturais dos pescadores artesanais.

No fim da década de 1980 já havia o consenso de que o aumento da produção pesqueira em função da modernização não trouxe melhoria de vida às comunidades pesqueiras e promoveu a super exploração do pescado.

As políticas públicas aplicadas ao setor pesqueiro no Espírito Santo, nesse período, estiveram concertadas com as políticas federais e resultaram na implantação de uma infra-estrutura pouco expressiva quando comparada aos demais estados costeiros do Sudeste e Sul.

Em decorrência das políticas instituídas no final da década de 1960, o estado chega aos anos 80 com um quadro pouco expressivo no setor pesqueiro. Segundo dados da Secretaria de Estado da Agricultura do Espírito Santo - SEAG (1981) foram implantadas duas indústrias de pescado e uma empresa de pesca em Conceição da Barra e em Vitória, principais núcleos pesqueiros na ocasião. Existiam 33 pontos de desembarque de pescado, dois estaleiros para a construção de embarcações de médio e grande porte localizado em Vitória, além de estaleiros menores para a construção, manutenção e reparos de pequenas embarcações em outros pontos da costa.

A falta de infra-estrutura para beneficiamento, estocagem e comercialização, a desorganização no desembarque, a ausência dos produtores no leilão do pescado, a deficiência dos serviços de inspeção federal e a falta de gelo caracterizaram este setor.

Ainda no diagnóstico da SEAG é mencionado que os pescadores artesanais eram os responsáveis pela maior parcela do pescado capturado no estado e, no entanto, viviam em condições precárias pela baixa renda alcançada por eles na pesca. O baixo nível escolar, condições impróprias para a habitação, precária assistência médica, relações inadequadas de trabalho e o baixo nível nutricional foram alguns dos problemas levantados.

Apesar do montante dos créditos se concentrarem na pesca industrial, as maiores parcelas foram direcionadas para os centros pesqueiros mais dinâmicos do país como São Paulo e Rio de Janeiro. Por este motivo o setor industrial do Espírito Santo encontrou dificuldade de expansão. Em grande parte a produção industrial abastecia empresas do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte. A evasão de divisas era grande. Exemplificando esta questão cabe frisar que parte do pescado capixaba comercializado com o Rio de Janeiro tinha como destino certo o mercado externo.

Além de analisar a infra-estrutura humana, física e econômica do setor pesqueiro capixaba, os levantamentos apresentados pelo SEAG resultaram em algumas avaliações da situação dos recursos hídricos do estado. Desta forma, no começo

dos anos 80, alguns rios capixabas apresentavam evidências de poluição resultante da urbanização e industrialização em curso no Espírito Santo. Segundo evidências observadas, os rios Formate e Marinho, na Grande Vitória, além de trechos do rio Doce, na divisa com Minas Gerais e próximo as cidades capixabas às margens desse rio, estavam visivelmente poluídos devido as descargas de efluentes domésticos. Já os rios São Mateus e Itapemirim aparecem com a ressalva de estarem “sem problemas sérios”.

Quanto às águas marinhas, a observação feita era em torno das evidências de altos níveis de poluição causados pelos resíduos da usina de pelotização e de minério de ferro na Grande Vitória, bem como, pelos resíduos industriais jogados direto na costa do município de Aracruz pela empresa Aracruz Celulose S.A..

Os estudos realizados por órgãos do governo, diagnosticando a situação da pesca no estado nos anos 80, apontavam a necessidade de mudanças profundas no setor. Para o Plano Integrado para o Desenvolvimento da Pesca – Projeto Cidades de Porte Médio (SEAG, 1984) diante da situação da pesca capixaba, o objetivo principal das políticas públicas seria o de “promover o desenvolvimento sócio econômico do setor pesqueiro, principalmente o do pescador artesanal de baixa renda” (p.5).

No entanto, as políticas continuaram reproduzindo o mesmo modelo autoritário-concentrador das décadas anteriores, beneficiando a pesca empresarial e estimulando a produção dos recursos que já apresentavam sinais de esgotamento em detrimento de medidas efetivas no fortalecimento político e econômico do

pescador artesanal.

Segundo levantamento do REVIZZE, os principais programas fomentados no estado entre 1980 e 1990 financiaram a compra de embarcações e equipamentos, reparos, implantação da Escola de Pesca no município de Piúma, implantação de entreposto com fábrica de gelo em Conceição da Barra, Guarapari e Vila Velha⁴⁴.

Este relatório aponta ainda que no final da década de 1990, o Instituto de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER-ES, articulada a outros órgãos públicos e privados fomentou a construção de um barco de pesquisa equipado para o setor pesqueiro capixaba além de mediar projetos de geração de renda junto as comunidades rurais e pesqueiras.

Cabe frisar que, no contexto da região Sudeste e Sul, o setor pesqueiro capixaba é o menos expressivo. O estado não possui uma frota industrial de grande porte e nem um setor industrial importante para o beneficiamento do pescado. Apesar de usar tecnologia e gerenciamento mais desenvolvidos que a pesca artesanal, estes são inferiores aos utilizados em outras empresas pesqueiras do país. A pesca artesanal continua relegada à função de provedora de produtos a baixos preços e de força de trabalho para a acumulação do capital.

⁴⁴ O entreposto de Conceição da Barra foi desativado, estando em funcionamento neste município somente o entreposto da Associação de Pescadores. O entreposto de Vila Velha deu sustentação à formação de uma cooperativa que vem ajudando na organização do setor pesqueiro da região enquanto o de Guarapari encontra-se em funcionamento após ter passado um período desativado (REVIZEE).

A tendência hegemônica do setor pesqueiro industrial sobre a pesca artesanal sem que haja a supressão desta última, bem como, a concentração dos investimentos deste setor nos maiores centros econômicos do país, se insere no processo de divisão internacional do trabalho necessária à lógica de acumulação capitalista tendo o Estado um papel fundamental na reprodução desse modelo.

Atualmente o mercado de peixes do Espírito Santo está vinculado a estruturas empresariais que atuam no estado, em outros estados e no mundo. Segundo dados do Centro Tecnológico em Aqüicultura – CTA cerca de 70% dos peixes de qualidade capturados são exportados para os Estados Unidos, Europa e Canadá. Os peixes seguem para o Rio de Janeiro, eviscerados ainda inteiros, onde são submetidos à inspeção federal e despachados por via aérea.

Como produto dos financiamentos e programas do governo, foi implantada no estado a aqüicultura para a criação comercial de peixes e camarão de água doce, além de ranários. Na pesca artesanal, a partir da primeira metade dos anos 90, teve início investimentos para fomentar a maricultura junto às comunidades pesqueiras. Muitos dos projetos implantados não se expandiram demonstrando total distanciamento entre estes projetos e a realidade do pescador, conforme ocorreu em Conceição da Barra.⁴⁵

Diante do quadro geral da pesca no Espírito Santo urge a demanda por novas

⁴⁵ O projeto de maricultura para a produção de ostra implantado em Conceição da Barra e outros municípios da costa capixaba, contou com a parceria da associação de maricultores, Sebrae, Petrobrás. BID e prefeituras.

estratégias políticas para o desenvolvimento da pesca artesanal, em particular comprometidas com a melhoria das condições de vida do pescador artesanal cuja sobrevivência encontra-se seriamente ameaçada. Esta ameaça não vem só do setor pesqueiro industrial, mas também do setor imobiliário, por meio da expulsão das comunidades pesqueiras das terras onde desenvolvem seu modo de vida⁴⁶, bem como, das políticas de conservação dos recursos naturais com a implantação de unidades de conservação que restringe ou impede o uso dos recursos, em áreas cuja preservação foi possível pelos modos de vida destes atores sociais.

No âmbito do lugar vivido, locus de ação, a melhoria da qualidade de vida da população é resultante da presença efetiva da sociedade civil organizada no processo da produção do espaço. Neste sentido, planejar deve ser uma construção social do povo para o povo, um exercício democrático o qual a sociedade como um todo não pode se abdicar.

3.2 As políticas públicas e o turismo

Segundo Becker (1995) o governo brasileiro passou a se interessar pelo turismo a partir da década de 1950 quando o país passava por profundas transformações causadas pela expansão do modelo urbano-industrial. A partir de então o turismo se transformou em importante setor gerador de renda e trabalho no país.

⁴⁶ Vale lembrar que a especulação imobiliária se alia neste processo a outros setores da economia moderna como o turismo e a urbanização.

No caso específico do Espírito Santo desde a década de 1950 o litoral passou a ser pólo de atração sobre a população de Minas Gerais devido a presença de minerais radioativos nas areias das praias dos municípios de Guarapari, Piúma, Anchieta, Itapemirim, no litoral sul, que supostamente causavam a cura de doenças. Este foi o primeiro trecho turístico representativo do estado, chamado pelos governos da época de “Faixa Radioativa”. Nessa mesma década, no litoral norte, em Conceição da Barra, teve início um aporte ainda insignificante de veranistas vindos de cidades vizinhas como São Mateus e Nova Venécia, cujos centros urbanos estavam distantes da praia.

A partir da década de 1960, o governo estadual passou a fomentar o turismo como um importante vetor de desenvolvimento. No final dessa década foi criada a “Empresa Capixaba de Turismo” – ENCATUR, com o objetivo de estimular o turismo no estado. Logo após a sua criação, esta empresa elaborou o primeiro plano turístico capixaba, o “Plano de Desenvolvimento Turístico da Faixa Radioativa do Espírito Santo”. Esse plano mostra a preocupação do estado com o setor sendo a sua estrutura sustentada na linha dos megaprojetos, seguindo modelos do governo federal. Buscava-se estimular o turismo através de estratégias regionais a partir de Guarapari, na época, o centro de polarização do turismo estadual.

A falta de verbas e de continuidade nos diferentes governos fez com que esse projeto não fosse adiante, mas sua criação demonstra que o turismo já era visto como uma atividade de grande potencial para a promoção do desenvolvimento econômico capixaba no âmbito das políticas públicas (PORTUGUEZ, 1998).

Com a emergência de novas regiões turísticas no estado e os impactos causados pela exploração dos minerais radioativos no litoral sul em 1983, a Lei 3.624 institui áreas de interesse turístico no estado, entre elas as praias e o entorno do Parque Nacional do Caparaó.

Houve nesse período uma readequação de estímulo ao setor sendo valorizadas novas potencialidades como o turismo sol/praias e o turismo religioso. Este último ganhando maior destaque a partir dos anos 90 com a criação da rota “Passos de Anchieta” que parte de Vitória e segue até o município de Anchieta, no litoral sul, em um percurso de aproximadamente 90 km ao longo do litoral que são percorridos à pé.

Alguns estudos realizados no final da década de 1980 e na década de 1990, como o “Espírito Santo Século XXI” e o “Plano de Desenvolvimento Turístico do Espírito Santo – Projeto Macrozoneamento Costeiro do Espírito Santo” foram importantes contribuições ao turismo capixaba. Nesses documentos o enfoque dado ao setor era menos romântico e mais realista em face do movimento ambientalista e dos impactos sócio-ambientais do turismo sobre as culturas locais. Foram levantadas questões relacionadas ao turismo, à preservação e a valorização da natureza e das singularidades culturais do estado.

O turismo surge como uma das principais atividades econômicas para as cidades da costa sul capixaba acompanhando a urbanização e o processo de industrialização ocorrido a partir dos anos 50 do século passado. Nos anos 80, o litoral central, além

de se conformar como o centro urbano-industrial capixaba, era um trecho turístico autônomo em face da boa infra-estrutura urbana dos municípios desta região e, pelo fato de ter em sua composição a capital do estado.

Esse trecho da costa capixaba passou a ser o pólo de convergência dos turistas em trânsito no estado, pois sua posição geográfica o aproxima de todas as demais regiões. Esses fatores favoreceram o surgimento de novas modalidades de turismo além do tradicional sol/praias, o turismo ambiental, o cultural, o fabril, o de negócios, entre outros.

No litoral norte o turismo sol/praias se tornou um importante fator de geração de renda e emprego para a população local seguido do “carnaval fora de época” que cresceu a partir dos anos 90, aproveitando a infra-estrutura dos balneários pouco utilizados em alguns períodos do ano.

Segundo Portuguez (1998), buscando estimular o setor turístico em outras regiões capixabas, nos anos 90, o governo, junto com a iniciativa privada, passou a incentivar o turismo nos municípios não litorâneos do estado, entre os quais o agroturismo nos municípios serranos e o turismo ambiental nos municípios do entorno do Parque Nacional do Caparaó. Alguns projetos e incentivos foram implantados para estimular as atividades turísticas nestes municípios. Esse autor mencionou a existência de 35 projetos em andamento voltados para o turismo capixaba no final da década de 1990.

A despeito das diversas modalidades turísticas praticadas, a de turismo sol/praias, tradicionalmente presente no estado é a de maior importância econômica até a atualidade, o que faz com que as políticas públicas e os incentivos financeiros sejam mais representativos nesse ramo do setor.

O Espírito Santo mesmo não pertencendo ao Nordeste brasileiro, desde o final do século XX, participa do “Programa de Desenvolvimento do Turismo” – PRODETUR/NE no âmbito federal, pelo fato do norte capixaba apresentar características climáticas similares ao semi-árido brasileiro, integrando-se com isso ao Polígono da Seca e constituindo-se em área de atuação da antiga SUDENE⁴⁷.

Este programa traz em seu bojo o discurso de ser uma eficiente ferramenta de sustentação econômica e social. Para a Secretaria de Turismo o Programa PRODETUR/NE tem como objetivo geral a criação de condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística, de forma a proporcionar a melhoria da qualidade de vida da população fixa das áreas beneficiadas, viabilizando seu acesso aos serviços urbanos e aos postos de trabalho, possibilitando a melhoria das condições ambientais e garantindo segurança aos investidores (www.sedetur.gov.es).

⁴⁷ O Programa conta com o apoio financeiro do BID, através de financiamento ao governo federal e, através do Banco do Nordeste (BNB), Órgão Executor do Programa, com repasse aos estados contemplados através de instrumentos contratuais de sub-empréstimo. O Programa financia obras de infra-estrutura (saneamento, transportes, urbanização e outros), projetos de proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural, projetos de capacitação profissional e fortalecimento institucional das administrações de estados e municípios. Abrange os nove estados do Nordeste, além do norte de Minas Gerais e o Espírito Santo. (www.sedetur.gov.es)

Entretanto, vários estudos mostraram as conseqüências socioeconômicas e ambientais deste programa no Nordeste brasileiro. Segundo Cruz (1999), o PRODETUR é um dos investimentos mais importantes da política de megaprojetos turísticos do governo, sendo que o modelo de concentração espacial da infraestrutura urbana está no cerne desta política como âncora para atração de investimentos privados, não se revertendo em desenvolvimento para a população local.

Com o objetivo de desenvolver o turismo capixaba e devido a sua inclusão no PRODETUR II, o governo estadual elaborou o “Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS do Pólo Capixaba do Verde e das Águas”, que tem por objetivo o planejamento integrado para o desenvolvimento econômico sustentável da região norte. O Programa é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDETUR.

Dentro do PDITS, o norte do estado apresenta várias regiões turísticas sendo que os municípios de São Mateus e Conceição da Barra integram a “Região Litorânea” que apresenta grande diversidade de atrativos naturais e culturais, além da atividade turística tradicional, sol/praias.

Foram apontadas ainda como fatores de estímulo ao turismo nesses municípios, a forte influência da cultura negra, a presença de vários remanescentes de quilombo, manifestações folclóricas de grande repercussão estadual e nacional e uma cultura

pesqueira bastante representativa. Sendo estes fatores elementos potencializadores das atividades turísticas da região.

Conceição da Barra é reconhecida como município turístico pelo Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, pelo SEBRAE e pela Secretaria de Turismo do Estado. Os principais atrativos turísticos do município são as praias, a maioria semi-desertas com exceção das praias da sede⁴⁸, o estuário do rio São Mateus, as dunas de Itaúnas e as festas tradicionais. O folclore, rico e diversificado, é representado por grupos de Reis-de-Boi, Alardo, Ticumbi, Pastorinhas, Congo, festas religiosas de São Pedro, São Benedito e Nossa Senhora da Conceição, assim como pelo carnaval de rua e a festa de Iemanjá⁴⁹. O artesanato típico é baseado em objetos de fibras vegetais e madeira como cestarias, esteiras, vassouras, panelas, gamelas e instrumentos musicais. Desta forma o turismo cultural torna-se um fator em potencial para esse setor no município.

Com 4 áreas de unidades de conservação, o município apresenta ainda potencial para o ecoturismo, além de potencial para o turismo rural junto às comunidades rurais de pescadores artesanais e quilombolas que ainda resistem ao processo de expropriação que é intenso no município. A pesca oceânica esportiva, o mergulho e a pesca submarina são apontados também como potencial turístico no Plano Diretor

⁴⁸ As praias da sede do município são urbanizadas e de fácil acesso a partir de Vitória pela BR-101. Estas praias apresentam avançado processo de erosão marinha, principalmente junto a foz. As obras de contenção, desassoreamento e fixação da foz do rio São Mateus vêm sendo executadas com recursos do governo federal, Aracruz Celulose, Petrobrás e Prefeitura Municipal, entretanto esse processo continua bastante acelerado e grande parte da orla urbanizada e da foz do município foi destruída.

⁴⁹ As manifestações populares de Conceição da Barra têm grande influência da Bahia com quem o norte capixaba manteve transações comerciais além de ter sido durante 40 anos província de Porto Seguro durante disputa territorial entre o Espírito Santo e aquele estado.

de Conceição da Barra.

O município apresenta Conselho Municipal de Turismo e concluiu todas as etapas do processo de Plano Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT.

Apesar destas premissas, para o Plano Diretor de Conceição da Barra, a atividade turística do município é incipiente se comparada a outros municípios capixabas e ao sul da Bahia. O turismo de massa e o veraneio caracterizam o turismo no município sendo sua sazonalidade um fator insustentável ao desenvolvimento econômico, social e ambiental. A demanda turística do município tem sua origem no próprio estado e em Minas Gerais, sendo o turista de baixa renda o que predomina no município. Os levantamentos desse plano apontam como problemas a deficiência na infra-estrutura, a demanda sazonal, a baixa qualidade dos equipamentos e serviços, a baixa qualidade profissional dos recursos humanos, dentre outros. No entanto, este setor é o que mais gera renda e trabalho à população local.

Com a inserção do Espírito Santo no PRODETUR, a perspectiva sócio-econômica e ambiental, a partir do turismo, aponta para processos de exclusão como os que ocorreram no Nordeste.

Cruz (1999:186), ao analisar as políticas de turismo e o reordenamento de territórios do Nordeste após a implantação dessas políticas menciona que,

As políticas de megaprojetos e Prodetur-NE são exemplos nacionais de um processo mundial de expansão das fronteiras espaciais do turismo, da apropriação privada de espaços movida pela atividade turística, da transformação do espaço em mercadoria, do triunfo do valor de troca em relação ao valor de uso do espaço e de intrigante supremacia do turismo [...] no sentido da construção e reconstrução do espaço para seu uso.

A autora continua a sua reflexão dizendo que “a exclusão social é uma das características desse processo de apropriação turística de territórios litorâneos do Nordeste movido pelas políticas regionais de turismo” (p. 187).

Rodrigues (1997 apud PORTUGUEZ, 1998:30) mencionou em seus estudos que os impactos do turismo sobre os espaços onde se insere são de acordo com o conteúdo técnico⁵⁰ que lhes dá movimento. Nesse sentido, o espaço pode assumir características totalmente diferentes de seus aspectos originais, perdendo sua identidade e assumindo uma complexidade capaz de torná-lo totalmente artificializado, principalmente quanto aos aspectos da cultura local. No caso do turismo, a construção de “resorts”, clubes de recreação de grande porte e parques temáticos, são algumas das conseqüências observadas no espaço costeiro do nordeste com a implantação de projetos viabilizados pelo PRODETUR.

As políticas de turismo por meio do PRODETUR em andamento no estado se inserem na mesma lógica apresentada pelos autores acima citados, ou seja, são intervenções políticas que refletem interesses econômicos, expressos no desejo de

⁵⁰ Segundo Santos (1999:25) são “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”.

fomentar o setor, levando-se em consideração o seu papel na (re)produção do capital.

Cabe frisar também que estes projetos promovem a exclusão de grande parte da sociedade por estarem voltados para as classes mais ricas do país e do mundo além de privatizarem acessos públicos como as praias e promoverem a segregação da população local e dos diferentes usos sociais como salienta Cruz (op. cit., p. 189),

Não é a autenticidade em si que importa, mas tudo aquilo que ela pode significar, como, por exemplo, a perda da identidade bem como a perda da possibilidade de tornar o turismo veículo de algum desenvolvimento local, como resultado da privatização de espaços por grupos hegemônicos do ramo da construção civil, da hotelaria, dos serviços turísticos, da internacionalização tendente dos empreendimentos, da opção política pela exclusão social e espacial dos habitantes desses lugares.

Essas questões estão no cerne do turismo capixaba e ganham uma dimensão muito mais profunda em termos de produção do espaço a partir do PRODETUR.

Ao se pensar o espaço costeiro de Conceição da Barra inserido nos projetos turísticos capixabas não se pode descartar a importância das localidades de Meleiras e Barreiras como áreas de expansão do setor, já que as praias do balneário de Conceição da Barra estão sendo destruídas pelos processos de erosão flúvio-marinhos. Dessa forma, nos últimos anos, Guriri se tornou o principal pólo turístico do litoral norte capixaba.

Em depoimentos dados por representantes da Secretaria de Cultura e Turismo de

Conceição da Barra, a preocupação atual para fomentar o setor, inclusive em Meleiras e Barreiras, gira em torno da formação de mão-de-obra para atuar nos restaurantes, pousadas e bares. Entretanto, não há preocupação com questões relevantes inerentes ao setor, como os impactos sócio-ambientais das atividades turísticas sobre a população local e sobre o município.

3.3 As políticas públicas e a conservação ambiental

As políticas ambientais são modalidades da política territorial de grande interesse para a gestão dos espaços. Ao se definir áreas de preservação disciplina-se o uso do solo e confere-se novos valores a este. A implantação de unidades de conservação induz ações planejadas dos recursos, atuando diretamente no processo de ocupação do espaço em questão.

No entanto, várias questões atuam na pouca eficácia das unidades de conservação e fazem delas um instrumento frágil para atuar efetivamente no ordenamento do território, entre as quais está a regularização fundiária e a lógica clássica de conservação que sustenta as categorias de conservação no país.

Diegues (1996) aponta que os conflitos gerados nas UCs no Brasil têm sua origem na concepção do modelo americano que ignora a presença dos habitantes locais destas áreas e a sua efetiva participação na conservação dos ecossistemas

naturais.

Apesar da complexidade e das dificuldades encontradas, a temática ambiental vem se constituindo em uma importante perspectiva para o planejamento pelo governo federal, principalmente a partir da década de 1990, quando houve um aumento considerável de projetos com grande potencial para o ordenamento do território. Entre os projetos e incentivos financeiros concedidos a esta área estão o “Fundo Nacional do Meio Ambiente” – FNMA, ligado ao Ministério do Meio Ambiente e com verbas do BID incentivando as ONGs e municípios com menos de 120 mil habitantes; o “Fundo Brasileiro para a Biodiversidade” – FUNBIO, voltado para projetos de conservação e uso sustentável da biodiversidade no Brasil; e o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, executado pelo Ministério do Meio Ambiente visando o planejamento e o disciplinamento das atividades desenvolvidas na zona costeira.

Além destes programas planejados e gestados no âmbito nacional, no plano internacional o Brasil firmou acordos que dispõem de dispositivos para atuar sobre a questão ambiental. Dentro deste contexto, está a “Convenção sobre a Biodiversidade”, assinada durante a “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento” realizada em 1992 no Rio de Janeiro.

Nessa convenção o Brasil se compromete a proteger a sua biodiversidade utilizando como principal instrumento o estabelecimento de áreas protegidas. Dentre as medidas tomadas desde a sua entrada na convenção está o “Projeto de Corredores

Ecológicos” da Amazônia e da Mata Atlântica inserido no “Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil” – PP-G7, financiado pelos sete países mais ricos do mundo. Com relação à Mata Atlântica, os corredores são espaços de conservação construídos de forma a garantir a proteção dos remanescentes florestais mais significativos, incrementando o nível de conectividade entre os fragmentos, por meio de ações de controle, proteção e recuperação da cobertura florestal. Para este fim serão criadas UCs, estimulando a criação e o fortalecimento de áreas protegidas privadas – (RPPN - Reservas Particulares de Patrimônio Natural), às quais será concedido incentivo ao manejo sustentável dos recursos naturais, a fiscalização por comunidades locais, buscando uma gestão descentralizada, participativa e compartilhada desses espaços.

Outro dispositivo inserido em acordos internacionais que atua como instrumento de planificação no país é a “Reserva da Biosfera” do Programa “O Homem e a Biosfera” da UNESCO, como resultado da “Conferencia sobre a Biosfera” realizada em 1968 em Paris. Este instrumento visa a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável por meio do zoneamento⁵¹ como forma de combater os efeitos dos processos de degradação ambiental do planeta.

Neste sentido vale aqui lembrar as reflexões elucidativas feitas por Moraes (2002:195/6/7) que diz:

⁵¹ O zoneamento é um dos estágios mais importantes de um planejamento. É por meio dele que serão definidas funções que estabelecem restrições e estímulos ao uso do território das UCs sendo ainda um meio de solucionar conflitos de uso do espaço (SANSON, 2001)

[...] o novo momento implica redefinições e ajustes, situação que – numa formulação dialética – poderia ser sintetizada no seguinte enunciado: o capitalismo atual ainda é estruturalmente o mesmo dos séculos passados, mas também é historicamente outro. Entre as novidades importantes de serem assimiladas pela reflexão geográfica, salientam-se as novas funções atribuídas aos países periféricos e a reavaliação do papel dos patrimônios naturais e dos fundos territoriais para a acumulação capitalista.

Enfim, a consciência das limitações impostas pela natureza [...], impõe uma nova geopolítica mundial, que tem como um de seus eixos essenciais o controle dos estoques e fontes de riqueza natural. Daí o esforço internacional de normatização desta matéria, e os antagonismos interestatais que acompanham tal processo.

No Espírito Santo a temática ambiental foi sendo instituída legalmente a partir da década de 1980. A Constituição Estadual dedica um capítulo ao Meio Ambiente assim como a Constituição Federal de 1988. É datada desta época a lei que dispõe sobre as medidas de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente.

A criação das leis ambientais e implantação de órgãos ambientais foram se expandindo à medida que o processo de industrialização capixaba foi se consolidando. Em 1987 foi criada a Polícia Florestal do Estado, que passou a atuar na fiscalização ambiental.

A Lei nº 4.126/88 estabelece a Política Estadual de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente a ser implantada no Espírito Santo. Em seguida, esta lei cria e estabelece as atribuições da “Secretaria Estadual para Assuntos do Meio Ambiente” – SEAMA em 1988, cabendo a este órgão a implantação da Política Ambiental do estado.

Atualmente os órgãos governamentais responsáveis pela questão ambiental capixaba são o IBAMA no âmbito federal (em processo de transformação em Instituto Chico Mendes), a SEAMA, a Polícia Florestal e o “Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo” (IDAF), estes últimos órgãos ambientais estaduais.

No Espírito Santo restam menos de 7% da cobertura vegetal nativa em seu território que era totalmente coberto pela mata atlântica e ecossistemas associados. Os recursos hídricos encontram-se comprometidos qualitativa e quantitativamente. Todos os rios, principalmente aqueles próximos a centros urbanos estão poluídos, seja por esgoto doméstico, lixo, seja por detritos industriais ou agrotóxicos, além de sofrerem acelerado processo de assoreamento.

A degradação ambiental ocorre desde a poluição do ar, exploração de areia sobre áreas de restinga, desmatamento de matas nativas, invasões e destruição de manguezais, destruição de ecossistemas naturais costeiros pela especulação imobiliária, destruição e contaminação do solo pela expansão da agroindústria e agropecuária, implantação de indústria em áreas ecologicamente frágeis e impróprias para tais usos, dentre outros.

De um modo geral, o interesse econômico das grandes empresas e dos grandes empresários locais se sobrepõe aos demais interesses da sociedade, o que impede o avanço das questões ambientais rumo ao uso sustentável dos recursos e a

melhoria da qualidade de vida da população local. Este quadro está bem caracterizado na situação atual das unidades de conservação estaduais.

O Espírito Santo conta atualmente com várias UCs contemplando tanto as categorias de uso indireto como as de uso direto⁵². As de uso restritivo totalizam 7 UCs federais na qual apenas uma não possui plano de manejo, além de 10 estaduais as quais seis possuem plano de manejo⁵³.

Das 15 unidades de conservação de uso sustentável, direto, implantadas no estado, 3 são federais e 12 estaduais. São 11 APAS (Área de Proteção Ambiental), 3 FLONAS (Floresta Nacional) e 1 ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico).

Dentro deste quadro somente duas UCs estaduais possuem plano de manejo.

Além das unidades de conservação de uso direto e indireto, o Espírito Santo conta ainda com 3 RPPNs, sem plano de manejo e 12 áreas naturais protegidas – 8 municipais, 2 particulares e 2 vinculadas à institutos de pesquisas. A maioria não possui plano de manejo.

É importante saber que as UCs de uso sustentável do estado encontram-se, em sua maioria, sem administração e sem plano de manejo, o que faz com que em seu

⁵² As ucs de uso indireto ou restritivo não permitem o uso dos recursos naturais em seu interior, a não ser com finalidades específicas como pesquisa e educação ambiental. Nesta classificação incluem as seguintes categorias: Reservas biológicas, estação ecológica, parques e monumentos naturais. Por outro lado as ucs de uso direto ou sustentável admitem a ação humana em seu interior mediante manejo sustentável dos recursos. Nesta classificação estão as florestas nacionais, as APAs e as reservas extrativistas.

⁵³ O plano de manejo é o instrumento básico de planejamento de uma unidade de conservação. É ele quem vai estabelecer o zoneamento da área levando em consideração fatores naturais e sociais (SANSON, 2001)

interior o processo de ocupação continue se dando de forma desordenada comprometendo profundamente a conservação dos recursos naturais e a manutenção das populações locais que vivem diretamente do uso dos recursos naturais destas unidades.

A situação atual das unidades de conservação que privilegia as UCs de uso indireto reforça a premissa de que estas categorias são mais importantes no processo de conservação do meio ambiente do país e que a lógica preservacionista de que a presença humana é um fator negativo à conservação é a que prevalece no sistema atual de conservação do país.

No entanto, as contestações em torno da eficácia do modelo preservacionista se aliam aos estudos que apontam que, apesar do aumento do número de unidades de preservação, a degradação da natureza continua ocorrendo. De fato, pensar a conservação da natureza sem levar em conta a desigualdade social e econômica, a privatização do espaço e o modelo de vida da sociedade moderna, é não atentar-se para a racionalidade que fundamenta a produção do espaço como um todo.

As observações de Vianna (1996) também apontam para esta questão. Para esta autora a concepção de conservação instalada no poder público brasileiro é antropocêntrica, autoritária e fortemente intervencionista, não havendo em seu interior nenhum questionamento sobre o modelo de desenvolvimento do país, um modelo de desenvolvimento excludente com total ausência de perspectivas para as populações marginalizadas.

Além de se inserir nas políticas de conservação que culminam com a criação de espaços específicos para este fim, o Espírito Santo está inserido no programa “Reserva da Biosfera da Mata Atlântica”⁵⁴, compondo a zona núcleo do corredor central da mata atlântica em conjunto com o sul da Bahia e o Nordeste de Minas Gerais. No estado esse programa tem como objetivo a proteção integral dos recursos naturais, bem como, a promoção da recuperação das áreas degradadas, buscando ainda conciliar o uso racional dos recursos à preservação.

Por ser um estado costeiro localizado na zona costeira é tido também como “Patrimônio Nacional”⁵⁵, segundo a Constituição Federal de 1988, e a utilização de seu território, segundo este documento, deve ser feita para assegurar a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

Dentre as políticas federais que atuam diretamente sobre o estado vale salientar o “Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC” instituído em 1988. Apesar deste programa já ter sido abordado anteriormente, segundo Moraes (1999:114-5) “ele se constituiu na base legal fundamental do planejamento ambiental na zona costeira” tendo por finalidade orientar a utilização racional dos recursos da zona costeira contribuindo desta forma para aumentar a qualidade de vida da população,

⁵⁴ Em atendimento a solicitação do Governo Brasileiro, o programa internacional “O Homem e a Biosfera” (Man and Biosphere – **MaB**), da UNESCO, declarou e reconheceu nos anos de 1991, 1992 e 1993 a Mata Atlântica como Reserva da Biosfera do Programa MaB. A declaração da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica endossa a sua situação de floresta tropical mais ameaçada do mundo, compreendendo cerca de 290.000 km² do território nacional e 5 (cinco) mil quilômetros de litoral. Esta Reserva abriga os principais remanescentes de Mata Atlântica e ecossistemas associados, incluindo-se as ilhas oceânicas, que vão desde o Estado do Ceará até o Estado do Rio Grande do Sul; ao todo 15 Estados brasileiros, incluindo o Espírito Santo, possuem áreas abrangidas pela RBMA (www.iema.es, jan., 2007)

⁵⁵ Além da Zona Costeira, são considerados como “Patrimônio Nacional, o Pantanal, a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica e a Serra do Mar, conforme consta no parágrafo 4 do artigo 225 da Constituição Federal (MORAES, 1999).

além de proteger o patrimônio natural, histórico, étnico e cultural. O Gerenciamento Costeiro do Espírito Santo envolve vários municípios entre os quais o de Conceição da Barra e São Mateus. No entanto, encontra-se em fase de reestruturação para ser implementado.

3.3.1 A APA de Conceição da Barra – discussão sobre o papel da UC no ordenamento do território dos pescadores artesanais de Meleiras e Barreiras

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, implantado pela Lei nº 99.85/2000, dispõe sobre a política ambiental e conceitua as várias categorias de unidades de conservação do país dividindo-as em dois grupos: as unidades de proteção integral e as de uso sustentável estando as APAs inseridas no segundo grupo.

Dentre as categorias de unidades de conservação, as APAs não necessitam, para a sua criação, a desapropriação de propriedades particulares, tornando, *a priori*, sua implantação um processo mais rápido. Esta categoria pode ser criada tanto em área de domínio público como privado, prevendo o ordenamento territorial dentro de seu perímetro. O zoneamento ecológico econômico é o instrumento que regulamenta os usos da APA influenciando diretamente no ordenamento territorial.

A priori a APA reconhece a diversidade cultural, o processo de ocupação é disciplinado e os dos recursos naturais são compartilhados pela população com a conservação da natureza.

A criação da APA engloba tanto ambientes terrestres como aquáticos submetidos a diversas modalidades de manejo podendo compreender paisagens naturais conservadas ou alteradas, com características notáveis e dotadas de atributos naturais, paisagísticos e culturais que necessitem proteção para assegurar o bem-estar das populações que aí se reproduzem. No entanto, apesar de contemplar o uso sustentável dos recursos, a APA ainda carrega em sua concepção a noção de que o homem é um agente externo à natureza devendo suas ações ser disciplinadas ou ajustadas à natureza.

As APAs foram instituídas pela Lei nº6.902/81 juntamente com a Estação Ecológica, sendo regulamentada pelo Decreto nº99.274/90. Estas UCs devem ser gestadas através de um conselho deliberativo formado por representantes da sociedade civil e pelo Estado. No entanto, os planos de gestão raramente levam em conta as particularidades do modo de vida das comunidades locais.

Apesar de contemplar o uso dos recursos, a APA não se propõe a resolver a questão fundiária, um dos pontos cruciais da problemática ambiental no país. Por se constituírem em uma categoria com atuação mais branda sobre os territórios, pois não contemplam a desapropriação, esta UC encontra grandes dificuldades para se estabelecer e viabilizar o ordenamento do território, transformando-se em sua maioria em áreas de papel.

A APA de Conceição da Barra é uma unidade de conservação estadual administrada pela SEAMA que foi instituída em 1998 através do Decreto n. 7.305-E. Compreende

uma área de 7.728 ha que engloba os manguezais da foz do rio São Mateus, a praia de Meleiras, as comunidades rurais de Barreiras, Meleiras, Quadrado e Moendas “integradas no ecossistema regional onde se encontram espécies raras e ameaçadas de extinção representativas da vegetação de restinga”.

As motivações da criação da APA, segundo o decreto acima é de *assegurar o desenvolvimento econômico regional com a proteção da natureza, manejo adequado dos recursos naturais e disciplinamento do uso e ocupação do solo; assegurar a perenidade e qualidade dos recursos hídricos; proteger espécies raras, vulneráveis e ameaçadas de extinção; desenvolver o turismo regional integrado às condições naturais dos ecossistemas, das paisagens e das belezas cênicas, fomentar o desenvolvimento de projetos voltados para a conservação e manejo dos recursos naturais; desenvolver programas setoriais, incluindo a agricultura, turismo, educação, fiscalização e monitoramento ambiental; promover a implantação de programas de educação ambiental para a comunidade circunvizinha da APA e comunidades por ela abrangida, implantar equipamentos e serviços necessários à construção dos objetivos específicos constantes deste decreto.*

Quanto ao zoneamento ecológico-econômico este documento diz que a sua elaboração deverá observar os planos e projetos regionais existentes e que após concluído deverá ser analisado pelo Conselho de Gestão formado por vários representantes da sociedade civil em sua maioria ligados ao Poder Público municipal e estadual e a setores econômicos.

Consta ainda neste documento que todas as medidas tomadas deverão ser divulgadas objetivando o esclarecimento das comunidades sobre a APA e suas finalidades. Estas diretrizes apontadas pelo decreto da APA evidenciam o papel passivo delegado às populações locais dentro das políticas ambientais.

Em nenhum momento houve uma preocupação específica com o envolvimento das comunidades de pescadores artesanais tanto no processo de sua construção como na elaboração do zoneamento de ordenamento e manejo da área. A pesca artesanal e as comunidades pesqueiras não foram inseridas como diferencial a ser priorizado no processo de uso sustentável dos recursos naturais e de preservação dos mesmos. Mesmo os usos da terra não levam em consideração o conhecimento destes atores sociais e as formas tradicionais de uso.

A morosidade do poder público é um problema observado na efetivação da APA. Apesar de ter sido criada em 1997, até o momento esta UC não tem plano de manejo ou zoneamento da área. Não há critérios de uso do solo e dos recursos. Após 10 anos, a SEAMA, órgão ambiental responsável pela APA não conseguiu viabilizar uma sede ou eleger uma equipe administrativa que dinamize as ações no interior desta UC.

Alem da importância da APA no ordenamento da área onde se insere, esta UC se encontra na área de amortecimento do Parque Estadual de Itaúnas, de uso restritivo, e neste sentido a sua implantação está também atrelada a um planejamento maior que tem como objetivo a conservação dos ecossistemas do norte capixaba.

No caso da APA de Conceição da Barra a fiscalização tem sido ineficiente, pois nos últimos anos a expansão do turismo, da fruticultura e da especulação imobiliária, constitui uma ameaça à manutenção dos ecossistemas naturais e das comunidades pesqueiras. A condição ilegal das terras caracteriza a maior parte das propriedades segundo declarações obtidas em entrevista ao Idaf (2007), órgão responsável pelo levantamento fundiário da área, sendo, portanto, a questão fundiária um dos principais problemas ligados à esta UC.

Com a criação da APA, os usos tradicionais foram coibidos pela fiscalização que, apesar de ser pouco efetiva, atua na área esporadicamente, não havendo uma preocupação de uma ação preventiva, principalmente, com relação aos avanços das atuais frentes de expansão. Talvez seja por meio das políticas de conservação que o Estado, na figura de um indivíduo repressor e autoritário, mais se manifeste aos pescadores artesanais de Meleiras e Barreiras. Neste sentido, o Estado desconhece ou menospreza o fato de que os lugares mais preservados ainda coincidem com espaços ocupados pelas populações “tradicionais” aliando a preservação destas áreas com as práticas de vida destes grupos (Leonel, 2003; Diegues, 1996; Diegues e Arruda, 2001).

Este fator conjugado a outros fatores externos tem causado a diminuição do território dos pescadores artesanais e impossibilitado, entre outras coisas, a realização das atividades tradicionais na terra. Por outro lado, como a APA não resolve questões ligadas à propriedade da terra, muito menos as questões ligadas ao ordenamento do território, além de não envolver as comunidades pesqueiras no processo de

conservação e uso sustentável dos recursos, sua eficácia é praticamente nula no processo de ordenamento do uso do solo em Meleiras e Barreiras, se tornando um instrumento distante da realidade destas comunidades.

Para Rodrigues (2001:138), “um dos principais obstáculos para a ampliação dos espaços de participação comunitária nas UCs está ligado a uma tendência preservacionista radical, ainda que minoritária, existente no movimento ambientalista do Brasil”. A posição radical de que para a preservação da natureza torna-se necessário a retirada das populações locais da área, se confronta com os direitos que estas têm de uso da terra e dos recursos naturais. No plano das UCs de uso sustentável esta visão se escamoteia na tendência ao disciplinamento e na visão fragmentada do homem e da natureza que ainda sustenta o modelo de conservação presente na maior parte dos órgãos ambientais do país.

Pensando a realidade atual da APA de Conceição da Barra e os conflitos em seu interior seria necessário que essa categoria de uso sustentável contemplasse a problemática ambiental, bem como, a relação homem/natureza em suas distintas e múltiplas significações, ultrapassando as concepções preservacionistas assegurando o direito das populações locais à terra, bem como as formas de sustentabilidade presentes nos modos tradicionais das culturas locais. É necessário que esta categoria leve em conta a conservação da natureza com base nas formas tradicionais de utilização dos espaços e dos recursos, já que em seu interior comunidades tradicionais se reproduzem há várias gerações. Para isso seria necessário um diálogo profundo entre o poder público e a população envolvida, um exercício constante da democracia conforme já assinalado anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações no modo de vida das comunidades de pescadores artesanais de Meleiras e Barreiras compõem e refletem a complexa relação sócio-espacial, econômica, política e cultural das diferentes formas de apropriação do espaço costeiro do norte capixaba.

Atualmente os pescadores de Meleiras e Barreiras têm como principal sustentação a economia artesanal familiar e o pequeno comércio. A pesca artesanal é a principal atividade econômica em ambas as comunidades estudadas. É desenvolvida nos moldes tradicionais de produção tendo havido ao longo dos anos poucas mudanças tecnológicas no que diz respeito ao processo de modernização da economia.

A pesca artesanal entra como a principal fonte protéica alimentar para os pescadores e suas famílias, tendo importante função no âmbito da segurança alimentar tanto para as comunidades pesqueiras como para a população de baixa renda do município de Conceição da Barra que vive próximo ao mar e ao estuário.

Sob estes aspectos, está no estuário do rio São Mateus o recurso natural por meio dos quais, as comunidades estudadas constroem seu modo de vida e abastecem o mercado local, sendo necessário que estes recursos sejam garantidos para que esta economia não sucumba.

Observou-se, nesta pesquisa, que ao longo dos anos houve um aumento da

dependência das comunidades aos recursos pesqueiros do estuário devido a impossibilidade da prática agrícola e do extrativismo vegetal e animal que lhes garantiam, no passado, a produção de quase tudo o que necessitavam para viver. Embora, ainda hoje, alguns pescadores retirem, mesmo que ilegalmente, alguns produtos para a confecção de armadilhas de pesca, remos, cabos de ferramentas, construção de casas, entre outros.

Hoje os pescadores compram tudo o que necessitam para a sua reprodução, com raríssimas exceções. A penetração de novos elementos de consumo possibilita a modificação dos costumes tradicionais e a incorporação do estilo de vida urbana o que faz com que o pequeno produtor familiar oriente sua produção face às novas necessidades de consumo criadas. Há grande dependência das famílias pesqueiras aos produtos industrializados e produtos alimentares produzidos fora da comunidade.

Como o modo de vida vem se tornando incompatível com a possibilidade das comunidades pesqueiras aumentarem a sua produção, estas buscam garantir as condições atuais criando alternativas por meio um conjunto de atividades complementares que hoje estão presentes no espaço onde vivem. Uma das alternativas buscadas pelos pescadores tem sido a expansão do território de pesca para além do estuário. Começa a ser introduzida nas comunidades a pesca no mar que demanda a incorporação de novas técnicas artesanais e conhecimentos tradicionais ligados à dinâmica marinha. O uso deste espaço pelos pescadores ocorre em função da diminuição do recurso pesqueiro no estuário e das proibições

na época de reprodução. As demais atividades exercidas completam a renda das famílias e estão ligadas aos novos usos da terra.

Apesar da diversificação de atividades ser um processo inevitável à reprodução do pescador, ela não se reveste em melhoria de vida, mas de exploração de sua força de trabalho.

Observa-se que a sujeição dos pescadores à exploração dos setores em expansão em Meleiras e Barreiras aponta para a falta de alternativas econômicas concernentes com a realidade cultural, além de ser um indicador das condições atuais da pesca no estuário.

Cabe ressaltar que, em meio às mudanças ocorridas, alguns aspectos sociais se reverteram em ganho às comunidades pesqueiras principalmente em relação ao acesso à escola, aos serviços, ao comércio, à saúde, assim como às informações. No entanto, se analisarmos o quadro atual, percebe-se que houve uma diminuição de qualidade de vida em função da dependência da economia externa e da impossibilidade da pesca artesanal gerar renda compatível para que o pescador artesanal e sua família tenham acesso efetivo aos produtos que lhe garantam melhoria de vida.

No que se refere aos recursos costeiros, a conservação destes e de seus ambientes foi condição fundamental para a reprodução dos ecossistemas naturais como das

comunidades pesqueiras de Meleiras e Barreiras ao longo do tempo. As dificuldades atuais enfrentadas pelos pescadores estão relacionadas à escassez destes recursos.

Diante do exposto é importante frisar que a forma de apropriação dos recursos locais pelas comunidades pesqueiras de Meleiras e Barreiras e as singularidades destas culturas foram responsáveis pela conservação e manutenção dos atributos naturais que hoje são valorizados tanto pelas políticas de conservação como pelo turismo.

Neste sentido, observou-se que os territórios sob a lógica de uso dos pescadores cumpriram, ao longo dos tempos, satisfatoriamente sua função social, econômica, cultural e ambiental.

A expansão do turismo, da fruticultura e da especulação imobiliária, em escala local, além da pesca predatória e dos usos do solo em escala regional, têm sido às causas das mudanças no modo de vida e no território das comunidades pesqueiras. A expansão destas atividades tem causado a diminuição do recurso pesqueiro, a destruição do ambiente estuarino e dos ecossistemas costeiros e a diminuição dos territórios das famílias pesqueiras.

A expansão urbana de Conceição da Barra sobre os manguezais, bem como, o assoreamento do rio São Mateus e a poluição das águas do estuário por esgotos domésticos e uso de insumos agrícolas tóxicos atuam na degradação do ambiente costeiro.

No âmbito local, a expansão, pelo turismo e pela fruticultura, fomentada pela especulação imobiliária, promove um processo de apropriação das terras de Meleiras e Barreiras por pessoas externas às comunidades pesqueiras, alterando não só na composição fundiária como também na relação do pescador com o espaço onde vive.

Além da desagregação dos espaços produtivos terrestres houve também uma desagregação do espaço simbólico e de lazer. Os espaços de uso comum praticamente desapareceram ou se restringiram a espaços específicos, e a terra, enquanto recurso passou a ter uma função mercadológica oriunda de interesses econômicos externos à comunidade.

Como a maioria das terras não possui documentação legal e este é o recurso de maior valor para o pescador na atualidade, a vulnerabilidade deste às ações dos especuladores e ao mercado de terras aumenta consideravelmente à medida que as novas formas de ocupação avançam sobre seu espaço.

Neste sentido, a terra tem sido o produto com o qual alguns pescadores vêm se capitalizando nos últimos anos e, contraditoriamente, a sua comercialização põe em movimento um processo de expropriação, que apesar de ainda não se concretizar com a expulsão das famílias pesqueiras, as exclui de espaços e recursos usados coletivamente. Ocorre um processo de fragmentação das propriedades dos pescadores com o aumento do número de proprietários e de atividades não ligadas às comunidades pesqueiras.

As conseqüências sócio-espaciais e ambientais geradas pela expansão de novas atividades têm deixado nos territórios dos pescadores artesanais somente o ônus ambiental e social. Além disso, as mudanças vêm destruindo conhecimentos e técnicas culturais historicamente construídas que carregam em si aspectos importantes sobre a relação homem-natureza a serem consideradas tanto na questão ambiental como no uso sustentável dos recursos.

Os conflitos observados apontam de um lado para ambientes naturais e modos de vida sustentados por formas tradicionais de uso dos recursos que são de grande significado ambiental e cultural e, de outro, uma dinâmica econômica caracterizada por processos de descaracterização cultural e ambiental ligados à economia moderna.

Observou-se ainda que a inserção dos territórios dos pescadores artesanais no interior de uma unidade de conservação não garantiu a proteção dos recursos naturais e nem a valorização do seu modo de vida. A APA de Conceição da Barra deixou em aberto os conflitos fundiários em Meleiras e Barreiras, pois como essa categoria não visa a desapropriação das terras na área onde é implantada, ela não age sobre uma das principais ameaças ao equilíbrio dos ecossistemas naturais e da vida sociocultural das populações locais que é a especulação imobiliária.

Por outro lado, observou-se total falta de participação das populações envolvidas no processo de implantação e planejamento da APA, o que se reverte em um processo estranho e distante da realidade ambiental e cultural local.

Apesar de a APA possibilitar o uso sustentável e a permanência das populações locais em seu interior, observou-se que ela se insere na lógica clássica de conservação, na qual o homem e a natureza são “objetos” inteiramente dissociados um do outro, sendo que o primeiro precisa ter suas ações disciplinadas para a manutenção do equilíbrio do segundo.

Até o momento, a APA é um instrumento omissivo, uma vez que poderia estar atuando no ordenamento do espaço de Meleiras e Barreiras e na manutenção da qualidade de vida dos pescadores artesanais e da natureza. Esta situação é mais contraditória quando se observa que apesar de não contar com plano de manejo e estudo de ordenamento e uso do solo, as ações no interior da APA têm se limitado à fiscalização e às multas que, em sua maioria, incide sobre os pescadores como se estes fossem os responsáveis pela destruição ambiental em Meleiras e Barreiras. Nesse processo há uma inversão de valores onde a forma tradicional de uso que foi responsável pela conservação ambiental, passa a ser uma prática ilegal.

No entendimento atual, a conservação das UCs pode ocorrer mais facilmente com a presença das populações locais em seu interior, levando em consideração a diversidade cultural para a manutenção da diversidade biológica o que implica na mudança da forma clássica com que são implantadas as unidades de conservação.

Neste sentido, torna-se necessário uma discussão junto as comunidades de pescadores artesanais sobre a melhor categoria de conservação a ser utilizada em Meleiras e Barreiras a fim de preservar e valorizar a cultura local e atender as suas necessidades socioeconômicas e ambientais. Nesse processo, a unidade de

conservação deve ser garantir às comunidades de pescadores o direito ao uso sustentável da terra e dos recursos naturais frente aos demais setores em expansão, já que estas comunidades tiveram um papel histórico relevante na preservação dos ecossistemas e na qualificação destes para as atividades que hoje se manifestam no lugar.

A presença de setores econômicos modernos sobre o espaço costeiro de Meleiras e Barreiras insere, neste espaço, formas diferenciadas de apropriação que pressupõe a existência de planejamentos que procurem atenuar as contradições calcada na desterritorialização das formas tradicionais de uso do espaço

Frente às pressões atuais sobre os espaços costeiros com relevantes atributos naturais e culturais o Estado precisa criar categorias de conservação que, além de fazer cumprir com maior eficiência a legislação ambiental, possibilitem o desenvolvimento das comunidades locais, estabelecendo políticas balizadoras inseridas dentro do contexto cultural local.

As políticas de estímulo ao setor turístico precisam ter como meta a responsabilidade pela manutenção das populações locais e dos ecossistemas naturais. É preciso delegar às populações locais mais acesso e participação nos processos de decisão sobre as áreas onde vivem.

Diante dos resultados observados nesta pesquisa acredita-se que a permanências

das comunidades de Meleiras e Barreiras no estuário do rio São Mateus contribui para um conhecimento ampliado dos ecossistemas locais podendo surgir daí novas formas de apropriação dos recursos que possibilitem a reprodução dos mesmos, bem como, a proteção dos ecossistemas naturais e o desenvolvimento econômico do lugar. Para este fim torna-se necessário que as populações pesqueiras possam preservar a posse da terra e manter atividades que lhes dêem autonomia, como as tradicionais representadas pela pesca, a agricultura familiar, o extrativismo vegetal, a produção de farinha, e as atividades modernas como o turismo aliado à conservação.

Dentro deste contexto, o turismo e as unidades de conservação, apesar de historicamente induzirem a dinâmica expropriadora e a pauperização das comunidades pesqueiras, podem apontar novas possibilidades econômicas, exigindo para isso maior organização social e política dos pescadores.

Neste contexto, o estudo das comunidades pesqueiras artesanais, torna-se um instrumento, junto à técnica e à ciência, para se pensar o ordenamento do território da zona costeira sob os pilares da proteção ambiental e do desenvolvimento econômico local, pilares estes tão caros à sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, Aziz. Paineis das Interferências antrópicas na fachada atlântica do Brasil – litoral e retroterra imediata. In: SIMPÓSIO DE ECOSSISTEMAS DA COSTA SUL E SUDESTE BRASILEIRA, s/d, Águas de Lindóia, SP. **Anais do II Simpósio de Ecossistemas da Costa Sul e Sudeste Brasileira**. São Paulo, 1987. p. 1-26

ADANS, Cristina. **Caiçaras na Mata Atlântica**: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

AGUIAR, Sebastião Maciel de. **Os últimos Zumbis**. 2ª. ed. Porto Seguro (BA): Brasil-Cultura, 2001.

AGUIRRE, Araújo. [sem título do artigo]. **Revista do Instituto Histórico Geográfico do ES**. Vitória, n. IV, p 15, 1925.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **A escravidão na história econômico-social do Espírito Santo: 1850-1888**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de História, UFF, Rio de Janeiro, 1981.

ANGELO, Sueli. Picinguaba: três décadas numa vila de pescadores do litoral norte do estado de São Paulo. In: **Bol. Paul. de Geografia**, São Paulo, n. 69, p. 61-73, 1990.

ASSIS, Valéria Soares de. **As primeiras ocupações humanas no litoral do Espírito Santo**. Monografia (Bacharelado em História) – Departamento de História, UFES, Vitória, 1990.

BECKER, Bertha K. **O Norte do Espírito Santo**: região periférica em transformação. Tese (Livre Docência) - Instituto de Geociências. UFRJ, Rio de Janeiro, 1970.

_____. **Levantamento e avaliação da Política Federal de Turismo e seu impacto na região costeira**. Brasília: Ministério de Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1994.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti; BERNARDES, Nilo. A pesca no litoral do Rio de Janeiro. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, Ano XII, n. 2, p.17-50, jan./mar., 1950.

BUFFON, José Antonio. **O café e a urbanização no Espírito Santo**: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 1992.

_____. Espírito Santo região norte. **Revista Espírito Santo**, Vitória, 1999.

BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidades de Conservação**: intenções e resultados. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

_____. **Unidades de Conservação intenções e resultados**. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – USP, São Paulo, 1995.

CALAZANS, Marcelo. **O eucalipto e a questão social**. Seminário Internacional sobre eucalipto e seus impactos. Vitória: Assembléia Legislativa do ES, 2001. p. 26-29.

CALVENTE, Maria Del Carmen Matilde Huertas. **No território do Azul Marinho**: a busca do espaço caiçara. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia. FFLCH/USP, São Paulo, 1993.

_____. **Turismo e excursionismo**: o qualificativo rural – um estudo das experiências e potencialidades no norte velho do Paraná. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, FFLCH, USP, São Paulo, 2001.

CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira. **O capitalismo se apropria do espaço**: a construção civil em Vitória. 1993. Tese (Doutorado em Arquitetura) – FAU, USP, São Paulo, 1993.

_____. **O novo arrabalde**. Vitória: PMV, Secretaria Municipal e Turismo, 1996.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e as transformações de seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34. 10ª ed. 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

CARMO, Tânia Mara. Os manguezais ao norte da baía de Vitória, Espírito Santo. In: SIMPÓSIO SOBRE ECOSSISTEMAS DA COSTA SUDESTE BRASILEIRA, vol. 1, 1987. Cananéia. **Anais...**, São Paulo: Aciesp, 1987. p.173-194

_____. et al. **Conhecendo manguezal**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1994.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)**. Rio de Janeiro: Antares Achiamé, 1980.

CAVALIERI, Lúcia. **As comunidades caiçaras no processo da reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, FFLCH, USP, São Paulo, 2003.

CICCARONE, Celeste. **Drama e sensibilidade**: migração, xamanismo e mulheres Mbya Guarani. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Antropologia/PUC. São Paulo, 2001.

CLÁUDIO, Affonso. **Ensaio de sociologia, etnografia e crítica**. Petrópolis: Vozes de Petrópolis, 1931.

CORRÊA, Roberto Lobato. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro: NEPEC, ano 1, n.1, 1995.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil: a montagem do território brasileiro, geografia e geopolítica, as políticas territoriais após 1964**. São Paulo: Contexto, 2001.

CRUZ, Rita Ariza da. **Política de turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral Nordeste do Brasil**. 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia,

FFLCH, USP, São Paulo, 1999.

CUNHA, Lucia Helena de Oliveira. **Entre a terra e o mar**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia, PUC, São Paulo, 1987.

_____. (Coord.). **Reserva Extrativista para regiões de Mangue**: uma proposta preliminar para o Estuário de Mamanguape – (Paraíba). São Paulo: Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil/USP, 1992. (Estudo de Caso, 4).

D'ANTONA, Álvaro. **O verão, o inverno e o inverso: Lençóis Maranhenses, imagens**. Brasília: Ibama, 2002.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Pesca e marginalização no litoral paulista**. São Paulo: USP. 1973.

_____. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. Tradição e mudança nas comunidades de pescadores no Brasil: por uma sócio antropologia do mar. In: _____. **Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil**. São Paulo: PPCAUB, 1989. p.1-20

_____. **O movimento social dos pescadores artesanais brasileiros**. São Paulo: CEMAR/USP, 1993. (Série documentos e relatórios de pesquisa, 8)

_____. **Povos e mares: leituras em socio-antropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995.

_____. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____; ARRUDA, Rinaldo S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. MMA. São Paulo: USP, 2001. (Biodiversidade, 4)

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do rio Doce. Navegação fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos, e incorporação do território de floresta tropical por Minas Gerais 1800-1845**. Tese (Doutorado em História Econômica) – Departamento de História, FFLCH, USP, São Paulo, 2000.

FERNANDES, Margareth Maria Sales. **Ocupação e organização do espaço em um trecho do quaternário costeiro no estuário do rio São Mateus**: estudo de caso de Meleiras e Barreiras, Conceição da Barra – ES. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia, UFES, Vitória, 2002.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Da fartura a escassez**: a agroindústria de celulose e fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, FFLCH, USP, São Paulo, 2002.

_____. O que é um direito? **O ALARDO**. Conceição da Barra, ano 2, nº.9, jul., p. 2, 2001.

FRANÇA. Ari. A ilha de São Sebastião: estudo de Geografia Humana. In: **Boletim de Geografia**, nº.10, USP, 1954.

FURLAM, Sueli Ângelo. **Lugar e cidadania: Implicações sócio-ambientais das políticas de conservação ambiental (situação do Parque Estadual de São Sebastião – SP)**. Tese. (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, FFLCH, USP. São Paulo, 2000.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Currallistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.

GOMES, José Manoel Lúcio. **Formações vegetais componentes da restinga do estado do Espírito Santo**. Palestra proferida em Santa Tereza, ES, 1999.

GOMES, Helder. **Potencial e limites às políticas regionais de desenvolvimento no estado do Espírito Santo**. O apego às formas tradicionais de intermediação de interesse. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, UFES, Vitória, 1998.

_____. O Estado planta um deserto para o lucro. **Revista Tempo e Presença**, Vitória, n. 329, mai./jun., p. 21-24, 2003.

GRUPO DE ESTUDOS E AÇÕES EM RECURSOS HÍDRICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – GEARH. **Relatório sobre a bacia do rio São Mateus**. Vitória, 1998.

GIMENO, Sílvia Inês Dufech. **O destino viaja de barco: um estudo histórico, político e social da costa da Lagoa e de seu processo de modernização. (1930-1990)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Departamento de Sociologia, UFSC, Santa Catarina, 1992.

IANNI, Otavio. **A luta pela terra**. Rio de Janeiro: Vozes. 2. ed., 1979.

INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO – IDAF. **Entrevista** realizada por Margareth M. Sales Fernandes junto ao IDAF. São Mateus, 2007.

INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – IEMA. **Parecer técnico em resposta ao pedido de licenciamento para a extração de salgema pela Petrobrás**. Vitória, 2006

INSTITUTO DE APOIO A PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES – IPES. **Macrozoneamento Costeiro do Estado do Espírito Santo**. Setor do Litoral do Extremo Norte: meio antrópico. Memorial descritivo. Vitória, 1999.

INSTITUTO DE PESQUISA DA MATA ATLÂNTICA – IPEMA. **Avaliação do Manejo da Área de Proteção Ambiental de Conceição da Barra**. Vitória: IPEMA, 2004.

JESUS, Antonio Claudino de. **Marterra: pescadores de Itapoã**. Vitória: Coordenação de Folclore Sub-Reitoria Comunitária-UFES, 1984.

JESUS, Marilena Cordeiro. Fernandes de. **Etnobotânica na Ilha de Guriri, São Mateus/Conceição da Barra** - ES. Monografia (Especialização em Ecologia) – Departamento de Ecologia e Recursos Naturais, UFES, Vitória 1997.

LIMA, R. K. de; PEREIRA, L. F. **Pescadores de Itapoã: meio ambiente conflito e ritual no litoral do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

LIMA, Rita de Cássia Bóbbio. **Relatos e retratos de Conceição da Barra**. Vitória, ES: SPDC/UFES, 1995.

LIMA, Maria do Céu de. **Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará: territórios, costumes e conflitos**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia. FFLCH, USP, São Paulo, 2002.

LEONEL, Mauro. Biossociodiversidade: Preservação e mercado. In: RIBEIRO, Wagner Costa (Coord.). **Patrimônio Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. (Uspiana: Brasil 500 anos). p.443-465

LOEB, Roberto. Aspecto do planejamento territorial urbano no Brasil. In: MINDLYN, Beth (Coord.). **Planejamento no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003. p. 139-160.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. **Caiçaras, migrantes e turistas**. A trajetória da apropriação da natureza no litoral norte paulista (São Sebastião – Distrito de Maresias). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, 1992.

MADRUGA, Ana Glória Cornélio. **Mudança de vento: redistribuição das funções no espaço de uma comunidade pesqueira, Lucena – Paraíba**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, FFLCH, USP, São Paulo, 1985.

MADRUGA, Antonio Moacyr. **Litoralização: busca da liberdade ao consumo altofágico**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, FFLCH, USP, São Paulo, 1992.

MALDONADO, Simone. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. Antropologia marítima comunicação e cultura. **Cadernos Paraibanos de antropologia e Sociologia**. João Pessoa: UFPB, 1988.

_____. **Mestres e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: Annablume, 1993.

_____. No mar conhecimento e tradição. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Coord.). **II Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil**. São Paulo. IOUSO/F.Ford/UICN, 1998.

MANESCHY, M. C. **Ajurutema: uma comunidade pesqueira ameaçada**. Belém: Universitária. UFPA, 1995.

MANTOVANI, Waldir. A degradação dos biomas brasileiros. Ribeiro, Wagner Costa (Coord.): **Patrimônio Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. p. 367-439

MARANGONI, Ana Maria Marques Camargo. **O governo planejador e as transformações do espaço brasileiro**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia. FFLCH, USP, São Paulo, 1982.

MARCÍLIO, Maria L. **Caiçara, terra e população**: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba, São Paulo: Edições Paulinas/Cedhal, 1986.

MARTIN, Louis et al. **Geologia do Quaternário Costeiro do Litoral Norte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo**. Belo Horizonte: CPRM, 1997.

MAXIMILIANO, Príncipe de Wied Neuwied. **Viagem ao Brasil**. Rio de Janeiro, 1940:

MEDEIROS, Rogério. **Espírito Santo maldição ecológica**. Vitória, 1983. p. 51-83

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Bases da formação territorial do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, FFLCH, USP, São Paulo, 1991.

_____. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. Fixação do valor e capital fixo. In: **Boletim Paulista de Geografia**. n. 72, São Paulo: AGB, 1994.

_____. **Contribuições para a gestão costeira do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MORSELLO, Carla. **Áreas protegidas públicas e privadas**: seleção e manejo. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

MOTTA, Nara Cumam. **As conseqüências da implantação do Projeto Aracruz Celulose sobre a estrutura econômica da “Região de Linhares” – ES**. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Instituto de Geociências, UNESP, Rio Claro, 1982.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática. 2. ed., 1988.

_____. **Os deserdados da terra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MOURÃO, F. **Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo**. Mestrado.FFLCH/USP, 1971.

MUSSOLINI, Gioconda. Aspectos da cultura e da vida social do litoral brasileiro. **Revista de Antropologia**, vol. 1, nº. 2, dez., 1953.

_____. Os japoneses e a pesca comercial no litoral norte de São Paulo. In: CARONE, Edgar. (Coord.). **Ensaio de antropologia indígena e caiçara**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

NARDOTO, Eliezer; LIMA, Herinéia. **Histórias de São Mateus**. São Mateus, Espírito Santo: Edal/Editora Atlântico Ltda., 1999.

NOFFS, P. da. **Os caiçaras de Toque-Toque Pequeno**: um estudo de mudança espacial. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, FFLCH, USP, São Paulo, 1988.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Espírito Santo**. Rio de Janeiro, 1951.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

PACHECO, Renato J. C. **Notas sobre os Botocudos**. Revista da IHGES. N. 17. Vitória, 1957.

PENA, Misael. **Historia da Província do Espírito Santo**. Rio de Janeiro, 1878.

PEREIRA, Oberdan José. **Levantamento florístico e fitossociológico de uma área de restinga do estado do Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em Botânica) – Departamento de Biologia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1990.

_____. GOMES, José Manuel L. Levantamento florístico das comunidades vegetais de restinga no município de Conceição da Barra, ES. III SIMPÓSIO DE ECOSSISTEMA DA COSTA BRASILEIRA. SERRA NEGRA. Serra Negra, **Anais ...** São Paulo: ACIESP, 1993. p. 67-68.

PEROTA, Celso. **Dados parciais sobre a arqueologia norte espirito-santense**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 1971. p. 149-158 (Publicações Avulsas, 15).

_____; MENDONÇA NETO, Mozart M. de. **Os sete mil anos da história de nossos índios**. Documento Estado. Vitória, 1992. p. 6-9

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA. **Plano Diretor do Município de Conceição da Barra**. vol. 1. Relatório Técnico. Conceição da Barra: Technun Consultoria, 2005.

PNMA – **Perfil dos Estados Litorâneos do Brasil**: Subsídios à implantação do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro. Brasília, 1996.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Turismo e desenvolvimento sócio-espacial**. Reflexões sobre a experiência do agroturismo no Estado do Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, FFLCH, USP, São Paulo, 1998.

ROCHA, Haroldo Correa; MORANDI, Ângela. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo – 1955/1985**. Vitória: FCAA, 1991.

RODRIGUES, Ady. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, Carmem Lúcia. **Limites do consenso: territórios polissêmicos na Mata Atlântica e a gestão ambiental participativa**. Tese (Doutorado, em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, FFLCH, USP, São Paulo: 2001.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel. 1987.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo Hucitec, 1999.

SANZON, Fábio Eduardo de Giusti. **As Unidades de Conservação Ambiental como vetores do ordenamento territorial**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, FFLCH, USP, São Paulo, 2001.

SCHAEFFER-NOVELLI, Yara; CINTRON, Gilberto. **Guia para o estudo de áreas de manguezal: estrutura, função e flora**. São Paulo: Caribbean Ecological Research, 1986.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA DO ESPÍRITO SANTO - SEAG. **Plano Integrado para o Desenvolvimento da Pesca no Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1981.

_____. **Plano Integrado para o Desenvolvimento da Pesca**. Projeto Cidades de Porte Médio. Vitória, 1984.

SECRETARIA DO ESTADO PARA ASSUNTOS DO MEIO AMBIENTE – SEAMA. **Área de Proteção Ambiental de Conceição da Barra. Proposta de criação**. Vitória, 1998.

_____. **Levantamento faunístico da Área de proteção Ambiental de Conceição da Barra**. Vitória: AVIPLAN/PETROBRÁS, 2001.

_____. **Análise do requerimento de licenciamento ambiental para extração do salgema pela Petrobrás no município de Conceição da Barra - ES**. Vitória, 2006 (Relatório Técnico, n. 22949232).

SETTI, Kilza. **Ubatuba nos cantos da praia: estudo do caiçara paulista e de sua produção musical**. São Paulo: Ática, 1985.

SILVA, Luiz Geraldo. **Os pescadores na história do Brasil**. Volume 1, Colônia e Império. Vozes, 1988.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da. **Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil**. São Paulo: CEMAR, 1993. versão preliminar.

SILVA, Tânia Elias et al. **As várzeas ameaçadas: um estudo preliminar das relações entre as comunidades humanas e os recursos naturais da Várzea da Marituba no rio São Francisco**. Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil. Aracajú/São Paulo: USP/UICN/Fundação Ford, 1990. Estudo de caso n. 3

SILVA, Simone Resende da. **Camburi, território de negros, brancos e índios no limite do consenso caiçara**. Transformações de uma população tradicional camponesa. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, FFLCH, USP, São Paulo, 2004.

SIQUEIRA, Maria da Penha. **O desenvolvimento do Porto de Vitória 1870-1940**. Dissertação (Mestrado em Economia), Departamento de Economia, UFSC, Santa Catarina, 1980.

_____. **O Porto de Vitória: expansão e modernização – 1950-1993**. Vitória: CDESA, Vitória, 1994.

SOUZA, Caroline Vieira de. **Guriri: a produção do lugar**. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Faculdade de Ciências Aplicadas “Sagrado Coração”, UNILINHARE, Linhares, 2003.

SUGUIO, Kenitiro. **Dicionário de Geologia Marinha (com termos correspondentes em inglês, francês e espanhol)**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1992.

_____. **Dicionário de geologia sedimentar e áreas afins**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,

1998.

TALLON, Miguel Depes. **História do Espírito Santo**: ensaio sobre sua formação histórica e econômica. Vitória: EIH, 1999. (Cadernos de História, 21).

TEIXEIRA, Aparecida Netto; PÁDUA, Rogério Pedrinha. **São Mateus, porto, favelas e mansões**. Projeto de Graduação. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFES, 1987.

TOURRAINE, Alain. **O que é democracia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel. 1980.

TRABACH, J. **O manguezal como objetivo de percepção ambiental**: estudo comparativo entre duas comunidades de pescadores e coletores de Vitória (ES). Monografia (Bacharelado em Ciências Biológicas) – Departamento de Biologia, UFES, Vitória, 2000.

VALE, C. C. do. **Homens e caranguejos**: uma contribuição geográfica ao estudo dos manguezais da Baía de Vitória (ES) como fonte de alimento. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia, UFES, Vitória: 1992.

_____. **Contribuição ao estudo dos manguezais como indicadores biológicos das alterações geomorfológicas do estuário do rio São Mateus (ES)**. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Departamento de Geografia, FFLCH, USP, São Paulo, 1999.

_____. **Séries geomórficas costeiras do estado do Espírito Santo e os habitats para o desenvolvimento dos manguezais**: uma visão sistêmica. Doutorado (Tese em Geografia Física) – Departamento de Geografia, FFLCH, USP, São Paulo, 2004.

_____; FERREIRA, Renata Diniz. Os manguezais do Estado do Espírito Santo. IV SIMPÓSIO DE ECOSSISTEMAS BRASILEIROS. Águas de Lindóia vol.1. **Anais ...** São Paulo: Aciesp, 1998. p. 88-94.

VANUCCI, Marta. **Os manguezais e nós**: uma síntese de percepção. São Paulo: Edusp, 1989.

VIANNA, Lucila Pinsard. **Considerações críticas sobre a construção da idéia de população tradicional no contexto da unidade de conservação**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, FFLCH, USP, São Paulo, 1996.

YÁÑES-ARANCÍBIA, A. Lagunas costeras y estuários: cronologia, critérios y conceptos para una clasificación ecológica de sistemas costeros. SIMPÓSIO DE ECOSSISTEMAS DA COSTA SUL E SUDESTE BRASILEIRA. Cananéia 2. v. 3. **Anais ...** São Paulo: Síntese dos Conhecimentos, 1987. p. 1-38.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz. O Pólo de Tubarão (Espírito Santo). Elementos de reflexão para entender o Pólo de Pecém. In: Essentia. **Revista de Cultura, Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual do Vale do Aracáú**, Sobral, CE, jun./nov., 1999. p. 81-92.

_____. A migração para o litoral: o caso dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST). **Revista Geografares**. Vitória: Departamento de Geografia/UFES, v.1, nº.1/jun., 2000. p. 29-40.

